

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

SILVANA MARIA FRIGOTTO

**MUDANÇA SOCIAL E OS IMPACTOS NA**  
**REDE DE ATENÇÃO, APOIO, CUIDADO E PROTEÇÃO DA MULHER**

São Leopoldo

2014



SILVANA MARIA FRIGOTTO

**MUDANÇA SOCIAL E OS IMPACTOS NA  
REDE DE ATENÇÃO, APOIO, CUIDADO E PROTEÇÃO DA MULHER**

Trabalho Final submetido ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Escola Superior em Teologia para obtenção do grau de Mestre em Teologia.

Área de concentração: Religião e Educação.

Orientadora: Gisela I. W. Streck.

São Leopoldo

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F912m Frigotto, Silvana Maria  
Mudança social e os impactos na rede de atenção,  
apoio, cuidado e proteção da mulher / Silvana Maria  
Frigotto ; orientadora Gisela I. W. Streck. – São  
Leopoldo : EST/PPG, 2014.  
121 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de  
Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em  
Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Violência contra as mulheres – Prevenção. 2.  
Mulheres – Rede de relações sociais. I. Streck, Gisela  
Isolde Waechter. II. Título.

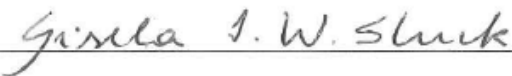
SILVANA MARIA FRIGOTTO

**MUDANÇA SOCIAL E OS IMPACTOS NA REDE DE ATENÇÃO, APOIO,  
CUIDADO E PROTEÇÃO DA MULHER**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Linha de Pesquisa: Educação Comunitária  
com Infância e Juventude

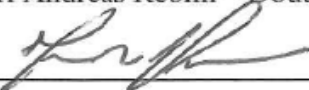
Data de Aprovação: 22 de abril de 2014

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – EST (Presidente)



---

Iuri Andréas Reblin – Doutor em Teologia – EST (2º corretor)



---



## RESUMO

A transformação social envolve gênero, a importância da mulher nas *redes de apoio, atenção, cuidado e proteção*, as mudanças na educação de meninos e meninas para a erradicação da violência contra a mulher e a viabilização da *intervenção* e fortalecimento dos laços no interior da rede pela ação do *operador de rede*. Desvela-se a importância do empoderamento das mulheres por meio da educação e da geração de renda que impactam a rede social particular e que favorecem no desempenho do papel de cuidadoras, educadoras e articuladoras da vida. Contribuições necessárias para que a realidade possa ser transformada numa sociedade mais humana e justa e que esse futuro almejado seja mais imediato para a mulher e rede que demanda atenção social. O enfoque dado é de rede ou mais precisamente *da rede de apoio, atenção, cuidado e proteção* que é atendida pela mulher e que envolve condições disposicionais características femininas, as quais se apresentam de forma simultânea ou articuladas, culminando na oferta, pela mulher, de serviços imprescindíveis, sem ônus e de demanda com atendimento espontâneo e imediato. A inclusão educacional e produtiva da mulher impacta a sua *rede de apoio, atenção, cuidado e proteção*. Há um espraiamento da força, da energia e das conquistas dessa mulher para a rede e desdobramentos para a sociedade. As mulheres em geral, especialmente, aquelas em/com risco social têm direito a políticas públicas específicas, benefícios de ação afirmativa, numa concepção de direitos humanos e de dignidade da pessoa humana. Ao final da investigação conclui-se que: 1) Através de um pedido de ajuda ou de uma queixa a mulher tem o direito de ser contemplada com o suporte da rede secundária; 2) A mulher e os demais indivíduos da rede com a ajuda de um operador de rede podem mobilizar as redes no sentido de deflagrar fatores de proteção e de prevenção por meio de outras redes na reconstrução de vínculos da rede primária; 3) O contexto vulnerável ou de risco se intensifica e é de difícil reversão quando se mantém de forma duradoura ou ininterrupta por longo tempo; 4) A postura de *assistencialismo* desrespeita, humilha e predispõe à apatia, à inércia, à asfixia da iniciativa, da autonomia e do protagonismo dos assistidos, gerando clientelismo indesejado; 5) As redes esfaceladas podem ser reconstruídas por meio do suporte de rede substitutiva: a rede secundária; 6) Pode-se ajudar as mulheres que se encontram em situação de atenção a recompor, de uma forma ou de outra, seus eus destruídos ou fragilizados através das redes secundárias pela intervenção terapêutica e comunitária do trabalho das redes desenvolvido pelo operador de rede, que envolve o acolhimento, o empoderamento e a autonomia. Assume-se com isso uma postura de *ganha-ganha social*, num sentido mais imediato em favor da mulher, mas ao final o bônus da mudança social ficará com as gerações futuras.

Palavras-chave: Mulher. Rede de apoio, atenção, cuidado e proteção. Intervenção de rede.





## ABSTRACT

Social transformation involves gender, the importance of the woman in the *networks of support, attention, care and protection*, the changes in the education of boys and girls to eradicate the violence against women and making viable the *intervention* and strengthening of the ties inside the network through the action of the *network operator*. The paper reveals the importance of the empowerment of the women through education and through income generation, which impact the private social network and which strengthen the fulfillment of the role of caregivers, educators and life articulators. These are necessary contributions so that the reality can be transformed into a more human and just society and that this longed for future can be more immediate for the woman and the network which demands social attention. The focus presented is the network or, more precisely, the *support, attention, care and protection network*, which is tended by the woman and involves dispositional conditions that are characteristically feminine, which present themselves in a simultaneous or articulated way, culminating in the offering, by the woman, of indispensable services, without charges and in demand, with spontaneous and immediate service. The educational and productive inclusion of the woman impacts her *support, attention, care and protection network*. There is a spreading of the force, energy and conquests of this woman to the network and ramifications to society. Women in general, especially those at or in social risk, have the right to specific public policies, benefits of affirmative action, in a conception of human rights and of dignity of the human person. At the end of the research the conclusion is that: 1) Through a request for help or of a complaint, the woman has the right to be contemplated with support from the secondary network; 2) The woman and other individuals of the network with the help of a network operator can mobilize the networks in the sense of triggering protection and prevention factors through the other networks in the reconstruction of the ties of the primary network; 3) The vulnerable context or one of risk is intensified and difficult to reverse when it is maintained in a longstanding or uninterrupted way for a long time; 4) The posture of *welfarism* disrespects, humiliates and predisposes to apathy, inertia, asphyxiation of initiative, of autonomy and protagonism of those assisted, generating an undesired clientilism; 5) The dismantled networks can be reconstructed through the support of a substitute network: the secondary network; 6) The women who are in situations demanding attention can be helped to recompose, in one way or another, their destroyed or weakened egos through the secondary networks through the therapeutic and community intervention of the work of the networks developed by the network operator, which involves welcoming, empowerment and autonomy. Thus, a *social win-win* posture is assumed, in a more immediate sense in favor of the woman, but at the end the bonus of the social change will remain with the future generations.

Keywords: Woman. Support, attention, care and protection network. Network intervention.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Orientações metodológicas do trabalho de rede.....	107
Figura 2 - Tipos de rede e tabela de interação social.....	108
Figura 3 - As redes primárias e secundárias: partilha e dependência .....	109
Figura 4 - Instrumentos de rede - Mapa de Todd, mapa de Rosseau e tabela de distribuição de cuidados.....	110
Figura 5 - Instrumentos de rede: tabela de fases .....	111
Figura 6 - Instrumentos de rede: lista de membros da rede, mapa de Martin, exemplo de rede e fig. instrumento de rede tabela de suporte.....	112
Figura 7 - Caso Lúcia e instrumentos de rede I.....	113
Figura 8 - Caso Lúcia e instrumentos de rede II.....	114
Figura 9 - Caso Marcela e instrumentos de rede I.....	115
Figura 10 - Caso Marcela e instrumentos de rede II.....	116
Figura 11 - Caso Marcela e instrumentos de rede III.....	117
Figura 12 - Caso Maria e instrumentos de rede I.....	118
Figura 13 - Caso Maria - instrumentos de rede II.....	119
Figura 14 - Caso Maria - instrumentos de rede II (continuação).....	120
Figura 15 - Caso Maria - instrumentos de rede II (continuação).....	121
Figura 16 - Caso Marcos - Instrumentos de rede – Tabelas de fases.....	122
Figura 17 - Caso Marcos - Instrumentos de rede – Tabelas de fases (continuação) .....	123
Figura 18 - Caso Marcos - Instrumentos de rede. Tabela de fases .....	124
Figura 19 - Caso Marcos - Instrumentos de rede. Tabela de suporte e Tabela de consequências psicológicas .....	125
Figura 20 - Valores referenciais da ética do cuidado - fundamento de intervenção comunitária e social.....	126
Figura 21 - Poema "8 de março" .....	128
Figura 22 - Poema "8 de março" (continuação).....	129
Figura 23 - Poema "8 de março" (continuação).....	130
Figura 24 - Poema "8 de março" (continuação).....	131
Figura 25 - Poema "Ciranda das loucas" .....	132
Figura 26 - Poema "Ciranda das loucas" (continuação).....	133
Figura 27 - Poema "Ciranda das Loucas" (continuação) .....	134
Figura 28 - Poema "Ciranda das Loucas" (continuação) .....	135

Figura 29 - Poema "Ciranda das Loucas" (continuação) ..... 136

## *LISTA DE ABREVIATURAS*

- CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial
- CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA - Escola de Jovens e Adultos
- FAO - *Food and Agriculture Organization*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INSS - Instituto Nacional de Saúde e Serviço Social
- Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MEC - Ministério da Educação
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PSF - Programa de Saúde da Família



## SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i> .....	15
<i>1 AS MUDANÇAS SOCIAIS E OS IMPACTOS NA REALIDADE DAS MULHERES</i> .....	23
1.1 A ÉTICA TEOLÓGICA COMO VIA INTERMEDIÁRIA DE GÊNERO NA CONTRIBUIÇÃO DE VIDAL .....	23
1.2 OS DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER E AO TRABALHO FEMININO .....	25
1.3 O <b>APEGO SEGURO NO BOM TRATO PARENTAL</b> QUE DÁ ORIGEM À <b>RESISTENTE RESILIÊNCIA: CONDIÇÕES FUNDANTES NA RECONSTRUÇÃO DE</b> <b>REDES ESFACELADAS PELA VIOLÊNCIA E POBREZA</b> .....	30
1.4 A FAMÍLIA, VÍNCULOS FAMILIARES, VIOLÊNCIA E RENDA .....	37
<i>2 A MULHER COMO OPERADORA NATURAL DA REDE DE APOIO, ATENÇÃO, CUIDADO E PROTEÇÃO E A INTERVENÇÃO DE REDES</i> .....	45
2.1 A ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE BRONFENBRENNER ...	45
2.2 CONCEITO DE RESILIÊNCIA OU RESISTENTE RESILIÊNCIA .....	47
2.3 CONCEITO DE VULNERABILIDADE .....	48
2.4 O QUE É REDE? COMO SE COMPORTAM AS REDES? .....	50
2.4.1 REDE PRIMÁRIA.....	52
2.4.1.1 <i>Conceito de rede de apoio, atenção, cuidado e proteção da mulher</i> .....	53
2.4.1.2 <i>A família e a mulher</i> .....	55
2.4.2 REDE SECUNDÁRIA .....	57
2.5 MÉTODO DE INTERVENÇÃO DE REDES .....	58
2.5.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS INTERVENÇÃO DE REDES NAS FASES DE EXPLORAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO .....	61
2.5.2 OPERADOR(A) DE REDES .....	63
<i>3 CASOS DE INTERVENÇÃO DE REDES PESQUISADOS POR SANICOLA</i> .....	69
3.1 A REDE SECUNDÁRIA E EXPERIÊNCIAS NAS FASES DE EXPLORAÇÃO E DE MOBILIZAÇÃO DE REDES .....	72
3.1.1 REDES SECUNDÁRIAS.....	72
3.2 QUATRO CASOS DE REDES QUE ENVOLVEM VULNERABILIDADE DE GÊNERO.....	74
3.2.1 EXPERIÊNCIAS NA FASE DE EXPLORAÇÃO DE REDES QUANDO DA INTERVENÇÃO.....	74
3.2.1.1 <i>Primeiro caso de exploração: Caso Lúcia</i> .....	74

3.2.1.1.1 A exploração.....	75
3.2.1.1.2 Estrutura das redes .....	75
3.2.1.1.3 Funções das redes .....	76
3.2.1.1.4 Dinâmicas de rede - quanto às relações .....	76
3.2.1.1.5 Hipóteses de rede .....	77
3.2.1.2 Segundo caso de exploração: Caso Marcela.....	77
3.2.1.2.1 Estruturas das redes.....	79
3.2.1.2.2 Funções das redes .....	80
3.2.1.2.3 Dinâmicas das redes.....	80
3.2.2 EXPERIÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO .....	81
3.2.2.1 Primeiro caso de mobilização: Caso Maria.....	81
3.2.2.1.1 Fase de exploração .....	81
3.2.2.1.2 Estrutura das redes .....	82
3.2.2.1.3 Funções das redes .....	83
3.2.2.1.4 Dinâmicas das redes.....	83
3.2.2.1.5 Hipóteses de redes.....	84
3.2.2.1.6 A mobilização das redes.....	84
3.2.2.2 Segundo caso de mobilização: Caso Marcos .....	87
3.2.2.2.1 Fase de exploração .....	87
3.2.2.2.2 Estrutura das redes .....	87
3.2.2.2.3 Funções das redes .....	88
3.2.2.2.4 Dinâmicas das redes.....	88
3.2.2.2.5 Hipóteses das redes.....	89
3.2.2.2.6 A mobilização das redes.....	90
CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
ANEXO A - FERRAMENTAS DO TRABALHO EM REDE .....	107
ANEXO B - MÚSICA E POEMAS.....	127



## INTRODUÇÃO

“Somos lo que hacemos para cambiar lo que somos.”  
Eduardo Galeano.

A investigação é desenvolvida dentro da problemática do **sujeito** e pessoa **mulher**, das contribuições e desdobramentos dos **direitos humanos**, das políticas públicas e de gênero com vistas a alcançar o seu ser **individual e particular** e a valorização do trabalho **gratuito** feminino.

As mulheres são **pessoa** e não uma diferença sexual; por isso, devem ser tratadas como pessoas que são. Não podem ser vistas antes como um ser sexual ou como um gênero da condição humana apenas.<sup>1</sup> Ainda elas, as mulheres, não podem ser reduzidas a objetos; não devem ser consideradas pela função que desempenham; ou a algo que as reduza ao papel de acompanhante [ou à invisibilidade]. Antes, devem ser tomadas ou consideradas **em** si mesmas e por **si** mesmas.<sup>2</sup>

Concretamente, propusemos um instrumento: a **intervenção de redes** de Brodeur/Sanicola<sup>3</sup>, com vistas a buscar alternativas para amenizar a vulnerabilidade da mulher quando esta precisa de apoio social ou condições diferenciadas de suporte. A **intervenção de redes** deve ser conduzida por um(a) operador(a) de redes que terá como foco o reconhecimento do poder dos laços, o fortalecimento desses mesmos laços e o aporte de capital social de outras redes.<sup>4</sup>

Vulnerabilidade [...] este conceito geralmente utilizado para definir um estado permanente de dificuldade, de um modo um tanto estático, quase como se fosse uma forma de rotulação do sujeito ligado a um ou mais tipos de situações de risco [...]. Na verdade, a vulnerabilidade, por mais que às vezes possua o caráter de permanência, pode ou não representar um risco, dependendo da relação que se estabelece entre os desafios da necessidade e os recursos disponíveis para enfrentá-los. Quando o equilíbrio entre desafios e recursos é rompido surge o risco da vulnerabilidade, que pode ser atenuado por um aumento de recursos.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> VIDAL, Marciano. *Feminismo e ética* - como “feminizar” a moral. São Paulo: Loyola, 2005.

<sup>2</sup> VIDAL, 2005, p. 80. Ideias extraídas pelo autor de documento publicado por um comitê *ad hoc*.

<sup>3</sup> SANICOLA, Lia. *As dinâmicas de rede e o trabalho social*. São Paulo: Veras Editora, 2008. p. 44; 72. A proposta de intervenção de redes de Brodeur é um método que visa mais que um modelo de intervenção, pois se coloca como projeto de ação social e que visa à mudança nas relações sociais.

<sup>4</sup> Segundo SANICOLA, 2008, p. 95: “Em outros termos, nas relações primárias as trocas efetuadas para responder às necessidades ocorrem em razão do laço e não vice-versa. [...] a atenção do operador de rede deve estar voltada à consolidação do laço, mais que à resposta às necessidades, uma vez que é o laço que permite a solução do problema, e não o contrário”. Na introdução, na p. 8, a autora coloca que [...] “quando o equilíbrio entre desafios e recursos é rompido surge o risco da vulnerabilidade, que pode ser atenuado por um aumento de recursos” [capital social].

<sup>5</sup> SANICOLA, 2008, p. 7-8.

A inclusão da temática nessa investigação da mulher em **situação de refúgio político ou humanitário** se dá como contraponto à realidade e à situação da mulher brasileira, que reside tanto em territórios de paz, quanto em áreas violentas, tomadas pelo tráfico de drogas, principalmente aquelas em que o Estado não se faz presente.

Denominamos a rede social da mulher, diante de suas múltiplas funções e papéis, de **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção**. Rede essa, se assim se pode dizer, espacialmente constituída num contexto melhor daquele vivenciado pelas vítimas da violência organizada, expostas às situações extremas, os refugiados políticos e aqueles que precisam de ajuda humanitária.

O método desenvolvido pela **intervenção de rede** postula que as redes primárias – a família em primeiro lugar – devem poder estabelecer uma relação de autonomia com as redes secundárias. Contudo, nos ensinam Barudy e Marquebreucq que em contexto de redes esfaceladas pode ser preciso fazer a substituição pela rede secundária, mesmo que temporária, dos papéis característicos da rede primária.<sup>6</sup>

A violência de gênero que é alvo da atenção de políticas públicas específicas, de acordo com agenda nacional e internacional, envolve além da mulher, crianças, jovens, e indivíduos de diferentes matizes sexistas. Entre outros aspectos, é necessário empoderamento e autonomia, a criminalização da violência contra a mulher ou por questões de gênero e a violência doméstica, apoio psicológico à vítima, mas também ao agressor. Ainda, a atenção às mudanças na educação de meninos e meninas e execução de políticas públicas de proteção da infância e juventude (Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA), que ainda não saíram do papel.

Mudanças essas que se desenvolvem no seio familiar, na igreja, escola e também no serviço público. Contextos que por séculos perpetuam e naturalizam que determinadas ocupações, atitudes, cultura de autossacrifício, decisão de não ter vida sexual por causa dos filhos, sentimentos controvertidos que oscilam entre a culpa, negligência e a proteção excessiva, cultura do asseio **higienista**, bem como **o cuidado**, são característicos ou de responsabilidade das mulheres.

---

<sup>6</sup> SANICOLA, 2008, p. 9; 124. A rede primária é constituída por familiares, amigos, vizinhos e comunidade e a rede secundária é representada pelo Estado e organizações sociais, e pode ocupar funções da rede primária mesmo sendo rede secundária. Normalmente são papéis afetivos ocupados de forma não permanente, quando da ausência daqueles característicos da rede primária. Podem ocupar esses papéis tanto os profissionais da equipe de serviço social ou de saúde, quanto os voluntários ou ajudantes naturais. BARUDY, Jorge; MARQUEBREUCQ, Anne-Pascale. *Hijas e hijos de madres resilientes*. Barcelona: Gedisa, 2006. p. 120-121: “En la situación vivida por las familias exiliadas, podemos observar que la red secundaria pasa al lugar destinado normalmente a la red primaria: en ausencia de lazos familiares o de amistad, las relaciones establecidas con los profesionales de ayuda ocupan el lugar principal, al menos temporalmente.”

Vidal nos traz, através de Camps, a contribuição de Gilligan, de que não se trata de confrontar a **ética do cuidado à ética da justiça**, pois as mulheres respiram [estão impregnadas] da ética do cuidado e da responsabilidade. Isso também não significa renunciar a justiça em detrimento da dedicação aos outros. Enfim, o que pode ser dito é que a justiça é insuficiente e que o cuidado dos outros não é menos relevante que a justiça.<sup>7</sup>

Vidal sintetiza a ética do cuidado da seguinte maneira:

A ética do cuidado, proveniente diretamente da peculiaridade moral da mulher, deve ser cultivada também pelos homens. É uma estrutura necessária da moral humana comum, a qual expressa assim o lado feminino da condição humana. Se a justiça é a expressão dos ideais do liberalismo ético, de caráter ilustrado e igualitário, o cuidado recorre às aspirações válidas do **comunitarismo** moral, de orientação mais pós-moderna e de caráter mais diferenciador. A necessária diversidade da condição humana tem sua expressão moral por meio da ética do cuidado.<sup>8</sup>

Quando nos remetemos às diferenças entre homens e mulheres aponta Vidal que a proposta de Gilligan é fundamental no sentido de conciliar e integrar tanto homens quanto mulheres na aquisição das éticas do cuidado e da justiça. A partir dessa obra sabe-se que as mulheres se guiam pela ética do cuidado e os homens pela ética da justiça. Compreende-se pela obra de Gilligan que há características particulares no desenvolvimento da estrutura moral nas mulheres e nos valores, mas isso não significa, ainda de acordo com Vidal, colocar cuidado e justiça em lados opostos.<sup>9</sup>

Conclui-se a partir de Vidal que a ética teológica pode absorver um modelo intermediário de gênero, ou seja, “uma categoria ética que integre ambas as sensibilidades, pode ser de **solidariedade, síntese que, além de integrar, supera a de ‘cuidado’ e de ‘justiça’**”<sup>10</sup>.

Não poderíamos deixar de mencionar a bela obra de Leonardo Boff sobre o cuidado. Destacamos, entre outros, a relação do *tamagotchi* com o cuidado através da fábula-mito de Higino, os dois modos de ser-no-mundo: o trabalho e o cuidado. O saber que nos traz Boff quando dispõe que “uma ética nova pressupõem uma ótica nova e que o ser humano vem dotado de sacralidade, porque é sujeito de direitos e de deveres inalienáveis e se mostra como

<sup>7</sup> Cf. CAMPS, 1998 apud VIDAL, 2005, p. 102.

<sup>8</sup> VIDAL, 2005, p. 102.

<sup>9</sup> VIDAL, 2005, p. 62.

<sup>10</sup> VIDAL, 2005, p. 102-103. Cf. VIDAL, Marciano. *Para comprender la solidaridad: virtud y principio ético*. Madri: Estella, 1996 (tradução nossa): “A solidariedade é a virtude moral e o princípio ético que introduz a bondade em situações que, por causa de sua condição assimétrica, não podem ser reguladas unicamente pela justiça, mas precisam de uma orientação mais diversificada, que nasça da empatia compassiva e se organize na práxis do caráter solidário. Assim, pois, ética do cuidado e ética da solidariedade são duas expressões de uma mesma e única orientação moral.”

um projeto infinito sob o ponto de vista ecológico e planetário”<sup>11</sup> tem paralelo com o que Gilligan escreve, de acordo com Vidal, na linha do feminismo da diferença<sup>12</sup>. Compreende-se nessa obra que o autor, mesmo desenvolvendo percurso similar (feminismo da diferença), infelizmente não reconhece em momento algum a importância da obra de Gilligan.<sup>13</sup>

Abrimos a introdução com questões que não são propriamente a que propusemos como problema no projeto de pesquisa, mas essas subsidiam o estudo e alicerçam o percurso da investigação já que envolve, entre outras questões, a violência organizada, o **apego seguro**, o **bom trato parental**, a **resistente resiliência** trazida por Barudy e Marquebreucq<sup>14</sup>, enfim os fatores que **protegem e fatores que ameaçam os vínculos familiares e comunitários** como enunciam Ramires e Falcke<sup>15</sup>: a **rede de atenção, apoio, proteção e cuidado** que cotidianamente está sob a incumbência de operadora natural, que é a mulher. Ainda, mais especificamente, a proteção dos direitos de crianças e adolescentes e a violência doméstica, que posiciona a mulher tanto no papel de vítima quanto de sujeito dela. Além da ecologia dos saberes de Bronfenbrenner<sup>16</sup>.

Tudo isso permitirá, no decorrer da pesquisa, além de destacar a importância da rede e da ação da mulher junto a ela, compreender a origem da violência contra a mulher e assumir o compromisso de mais atenção, humanização, cuidado e proteção da infância, como homens

<sup>11</sup> BOFF, Leonardo. *Saber cuidar – Ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 22. Ler mais sobre a temática que se desenvolve nas páginas 12, 35, 38 e 92.

<sup>12</sup> BOFF, 1999, p. 12; 22; 35; 38; 92. De acordo com VIDAL, 2005, p. 48-49, “o feminismo ilustrado descobre no feminismo da diferença uma postura anti-ilustrada, voltada ao essencialismo ou ‘naturalismo’ (de caráter maternal, ainda que maquiado de sensibilidade cósmica e ecológica). Segundo ele que tais éticas estariam vinculadas a posturas radicais de esquerda e ressaltam os valores emergentes do pacifismo, da ecologia, do planetarismo etc.”. Ainda, o feminismo da diferença critica a situação da mulher e reivindica sua consequente transformação a partir do critério não da “paridade” (igual dignidade) em relação ao homem, mas da “diferença” (originalidade exclusiva e não referenciada) da mulher.

<sup>13</sup> VIDAL, 2005, p. 48-49. De acordo com VIDAL, 2005, p. 49: “há uma aproximação entre as éticas da diferença e as posições daqueles que como Gilligan e Ruddick defendem um ponto de vista ético peculiar à mulher”. Na nota de rodapé da p. 49 está que “a ética baseada no feminismo radical tem representantes qualificadas tanto no campo da psicologia como na reflexão filosófica e antropológica”.

<sup>14</sup> Conforme BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, página 21 da introdução: “*El concepto de violencia organizada fue establecido en 1986 por la Organización Mundial de la Salud. Se refiere a las situaciones en las que personas pertenecientes a un determinado grupo agreden a personas pertenecientes a otro basándose en un sistema de creencias que legitima o mitifica el uso de la violencia. Toda forma de represión política, religiosa, sexual, étnica y de género queda incluida en esta definición. Las manifestaciones de esta violencia son, entre otras, los genocidios, la ‘limpieza étnica’, la violación, la tortura, la mutilación sexual de las mujeres, la desaparición de personas, el exilio y los desplazamientos forzados; todas ellas constituyen violaciones extremas de los derechos humanos.*”

<sup>15</sup> RAMIRES, Vera Regina Rohnet; FALCKE, Denise. *Vínculos familiares e comunitários: apontamentos para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes*. São Leopoldo: [Prefeitura municipal de São Leopoldo], 2013.

<sup>16</sup> BROFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

e mulheres, pais e mães de família e profissionais, principalmente das áreas de educação e saúde.<sup>17</sup>

É bom saber que se aprende ou se introjeta um modelo de pai e de mãe com as experiências de infância. É preciso refletir sobre isso. É isso que se deseja para os nossos afetos? Além da experiência de formação familiar, se não houver uma boa formação escolar e religiosa com valores humanizadores, tende-se a repetir o modelo dos pais, tal e qual, quando adultos.

A família, que constitui a rede primária, detém a condição de construção identitária e da reprodução social e biológica. Já o Estado, como rede secundária, pode facilitar o acesso ao mercado, na produção do bem-estar dos indivíduos. Faz-se imprescindível discutir o significado da proteção social, contrapondo as responsabilidades da família e do Estado na melhora da qualidade de vida e acesso ao emprego e renda e aos bens de consumo.<sup>18</sup> Associamos à reflexão a necessidade de apoio à geração de renda, reconhecimento, à remuneração do trabalho feminino gratuito e invisível visto como natural ou a obrigação de gênero. Isso pode ser feito por meio de políticas públicas específicas ou ações afirmativas, que devem ser implementadas de forma integrada com outras políticas sociais e econômicas.

Uma das discussões atuais é a de estimular e elevar o número de mulheres nos cargos eletivos da gestão pública. Não deixa de ser um começo, ou ampliação de conquista do espaço público, mas se sabe também que isso não é suficiente, pois não dá garantias de que ocorram mudanças significativas nas condições das mulheres ou nas políticas de gênero. É preciso atuar nessa e em outras frentes.

A educação que recebemos é androcêntrica, patriarcalista ou masculinista, machista e se imiscui ou está imbricada na forma de olhar e agir não somente por eles, mas principalmente por elas. As mudanças necessárias são profundas e principiam, antes mesmo de tudo, já no ambiente privado ou seio da família na forma de educar meninos e meninas e pelo bom trato parental. Devem ser irradiadas por toda sociedade nas ciências, religiões, política, artes e educação formal.

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2009, p. 183: “O poder deve ser analisado do como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está na mão de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão”.

<sup>18</sup> ITABORAÍ, Nathalie Reis. *A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas*. IUPERJ, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/NathalieItaborai.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

Com essas ideias, introduzimos a presente investigação, o problema que norteia o estudo e, além daquelas questões do projeto de pesquisa, registramos outras, cujas reflexões podem culminar em novas proposições para a mudança social.<sup>19</sup>

Esta é uma pesquisa de natureza básica, de abordagem qualitativa e realização exploratória, de procedimento bibliográfico e documental, de acordo com a classificação de Gil<sup>20</sup>.

O objeto da investigação é a inclusão educacional e produtiva da mulher e os impactos na **rede social de atenção, cuidado e proteção**. A investigação dos impactos decorrentes da ação da mulher proativa, que estuda ou é geradora de renda. Ênfase na escuta às mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social e são atendidas ou não por políticas públicas.

O objetivo geral desta pesquisa é o da reconstrução da teia social que envolve desdobramentos e reflexos na rede social da mulher em situação de vulnerabilidade social, na busca do apoio à inclusão educacional e produtiva.

Como objetivos específicos consideramos: conceituar **rede de atenção, cuidado e proteção** e a importância do sentido dessa expressão pela comunidade científica e política; articular gênero, entre outros temas, com inclusão educacional e produtiva, capital social e geração de renda, elevação da renda e bem-estar social; desmistificar a concepção ainda conservadora do papel da mulher, presente na igreja e outras organizações religiosas e no Estado sobre a compreensão e construção conceitual de gênero (papel da família ou do Estado); considerar pressupostos de empoderamento social e discutir apoio e remuneração das mulheres que em suas redes se ocupam de outros indivíduos como crianças, jovens, idosos, doentes crônicos e pessoas com deficiência; avaliar o impacto do empoderamento econômico da mulher na elevação da autoestima; a remissão da violência intrafamiliar com a quebra do ciclo da violência contra a mulher, dada ênfase em gênero; considerar as alternativas de mudança social, elevação de escolaridade e renda, levando em conta outras ocupações que geram remuneração, que vão além do emprego formal e que possam envolver a Economia Solidária, o empreendedorismo, até a construção de carreira profissional, a ocupação de função pública, a inclusão nos processos decisórios e cargos eletivos, entre outros; trazer a lume, como recorte, quando da relação da vulnerabilidade da rede, as mulheres que reincidem no crime e o aumento de mortes violentas e gravidezes de jovens entre outras temáticas que

---

<sup>19</sup> Em que medida as consequências da inclusão educacional e produtiva influenciam e se estendem como benefícios à rede de atenção, apoio, proteção e cuidado da mulher? Este é o problema que norteia o estudo.

<sup>20</sup> GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

projetam a mulher encarcerada, menores infratores ou em conflito com a lei e mães precoces e suas filhas, que tendem a repetir a trajetória da genitora no procriar ao adolecer.

Como problemática enunciamos: em que medida as consequências da inclusão educacional e produtiva influenciam a rede de atenção, cuidado e proteção da mulher?

No primeiro capítulo discutem-se as **mudanças sociais e os impactos na realidade das mulheres**. A Ética Teológica, os direitos humanos e políticas públicas de proteção à mulher e ao trabalho feminino, o apego seguro no bom trato parental, a resistente resiliência e condições fundantes na reconstrução de redes esfaceladas pela violência e pobreza e, por fim, a família, vínculos familiares, violência e renda.

No segundo capítulo, a **mulher como operadora natural da rede de apoio, atenção, cuidado e proteção e a intervenção de redes**; a ecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner; o conceito de resiliência ou resistente resiliência; o conceito de vulnerabilidade; o que é rede? Como se comportam as redes? A **Rede Primária**; o conceito de **rede de apoio, atenção, cuidado e proteção** da mulher; a família e a mulher; a **Rede secundária**; o **método de intervenção de redes**; os instrumentos utilizados na intervenção de redes nas fases de **exploração, mobilização e verificação**; operador(a) de redes.

No terceiro capítulo abordamos o **método de intervenção de redes** aplicado, a rede secundária e as experiências de exploração e de mobilização de redes e os quatro casos de intervenção de operador de rede: as **experiências de exploração** (Lúcia e Marcela) e as **experiências de mobilização** (Maria e o jovem Marcos).

A problemática suscitada envolveu questões que nos desafiaram no decorrer do percurso da investigação como: a) Que suporte pode a mulher oferecer a **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção** quando essa mesma mulher é acometida por eventos adversos, problemas de saúde mental e estresse parental e morte? b) Como as redes se mobilizam através do método de intervenção e redes para dar suporte às mulheres em situação de vulnerabilidade social e deflagrar fatores de proteção e reconstrução de vínculos da rede primária?

Enfim, nutrimos o sentimento de que há muito ainda a aprofundar nos estudos sobre **as consequências da inclusão educacional e produtiva na rede social da mulher**, um longo e árduo caminho para homens e mulheres, mesmo que estejamos seguindo rumo à consolidação da Ética da justiça, como nos diz Vidal.

Segundo o economista Marcelo Neri dizemos que “o grande momento de um pesquisador empírico, não é quando ele confirma o que sabia, mas quando ele se surpreende com o que não sabia”<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> NERI, Marcelo. *A nova classe média*. O lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 14.



## 1 AS MUDANÇAS SOCIAIS E OS IMPACTOS NA REALIDADE DAS MULHERES

Discutimos a mudança social mediada pela Ética Teológica na contribuição de Vidal, pelos direitos humanos, políticas públicas de proteção à mulher e valorização do trabalho feminino, dando ênfase na importância de atenção à infância e na reconstrução de redes esfaceladas pela violência e pobreza quanto ao **apego seguro** e o **bom trato parental** que se origina e culmina na **resistente resiliência**, condições fundantes na reconstrução de redes esfaceladas pela violência e pobreza. Ao final abordamos a família, vínculos familiares, violência e renda. Complementamos o capítulo com as constatações / resultados das pesquisas sobre resiliência da Organização Exile, lembrando que “[...] a qualidade do vínculo entre pais e filhos e as competências educativas, ao menos, com um dos pais constitui base para a resiliência. Outro fator é a existência de uma rede social de apoio à família”<sup>22</sup>.

### 1.1 A ÉTICA TEOLÓGICA COMO VIA INTERMEDIÁRIA DE GÊNERO NA CONTRIBUIÇÃO DE VIDAL

A **ética feminina** é feita por mulheres, ou seja, é pensada e construída a partir da perspectiva da mulher. Não se pode deixar de lado o ponto de vista feminino quando o discurso prático é feito por mulheres; por isso toda ética feminina tem em vista, às vezes mais outras menos, a perspectiva da mulher.<sup>23</sup>

A ética feminista pode ser realizada tanto por mulheres como por homens. É **ética feminista** quando se faz a hermenêutica individual de todo feminismo que envolve a denúncia da assimetria que sofre a mulher por sua condição feminina: a alienação sexista. Ainda, quando reivindica a dignidade da mulher e de seu igual direito à realização pessoal e profissional, no ambiente público e privado e em todos os espaços da vida.<sup>24</sup>

A **ética teológica** pode tornar possível a integração de pressupostos metodológicos e interesses temáticos do feminismo. Nesse sentido há condições e elementos que em conjunto podem dar validade ao projeto **feminista**. Pelas experiências das mulheres, diversas variações podem ser experimentadas, assim, “a ética feminista pode ser comparada a uma sinfonia que está a ponto de ser composta”, de acordo com Monique Dumais.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 85.

<sup>23</sup> VIDAL, 2005, p. 46.

<sup>24</sup> VIDAL, 2005, p. 46.

<sup>25</sup> DUMAIS, 1992 apud VIDAL, 2005, p. 50-51.

A incorporação da mulher ao discurso ético-teológico dará lugar a uma ética teológica tanto feminina como feminista.

Mercedes Navarro diz que

[...] a ética feminista cristã é ou deve ser conjuntural, uma ética provisória, necessária para a consciência da marginalização e da repressão que a ética teológica de cunho patriarcal tem representado para as mulheres, mas também deve apontar de início a construção de uma ética teológica que inclua todos os seres humanos e contemple os problemas da práxis a partir de diversas perspectivas.<sup>26</sup>

A teologia não se coloca como uma opção entre o feminismo da igualdade e o da diferença, como está exposto a seguir:

Sobre a relação ao tipo de feminismo que deve ser assumido no discurso ético-teológico, é necessário aceitar um pluralismo de opções concretas. A teologia não possui uma terceira via ou opção própria entre as duas que prevalecem atualmente: o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença. Entretanto, a sensibilidade cristã não é neutra a esse respeito. [...] assumindo o valor da igualdade entre homem e a mulher, e respeitando a diferença feminina, a ética teológica deva ser decantada a favor de um feminismo radical de libertação integral, um feminismo no qual a emancipação da mulher seja articulada à libertação de outras alienações e marginalizações que sofrem os seres humanos, sobretudo os mais fracos.<sup>27</sup>

As análises feministas denunciam a inconsistência racional do que dá base às desigualdades entre as mulheres e os homens. É preciso transformar esse potencial crítico resultante dessas análises na configuração de uma nova ética. De que não se considere a mulher sempre da mesma forma, seja a partir da natureza ou mediação. Vislumbra-se daí uma subversão de valores que repercutirá certamente em nova concepção do trabalho, do tempo, da sexualidade, do poder, da vida cotidiana, do amor e, definitivamente, do outro.<sup>28</sup>

Junte-se a tudo isso a reflexão teológico-moral da opção pelos mais pobres, cujo discurso ético-teológico envolve os riscos da **radicalidade** na crítica e da **integralidade** na proposta emancipadora.<sup>29</sup>

No momento atual, as contribuições que se fazem a partir da ética teológica conduzem-se por duas vias: a da crítica ao tratamento dado à mulher na tradição teológica, principalmente nos tratados de ética sexual e conjugal; e aquela que envolve proposta para

<sup>26</sup> NAVARRO, 1993 apud VIDAL, 2005, p. 51.

<sup>27</sup> VIDAL, 2005, p. 51-52.

<sup>28</sup> PINTOS; TAMAYO-ACOSTA, 1992 apud VIDAL, 2005, p. 52.

<sup>29</sup> VIDAL, 2005, p. 52.

reorientar as categorias fundamentais da moralidade cristã e, assim, considerar o ponto de vista da mulher para o campo da ética teológica.<sup>30</sup>

Vidal, citando Camps, argumenta com propriedade que

[...] a questão do feminismo, assim como, mais concretamente, a da ética feminista, “não é um problema que concerne somente às mulheres, ainda que pareça. Enquanto for assim, considerada uma questão setorial, marginal, permaneceremos cegos diante da maioria das crises que ameaçam as sociedades avançadas – estado de bem-estar, desemprego, família, idosos etc. -, porque deixaremos de considerar que um dos fatores de tais crises é, precisamente a mudança experimentada na posição e nas atitudes da mulher”.<sup>31</sup>

Conclui-se daí que todos estão envolvidos na situação em que vivem as mulheres. As reivindicações feministas são a face feminina dos problemas da sociedade. Nas propostas do feminismo, não é a defesa da mulher que se deve fazer, “mas a educação dos filhos, o cuidado dos doentes, a atenção dos idosos, a estabilidade da família, a divisão equitativa do trabalho”<sup>32</sup>.

Assim, a ética feminista está como um caminho que anuncia e realiza as reivindicações do feminismo, as quais são do interesse da sociedade. Por isso a ética do gênero feminino deve ser considerada uma proposta de interesse humano.<sup>33</sup>

## 1.2 OS DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER E AO TRABALHO FEMININO

Os **direitos humanos** se estendem também às relações de gênero ou mais precisamente à temática mulher, que se articula com o direito à vida, à saúde, aos direitos da pessoa e à dignidade humana. Já as **políticas públicas**, no quesito inclusão produtiva feminina, são direcionadas em relação à elevação de escolaridade, à educação profissional e o acesso ao emprego e outras oportunidades de geração de renda, como o trabalho desenvolvido no empreendedorismo pelas incubadoras sociais e a economia solidária; direitos esses que devem ser implementados, garantidos e facilitados pelo Estado.

Na última semana de setembro de 2013 foi divulgado na mídia um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a violência contra a mulher brasileira.

<sup>30</sup> NAVARRO, 1993 apud VIDAL, 2005, p. 52; RANKE-HEINEMANN, U. *Eunuchen für das Himmelreich*. Hamburg: [s. l.], 1989; CAHILL, L. S. *Women and Sexuality*. New York: [s. l.], 1992.

<sup>31</sup> CAMPS, 1998 apud VIDAL, 2005, p. 100-101.

<sup>32</sup> CAMPS, 1998 apud VIDAL, 2005, p. 101.

<sup>33</sup> VIDAL, 2005, p. 101.

Anunciou-se que, mesmo na vanguarda em relação a outros países, a Lei Maria da Penha ainda não atenderia às expectativas de redução da violência e assassinatos de mulheres no país.<sup>34</sup>

Na promulgação da Lei Maria da Penha e outras, como as que envolvem garantias trabalhistas, são inquestionáveis os avanços, mas quase sempre o maior desafio está na implementação e monitoramento, tanto no que se refere a vencer os vícios, quanto no alcance dos resultados almejados e eficácia da lei. Sabe-se que há muito que fazer no caso da implementação dos direitos humanos e em especial na Lei Maria da Penha.<sup>35</sup> Envolve mudanças de todo um contexto, da realidade, da sociedade, quase como o engendramento de uma segunda revolução sexual. Implica em renovação da cultura familiar, mudanças estruturais acentuadas e comprometimento pela cultura da paz, atuação mais com a solidariedade do que a competitividade e meritocracia, tal a partir do seio familiar e área religiosa e confessional e na busca de uma nova forma de educar meninos e meninas.

Há a necessidade de um modelo intermediário de relações de gênero subsidiado pela solidariedade, a esse respeito dispõe Vidal que “a categoria ética que integra ambas as sensibilidades pode ser a de solidariedade, síntese, que além de integrar, supera a de cuidado e de justiça”<sup>36</sup>. Ainda, existe a necessidade de estímulo através de políticas públicas, a construção do **apego seguro**, estímulo ao bom trato parental, erradicação do trabalho infantil e mais eficácia na proteção da infância, juventude e das mulheres vítimas da violência dos homens.

É assertivo Norberto Bobbio quando diz que “o problema dos direitos humanos em nossos dias, já não é o de fundamentá-los, e sim, implementá-los”<sup>37</sup>. Ao mesmo tempo, sabe-se que isso deve ser gradual, bem como deve ser feito de forma continuada, por isso a necessidade de insistir na concretização das mudanças necessárias.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> No dia 25 de setembro 2013 divulgou-se na mídia estudo e dados do Ipea. O teor da publicação indica que a lei não trouxe redução nos números de mulheres assassinadas, mas aumento. Há que se lembrar de que logo após a regulamentação da lei que com mais rigor dá prisão ao agressor, houve pressão e questionamento da mídia, pelo fato, do momento imediato da promulgação da lei, em curto período haver se intensificado o assassinato de mulheres por seus maridos ou companheiros. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19873](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19873)>. Acesso em: 25 set. 2013.

<sup>35</sup> Os resultados serão alcançados a partir de incansável e continuado trabalho na conclusão da implementação da política pública, o que demandará certo tempo.

<sup>36</sup> VIDAL, 2005, p. 62; 52; 102.

<sup>37</sup> BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1998. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/em-acao/34-em-acao/10004594-relatorio-aponta-desafios-para-a-implementacao-de-direitos-humanos-no-brasil>>. Acesso em: 26 set. 2013.

<sup>38</sup> BOBBIO, 1998.

A política do organismo internacional ONU Mulher, através de campanhas, mobiliza a opinião pública e faz chamada aos homens não violentos, no apoio, prevenção e estímulo à conscientização e manifestação de repúdio, de que se posicionem, não silenciem nem aceitem como normal a violência do homem contra a mulher.

Certamente essa não é uma luta somente das mulheres, mas da sociedade como um todo. A mudança social principia, antes de tudo, com a mudança do olhar e o persistir na equidade de relações e oportunidades, na execução de um modelo intermediário de gênero, a começar pelo contexto privado/doméstico/familiar e, fundamentalmente, como já dissemos anteriormente, na mudança da educação de meninos e meninas.

A ONU Mulher defende a participação equitativa das mulheres em todos os aspectos da vida e enfoca cinco áreas prioritárias:

Aumentar a liderança e a participação das mulheres; Eliminar a violência contra as mulheres e meninas; Engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança; Aprimorar o empoderamento econômico das mulheres; Colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos de desenvolvimento nacional.<sup>39</sup>

Uma das discussões atuais é a de estimular e elevar o número de mulheres nos cargos eletivos da gestão pública, mas devemos lembrar que as meninas desde cedo são conduzidas para a vida privada e os meninos para a pública. O condicionamento cultural que conduz para o público ou para o privado tem impacto importante na definição do agir como homem ou mulher, mesmo no exercício de cargos públicos. Significa dizer que mesmo com mais mulheres na gestão pública não há garantias plenas de ganhos políticos ou práticos, benefício ou implementação das políticas afirmativas para as mulheres e a sociedade em geral.<sup>40</sup>

Em relação à temática gênero, em especial no ambiente privado ou doméstico, no Brasil assistimos a avanços significativos na materialização de políticas públicas de gênero e direitos trabalhistas, a exemplo da aprovação em abril de 2013 da “PEC das domésticas” pelo Congresso Nacional. A Emenda Constitucional 72 estendeu aos empregados e empregadas domésticos os direitos já garantidos aos demais trabalhadores urbanos e rurais.<sup>41</sup>

Na consolidação de políticas de gênero no enfrentamento à pobreza e de garantia dos direitos ao trabalho anuncia Menicucci, a ministra brasileira:

---

<sup>39</sup> ONU Mulheres. ONU no Brasil, [Brasília], 201-. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres/>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

<sup>40</sup> As mulheres, por questões culturais, tendem a se conduzir e assumir mandato sob olhar androcêntrico, a agir como homem.

<sup>41</sup> Comemora-se avanço em relação à herança escravista, muito embora a conquista seja tardia e haja muito a avançar.

Nossa experiência nacional aponta para a importância de incluir a perspectiva de gênero e da igualdade no conjunto das políticas públicas e fortalecer os mecanismos nacionais de políticas para as mulheres. Na agenda da erradicação da pobreza são fundamentais as políticas de igualdade de gênero, pois o ônus da pobreza atinge as mulheres de maneira desproporcional. O Brasil tem fortalecido os programas de enfrentamento à pobreza e de garantia dos direitos ao trabalho. O Congresso Nacional aprovou em 2013, por unanimidade, mudanças constitucionais radicais que ampliam e igualam os direitos sociais e trabalhistas das trabalhadoras domésticas com todos os trabalhadores.<sup>42</sup>

O Brasil é signatário das **8 metas do milênio** e em diferentes lugares do país e do mundo arduamente trabalham de forma associada governo, cidadãos, organizações e indivíduos da esfera privada e pública para o alcance e registro dos resultados dos **8 objetivos do milênio**, ou, como são conhecidos, os **ODMs**.<sup>43</sup>

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) o Brasil já alcançou a meta estipulada para 2015 de melhora dos indicadores ligados ao ODM nº 1: **erradicar a extrema pobreza e a fome**. O alerta dado um pouco antes de ser divulgada a notícia do Ipea de não redução dos números da violência doméstica, mesmo com a Lei Maria da Penha, tem relação com o objetivo citado anteriormente e o ODM de nº 3, que é o de **promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres**, por isso a importância do dado a seguir: as trabalhadoras agrícolas familiares não remuneradas constituem um universo invisível e sem apoio direto, apesar de serem mais numerosas do que as trabalhadoras remuneradas, e do fato de que seu aporte produtivo à segurança alimentar ser fundamental para suas famílias e pequenas comunidades. Complementa ainda o informe que

<sup>42</sup> Discurso de Eleonora Menicucci, ministra de Estado, chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República. Foi pronunciado na 1ª reunião da Conferência regional sobre População e Desenvolvimento em Montevideú, Uruguai, em 13 de agosto de 2013. Cf. MENICUCCI, Eleonora. *Ministra Eleonora faz intervenção oficial do Brasil em conferência da ONU sobre população e desenvolvimento*. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasília, 14 ago. 2013. Disponível em: <[https://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/08/14-08-2013-ministra-eleonora-faz-intervencao-oficial-do-brasil-em-conferencia-da-onu-sobre-populacao-e-desenvolvimento-1](https://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/08/14-08-2013-ministra-eleonora-faz-intervencao-oficial-do-brasil-em-conferencia-da-onu-sobre-populacao-e-desenvolvimento-1)>. Acesso em: 16 ago. 2013.

<sup>43</sup> Em setembro de 2000, os 191 estados-membros da ONU se reuniram em Nova York para debater os destinos da humanidade e nesta mesma data assinaram a Declaração do Milênio. Daí nasceram os oito objetivos do milênio (ODMs). São oito compromissos concretos destinados a reduzir a desigualdade entre as nações e a tornar melhor a vida dos povos. Os países signatários miraram o horizonte até 2015, comprometendo-se, até esta data, a melhorar os indicadores ligados a questões como pobreza, fome, doença, analfabetismo, degradação do meio ambiente e discriminação contras as mulheres. O Brasil é um dos signatários dos ODMs. Cada Estado e cidade do Brasil se organizam de acordo com sua condição nos trabalhos em prol dos ODMs. Em SC o comitê dos ODMs se denomina: “Nós podemos SC”. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>> e <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

40% das mulheres agricultoras na América Latina e Caribe não recebem pagamento por seu trabalho.<sup>44</sup>

Na região sul, mais especificamente nas áreas de imigração europeia, na administração da pequena propriedade agrícola familiar, mesmo em tempos de ECA e política pela erradicação do trabalho infantil em implementação, é comum que as crianças permaneçam trabalhando na produção. A dificuldade de vencer essa cultura encapsulada se dá pela experiência dos genitores que trabalharam quando crianças e na crença disseminada, expressas em dizeres tais como: “o trabalho não mata ninguém”, “comecei a trabalhar com cinco anos e estou aqui, não morri por causa disso”, “ele/ela, a criança, tem que me ajudar”, “quem não trabalha, não tem direito a comer”, entre outras atrocidades impronunciáveis que **sangram nossos corações e machucam nossos ouvidos.**<sup>45</sup>

As mulheres da área rural normalmente têm dura jornada. Elas associam o trabalho pesado da produção com o do ambiente doméstico e a maternidade. A gestão e a distribuição dos recursos auferidos pelo trabalho coletivo da produção permanecem centralizadas na figura do marido ou do pai, quem normalmente faz a gestão. Poder patriarcal que perpetua as relações de gênero já que submete mulheres, outros homens e crianças ao comando, nem sempre justo e democrático, do chefe da família. Pobreza material e espiritual que pode vir a alimentar a prostituição infanto-juvenil, empobrecer e abreviar vidas pelos reflexos do trabalho infantil, servil e escravo em regiões isoladas. Isso faz com que mais jovens abandonem a vida no campo não somente pela miséria, perda da produção ou para continuidade dos estudos, como é comum, mas em busca de uma fuga do jugo familiar de modo que, na busca pela independência financeira, optam pelo trabalho assalariado das cidades ou são atraídos para o ilícito.

---

<sup>44</sup> FAO: *40% das mulheres agricultoras na América Latina e Caribe não recebem pagamento*. ONU no Brasil, [Brasília], 9 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/fao-40-das-mulheres-agricultoras-na-america-latina-e-caribe-nao-recebem-pagamento/>>. Acesso em 11 ago. 2013.

<sup>45</sup> Apesar das medidas de trabalho protegido e da proibição do trabalho infantil, segundo o IBGE são 3.600.000 crianças menores de 14 anos que trabalham principalmente na área rural.

### 1.3 O APEGO SEGURO NO BOM TRATO PARENTAL QUE DÁ ORIGEM À RESISTENTE RESILIÊNCIA: CONDIÇÕES FUNDANTES NA RECONSTRUÇÃO DE REDES ESFACELADAS PELA VIOLÊNCIA E POBREZA.

Segundo a ONU há 45 milhões de refugiados espalhados pelo mundo. No que concerne aos fluxos migratórios e encaminhamento de ações do governo brasileiro na garantia dos direitos humanos, segue declaração:

A contínua crise econômica nos países desenvolvidos e avanços logrados por nossas sociedades e governos têm contribuído para reversões importantes nos fluxos migratórios de alguns países de nossa região. No Brasil, por exemplo, temos atraído o retorno de emigrantes e a vinda de imigrantes estrangeiros em resposta à melhoria da situação econômica e social. Isso exige políticas adequadas que reconheçam os direitos e a dignidade humana dos imigrantes. O governo brasileiro tem trabalhado em âmbito interministerial para definir ações e programas no sentido da melhoria das condições de vida e trabalho e garantia dos direitos humanos dos imigrantes.<sup>46</sup>

Ainda sob essa realidade há outra faceta, de acordo com o alerta de Boris Cyrulnik, que

[...] os deslocamentos de população constituirão provavelmente um imenso problema no século que acaba de nascer [...] que ao motivo inicial que os tem expulsado de seus países se juntam, sem cessar, a outros traumas e dores, a miséria, a humilhação administrativa ao fracasso escolar, a dificuldade de integração mediante o trabalho. Como ajudar a essas pessoas a recompor seus **eus** destrozados?<sup>47</sup>

Trazemos o contexto de trabalho da organização civil Exile da Bélgica e a investigação sobre “**o bem tratar e a resiliência**” com o foco na relação das mulheres e homens com seus filhos e filhas, enfim um olhar sobre famílias em situação de refúgio.

A maioria dos sobreviventes da violência organizada que chegam à situação de refugiados são mulheres e crianças (95% delas), vítimas da violência organizada em seus países de origem. Necessitam reconstruir sua nova rede social, dessa feita nos países de acolhimento, conforme segue:

<sup>46</sup> MENICUCCI, 2013.

<sup>47</sup> Conforme BORIS CYRULNIK, em página não numerada do prólogo da obra de BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006: “[...] *Los desplazamientos de población probablemente un inmenso problema en el siglo que acaba de nacer [...] Al desgarro inicial que les ha expulsado de sus países se añaden, sin cesar, otros traumas: el duelo, la miseria, la humillación administrativa, el fracaso escolar, la dificultad de integración mediante el trabajo. ¿Cómo ayudar a esas personas sus yoes destrozados? [...] A pesar de la herida primera, que los sucesivos desgarros hacen sangrar sin cesar, Jorge Barudy y su equipo intentan la aventura de la resiliencia.*”



Era frequente que a mãe viveria na Bélgica com seus filhos e que o pai estivera morto ou desaparecido. Por essa razão, falamos aqui muito resumidamente do trabalho realizado com a mãe e seus filhos: não se trata de excluir o pai, senão, simplesmente, de que a ausência se deve ao drama da violência organizada. Por outra parte quando o pai está presente, seus modelos culturais patriarcais lhes dificulta o acesso voluntário ao programa. [...]. No que se refere à participação dos pais, afortunadamente, a situação começou a evoluir. Graças à mobilização das mães e das iniciativas dos profissionais da Exile, se organizou um segundo programa destinado aos homens, os quais, pouco a pouco, se foram implicando nas tarefas familiares.<sup>48</sup> (tradução nossa).

Acrescentamos à discussão a reflexão sobre a mulher e a relação com a pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, resiliência com o foco na reconstrução de rede social. É, pois, que

[...] na situação de ruptura de contexto que provoca a fragmentação do corpo social da família, que busca naturalmente “retribalizar-se”. Um dos propósitos da nossa investigação é facilitar a aparição de um tecido social de substituição. Entendemos por “tecido social” a comunidade, é dizer, o conjunto constituído pela rede em primeira linha (família, amigos, vizinhança) e a rede em segunda linha (profissionais médicos-psicossociais, professores etc.).<sup>49</sup> (tradução nossa).

Na situação vivida por famílias exiladas, eis como se organizam os papéis quando da fragilização ou esfacelamento da rede primária. Assim,

[...] podemos observar que a rede secundária passa ao lugar destinado normalmente à rede primária: na ausência de laços familiares e de amizade, as relações estabelecidas com os profissionais de ajuda ocupam o lugar principal, pelo menos temporariamente.<sup>50</sup> (tradução nossa).

<sup>48</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 24: “Era frecuente que la madre viviera en Bélgica con sus hijos y que el padre estuviera muerto o desaparecido. Por esta razón, hablamos aquí muy a menudo del trabajo realizado con la madre y sus hijos: no se trata de excluir al padre, sino, simplemente, el hecho de que su ausencia se debe al drama de la violencia organizada. Por otra parte, cuando el padre está presente, sus modelos culturales patriarcales les dificultan el acceso voluntario al programa. Actualmente, más de doscientas familias se benefician de él. En lo relativo a la participación de los padres, afortunadamente, la situación comenzó evolucionar. Gracias a la movilización de las madres y a las iniciativas de los profesionales de Exile, se organizó un segundo programa destinado a los hombres, los cuales, poco a poco, se fueron implicando en las tareas familiares.”

<sup>49</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 120: “Tal y como hemos señalado varias veces, la situación de ruptura de contexto provoca el estallido del cuerpo social de la familia, que busca, naturalmente, ‘retribalizarse’. Uno de los ejes de nuestra intervención es facilitar la aparición de un tejido de substitución. Entendemos por ‘tejido social’ la comunidad, es decir, el conjunto constituído por la red en primera línea (familia, amigos, vecindad) y la red en segunda línea (profesionales médico-psicosociales, profesorado, etcétera).”

<sup>50</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 120-121: “En la situación vivida por las familias exiliadas, podemos observar que la red secundaria pasa al lugar destinado normalmente a la red primaria: en ausencia de lazos familiares o de amistad, las relaciones establecidas con los profesionales de ayuda ocupan el lugar principal, al menos temporalmente.”

Os pesquisadores da **Exile** compartilham suas observações e descrevem as duas razões pelas quais publicaram suas experiências, como segue:

A primeira, no sentido de compreender as situações de violência organizada – as guerras, as perseguições, as repressões de todo tipo, a tortura e o exílio – e sua afetação às crianças, vítimas diretas e indiretas dela e em que medida essas experiências alteravam a função parental. Nos casos em que já existiam problemas de desempenho e deficiências na função parental, observaram que as agressões apareciam e se acentuavam no decorrer do tempo, sempre com o risco de crise iminente e de agravamento das situações de maus tratos infantis.

A segunda, no sentido de conhecer através das observações, as fontes de resistência e de resiliência, que as famílias mobilizam no sentido de preservação de seus filhos quando em situações-limites.<sup>51</sup> (tradução nossa).

Ainda, o relato dos processos traumáticos vivido por essas famílias que dificultam o controle do estresse, de aplacar e elaborar a dor quando a família tem um ou a totalidade de seus membros expostos a eventos exógenos dolorosos e estressantes. Eventos que esgotam os recursos no sentido de mitigar a dor, pelo seu conteúdo, repetição e duração. São dois os desafios: acalmar a dor das feridas e dar um sentido a essas experiências. Experiências dolorosas e traumáticas como assistir ao massacre da própria família, a tortura dos seus, ser violada sexualmente, chegando ao ponto de ser obrigada a torturar a si mesmo.<sup>52</sup>

Comprova-se nas investigações da **Exile** a força da mulher pela singularidade das respostas femininas a situações de ameaça vital e de estresse. Mulheres de diferentes lugares do mundo, que tem como peculiaridade o fato de serem sobreviventes de guerras, genocídios e perseguições por razões étnicas, de gênero, religiosas ou políticas.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 25: “*La primera, hacer comprender como las situaciones de violencia organizada – las guerras, las persecuciones, las represiones de todo tipo, la tortura y el exilio – afectan a los niños, como víctimas directas y también como víctimas indirectas de esa violencia, en la medida en que esas experiencias pueden alterar la función parental. En los casos en los que ya existían problemas y deficiencias en el desempeño de la función parental con anterioridad a las agresiones, observamos muy frecuentemente que aquellos se amplifican, con el riesgo de la aparición o el agravamiento de las situaciones de maltrato infantil. La segunda, dar a conocer nuestras observaciones sobre las fuentes de resistencia y de resiliencia que las familias movilizan con el fin de preservar a sus hijos cuando se enfrentan a situaciones extremas.*”

<sup>52</sup> Conforme BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 28: “*Hablamos de procesos traumáticos de una familia cada vez que uno o la totalidad de sus miembros es confrontado a un conjunto de sucesos exógenos dolorosos y estresantes. Estos sucesos, producidos por otros seres humanos, agotan los procesos de la persona o la familia para aplacar y elabora el dolor. Esos procesos traumáticos sitúan a las familias frente a un doble desafío: calmar el dolor de las heridas y darle un sentido a esas experiencias. Cabe destacar que es extremadamente difícil encontrarle un sentido a experiencias tan traumáticas como, por ejemplo, asistir a la masacre de la propia familia, o ser violada, o ver torturar a uno de los tuyos, o incluso ser obligado a torturarle uno mismo.*”

<sup>53</sup> Conforme BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 65: “*Nuestra práctica terapéutica con mujeres de diferentes lugares del mundo, pero que tienen en común el hecho de ser supervivientes de guerras, genocidios o persecuciones por razones étnicas, de género, religiosas, o políticas nos ha confirmado la singularidad de las respuestas femininas a las situaciones de amenaza vital y de estrés.*”

Dizem os pesquisadores que, nos programas para promoção e manutenção do bom trato infantil,

[...] mais de 95% do público participante adulto são mães. Por meio do testemunho dessas mulheres e da observação da forma como manejam o sofrimento e o estresse, podemos distinguir a especificidade de suas respostas. As respostas comprovam que, frente ao perigo, elas tentam proteger a sua prole solicitando, se é necessário, possível auxílio e apoio aos demais. No lugar de fugir ou atacar para se salvar, priorizam cuidar e proteger suas filhas e filhos por meio de comportamentos altruístas como protegê-los com seus corpos, abrindo mão da pouca comida que tenham conseguido, escondendo-os ou levando-os nos braços por grandes períodos, superando a fadiga, a fome e a sede.<sup>54</sup> (tradução nossa).

Assim, o cuidado e o bom trato pode facilitar a reparação dos danos causados por situações-limites e respostas mais controladas às situações de estresse.

Dessa maneira, tomada a situação anteriormente explicitada, podemos dizer que dadas as lacunas da rede primária é que se faz imprescindível o apoio da rede secundária já que ser mãe, tanto na compreensão da sociedade, corporalmente ou cotidianamente, é assumir a responsabilidade parental pelo cuidado e proteção da prole. Contudo, a fim de poder cuidar de outro, “é preciso estar em condições de cuidar de si mesma”.<sup>55</sup>

Quando nos remetemos à maternidade e à importância da rede primária e também da rede secundária é preciso considerar que

a construção do apego materno-filial não é apenas uma história de dois, mas uma história de muitos. Já que se faz preciso uma pessoa solidária para apoiar a relação que nasce, e essa pessoa, infelizmente, não se faz presente em muitas das situações que é preciso.<sup>56</sup> (tradução nossa).

<sup>54</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 65: “*En nuestros programas para promover y mantener el buen trato infantil, más del 95% de los participantes adultos son madres. A través del testimonio de estas mujeres y de la observación de la forma en que manejan el sufrimiento y el estrés, hemos podido distinguir la especificidad de sus respuestas. Ella nos han permitido comprobar que frente al peligro las mujeres en general, y las madres en particular, lo primero que intentan es proteger a su descendencia solicitando, si es necesario y posible, auxilio y apoyo a los demás. En lugar de huir o atacar para salvarse ellas, su prioridad es cuidar y proteger a sus hijas e hijos mediante comportamientos altruístas, tales como protegerles con sus cuerpos, renunciar a lo poco de comida que han podido conseguir, esconderlos o llevarlos en brazos por largos períodos a pesar de la fatiga, el hambre y la sed.*”

<sup>55</sup> GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1982, p. 87. Enuncio como exemplo figurado do cotidiano, a particularidade das orientações dadas pela tripulação no início de viagem aérea com relação ao uso das máscaras no caso da despressurização; primeiro cada qual coloca a sua máscara e posteriormente ajuda-se às crianças, idosos e demais que porventura precisarem de ajuda.

<sup>56</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 108: “*La construcción del apego materno-filial no es tan sólo una ‘historia de dos’, sino una ‘historia de muchos’. Es necesario, pues, una persona solidaria para reforzar la naciente relación, y esa figura, desgraciadamente, falta en muchas de las situaciones de las que nos ocupamos.*”

A mãe ou essa outra pessoa solidária, que pode vir a fazer a mediação social, pode ser vista como operador(a) de redes. A intervenção de rede, portanto, trabalha sobre o risco de vulnerabilidade das pessoas e pode reduzi-lo consideravelmente, à medida que consegue ampliar, em quantidade e qualidade, o capital de relações humanas à disposição.<sup>57</sup>

Tratou-se anteriormente do trabalho infantil e escravo, é preciso ousadia necessária para persistir na remissão dessa realidade em nosso país. Está em considerar a continuidade mais a compreensão que é preciso lançar<sup>58</sup> um olhar sobre a **plasticidade estrutural** dos sujeitos adultos envolvidos, que facilita a sobrevivência e a adaptação à nova realidade de implementação das políticas contempladas no ECA e de trabalho protegido. Aproveitamos o trabalho de Barudy e Marquebreucq para chamar a atenção à plasticidade cultural e às “crenças que tem igualmente um rol importante na produção e na conservação do bom trato”.<sup>59</sup> O que pode ser constatado nos depoimentos das mulheres no exílio:

[...] Em nosso país se educa uma criança para ter sempre necessidade dos demais. Aqui, vocês ensinam a seus filhos a viverem sozinhos.<sup>60</sup> (tradução nossa).

[...] Uma mulher zairana [...] explicava que são as outras crianças do povo que atraem ao pequeno para fora do regaço de sua mãe e o incorporam a outro grupo de pertencimento, permitindo dessa maneira experimentar períodos de separação de sua mãe que o preparam para o futuro.<sup>61</sup> (tradução nossa).

[...] Outra jovem mãe africana [...] contava que, em seu país, a mãe apenas tinha tempo de ver a seu filho para dar-lhe o peito, até tal ponto que o filho se constitua um centro de interesse para toda a comunidade.<sup>62</sup> (tradução nossa).

<sup>57</sup> SANICOLA, 2008, p. 8.

<sup>58</sup> No caso do trabalho infantil fica difícil para as pessoas compreenderem que o que aprenderam que era uma forma de educar e deixar a criança e o jovem ocupado com trabalho honesto e decente, aprendendo um ofício, hoje pode ser considerado um crime e é intolerável. A criança também sofre discriminação de gênero. Principalmente o irmão mais velho, que precisa **ganhar um dinheirinho para ajudar em casa**, e as meninas que se ocupam dos afazeres domésticos e dos irmãos ainda estão numa situação de invisibilidade, mesmo que hoje já aceitem que ambos precisam ir à escola.

<sup>59</sup> Conforme BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 115; 120; 182: “*Cabe destacar aquí la importancia de la plasticidad estructural del sujeto, que le permite hacer evolucionar sus creencias para que estén al servicio de la vida, y no para ser fuente de desadaptación y muerte. Por ello, las creencias tienen un rol importante en la producción la conservación del buen trato. [...] Para los padres en el exilio, el acceso a estos recursos se ha convertido igualmente en algo muy difícil de acceder debido a la brecha existente entre las representaciones del país de origen y las del país de acogida. [...] Una parte de las creencias que mantenían la relación de esta mujer con su hijo concedían con las nuestras. Ello nos permitió un espacio de representaciones comunes en relación con el buen trato infantil. Conservando cada una nuestra singularidad, este consenso reforzaba nuestros vínculos afectivos y mejoraba nuestra colaboración.*”

<sup>60</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 115: “*En nuestro país se educa para tener siempre necesidad de los demás. Aquí, ustedes enseñan a sus hijos a vivir solos.*”

<sup>61</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 116: “*Una mujer zaireña nos explicaba que son los otros niños del Pueblo los que atraen al pequeño fuera del regazo de su madre y lo incorporan a otro grupo de pertinencia, permitiéndole de esta manera experimentar períodos de separación de su madre que lo prepararán para el futuro.*”

<sup>62</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 116: “*Otra joven madre africana nos contaba que, en su país, la madre apenas tenía tiempo de ver a su hijo para darle el pecho, hasta tal punto su hijo constituía un centro de interés para toda la comunidad.*”

Os depoimentos enunciados nos possibilitam compreender sábio ditado moçambicano de que “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança”.<sup>63</sup>

Comprova-se assim “que a parentalidade bem tratante é sinônimo de transmissão cultural e que o risco mais importante da situação de exílio é a ruptura dessa transmissão.”<sup>64</sup> Por isso é fundamental, além da escuta, o acesso à educação pública humanizada e de qualidade. Como reverter experiências parentais violentas e degradantes sem acolher e proteger a criança? Como não repetir os modelos de pai e mãe sem acesso ao conhecimento ou ao capital social diferenciado?

O estresse é sim uma variável e, muitas vezes, um indicador de outro fenômeno. Nas situações de violência, “o estresse funciona como desencadeador do fenômeno, não como causa [...]”.<sup>65</sup>

No que concerne à resiliência concluem os pesquisadores da **Exile**, fundação belga que assiste a refugiados, que

A experiência de um apego seguro vivido na infância é uma das fontes básicas, não somente das capacidades de resiliência, senão também das competências parentais. Essa experiência segue sendo um recurso apesar dos sucessos traumáticos que provocaram a ruptura do contexto. O apego é, desde logo, um dos fatores que tem que se observar e deve ser considerado como um indicador do bom trato; pois, sobretudo, é a fonte essencial desse bom trato infantil.<sup>66</sup> (tradução nossa).

<sup>63</sup> PROJETO Cidade Criança. *Pedagogia do Abraço*. Disponível em:

<<http://www.cpcd.org.br/principal/projetos/cc.html>>. Acesso em 19 fev. 2013.

<sup>64</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 183: “*Nuestra investigación muestra que la parentalidad bien tratante es sinónimo de transmisión cultural y que el riesgo más importante de la situación de exilio es la ruptura de esa transmisión.*” Conforme BARUDY; MARQUEBREUCQ (2006, p. 156): “[...] *Una de las consecuencias más graves del maltrato infantil es que los niños maltratados corren el riesgo de no conocer y, por lo tanto, de no aprender, modelos de relación interpersonal que aseguren en su futuro de adultos, una parentalidad sana. Este último caso es una trágica ilustración de la violencia contextual sufrida por ciertas familias desde varias generaciones atrás.*”

<sup>65</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 156: “*O estrese está como desencadenador do fenómeno e no como causa do maltrato parental. Carencias afectivas graves en su historia personal, tales como negligencias graves, abandono, rupturas múltiples, rechazos, etcétera, que hayan tenido con consecuencia alteraciones graves de la vinculación; problemas de empatía hacia los hijos; modelos educativos o de cuidados inadecuados; problemas familiares transgeneracionales; dificultades de acceso a la red de apoyo familiar y social. Frecuentemente encontramos, en la historia de estos padres, una grave vivencia de maltrato o de abandono en sus propias infancias.*”

<sup>66</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 182: “[...] *La experiencia de un apego seguro vivido en la infancia es una de las fuentes básicas, no so sólo de las capacidades de resiliencia, sino también de las competencias parentales. Esta experiencia sigue siendo un recurso a pesar de los sucesos traumáticos que han provocado una ruptura de contexto. Nuestras observaciones nos han permitido una vez más mostrar hasta qué punto el apego, cuando es lo bastante sano, sirve como base para las experiencias de buen trato.*” Conforme BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 114: “*Finalmente, nuestras investigaciones nos han permitido incorporar a nuestra acción el paradigma aún incompleto de la ‘resistencia resiliente’, a observar que a capacidad para resistir a las adversidades está unida, sobre todo, a experiencias de apego seguro y a la pertinencia a unas relaciones familiares y comunitarias sanas y solidarias.*”

A qualidade do apego não depende somente da capacidade da mãe. O contexto social é muito importante no processo de estabelecimento e mantimento do apego.<sup>67</sup> Contribuem os pesquisadores da Exile quanto à empatia destacando que:

O trabalho que realizaram com as famílias se dirige sempre à restauração da manutenção das capacidades de empatia dos pais. Essas capacidades se mantêm frequentemente alteradas pela escola do trauma e da depressão. A empatia é, não obstante, essencial na instauração e mantimento de um apego são.<sup>68</sup> (tradução nossa).

Quanto às iniciativas sociais e terapêuticas e o recurso de resiliência, declaram ainda que:

Esta investigação-ação levou a estabelecer o conceito “bom trato”, relacionando-o com o exercício de “uma parentalidade sã”, mesmo que em situações extremas, o que permitiu estudar a maneira com que as experiências da violência originadas no meio ambiente familiar podem perturbar a função parental. Ainda, evidenciou as fontes de resistência e resiliência que os pais mobilizam para preservar as crianças deste tipo de “catástrofes ecológicas de caráter humano”. Os relatos dos membros das famílias e as observações dos profissionais proporcionaram os fundamentos para propor iniciativas sociais e terapêuticas capazes de reforçar os recursos de resiliência mediante o uso melhor dos recursos existentes nos países de acolhida (serviços sociais, escolas, maternidades, jardins de infância, serviços destinados à infância e organizações socioculturais). Sem dúvida, uma das melhores iniciativas foi a criação de uma Liga de Famílias no Exílio, uma associação de ajuda mútua de onde as mães, em especial, promovem formas de apoio social e emocional mediante atividades solidárias e de recreação.<sup>69</sup> (tradução nossa).

---

<sup>67</sup> Conforme BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 158-159: “De hecho, estas personas se encuentran en una doble realidad: desintegración e integración; y cada una de estas realidades implica una pérdida de energía. – Acompañamos a los padres en la reconstrucción de un proyecto de vida, partiendo del aquí y del ahora, y respondiendo a sus demandas de forma muy concreta: ayuda para encontrar o alojamiento, contacto con otras asociaciones para lograr comida y acompañamiento para resolver problemas administrativos y judiciales.”

<sup>68</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 182: “El trabajo que realizamos con las familias se dirige siempre a la restauración o al mantenimiento de las capacidades de empatía de los padres. Estas capacidades quedan frecuentemente alteradas por las secuelas del trauma y de la depresión. La empatía es, no obstante, esencial en la instauración y el mantenimiento de un apego sano.”

<sup>69</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 23: “Esta investigación-acción nos llevó a establecer el concepto ‘bueno trato’, relacionándolo con el ejercicio de ‘una parentalidad sana’, aún en situaciones extremas, lo que permitió estudiar la manera en que las experiencias de violencia originadas en el medio ambiente familiar pueden perturbar la función parental. Además, evidenció las fuentes de resistencia y resiliencia que los padres movilizan para preservar a los niños en este tipo de ‘catástrofes ecológicas de carácter humano’. Los relatos de los miembros de las familias y las observaciones de los profesionales nos proporcionaron los fundamentos para proponer iniciativas sociales y terapéuticas capaces de reforzar los recursos de la resiliencia mediante un uso mejor de los recursos existentes en los países de acogida (servicios sociales, escuelas, maternidades, guarderías, servicios destinados a la infancia y organizaciones socioculturales). Sin duda, no de los mejores logros de nuestras intervenciones ha sido la creación de una Liga de Familias en el Exilio, una asociación de ayuda mutua donde las madres, en especial, promueven formas de apoyo social y emocional mediante actividades solidarias y de recreo.”

A **resiliência** precisa ser compreendida e ser feito o devido desvelamento pelo profissional na relação com os pais, “[...] buscado os fatores que estes têm criado para assegurar o bom trato às crianças, denominado de **resistência resiliente parental**.”<sup>70</sup>

No que diz respeito à intervenção de redes, compreendemos que os pesquisadores e profissionais da Exile desenvolveram, pois,

[...] um modelo de acompanhamento das famílias, por um lado, para **apoiar o bom trato parental** e, por outro, para facilitar **os processos terapêuticos para reconstruí-lo**. Isso pode ser necessário no caso de que os pais não tenham conseguido estabelecer estratégias para proteger seus filhos da violência, e também nos casos mais dramáticos, em que os pais têm produzido comportamentos maltratantes como consequência da acumulação do estresse e, às vezes, por sua incompetência parental. De todas as formas, mesmo que sigamos falando dos pais, há que se recordar que as protagonistas principais – às vezes únicas – dos esforços de bom trato são as mães; elas são as heroínas anônimas do combate para assegurar os cuidados, a alimentação e a educação de seus filhos.<sup>71</sup> (tradução nossa).

A organização Exile conduziu os trabalhos pela metodologia de investigação-ação e dizem terem ido além, já que fizeram opção pela solidariedade às vítimas da violência organizada.<sup>72</sup>

#### 1.4 A FAMÍLIA, VÍNCULOS FAMILIARES, VIOLÊNCIA E RENDA

Família é toda e qualquer unidade afetiva de relacionamento e de cuidado, que oferece condições de desenvolvimento. É necessário haver mais de um indivíduo, em diferentes etapas do ciclo vital, o que pressupõe uma relação de cuidado e responsabilidade entre ambos.<sup>73</sup>

<sup>70</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 97: “*El interés por la vivencia de sus experiencias traumáticas es, efectivamente, algo relativamente nuevo, nos ha abierto la puerta a una multitud de preguntas y de sorpresas. En relación con los padres, hemos buscado los factores que éstos han creado para asegurar el buen trato a los niños, lo que nosotros llamamos resistencia resiliente parental.*”

<sup>71</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 97: “*Paralelamente, queremos compartir nuestro modelo de acompañamiento de las familias, por un lado, para apoyar el buen trato parental, y, por otro, para facilitar los procesos terapéuticos para reconstruirlo. Esto puede ser necesario en el caso de que los padres no hayan conseguido establecer estrategias para proteger a sus hijos de la violencia, y también en los casos más dramáticos, en los que los padres han producido comportamientos maltratantes como consecuencia de la acumulación de estrés y, a veces, o su incompetencia parental. De todas formas, aunque seguimos hablando de los padres, hay que recordar que las protagonistas principales – y a veces únicas – de los esfuerzos de buen trato son las madres; ellas son las heroínas anónimas del combate para asegurar los cuidados, la alimentación y la educación de sus hijos.*”

<sup>72</sup> Conforme BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 97: “*Al optar por la metodología de la investigación-acción, más allá de una simple metodología de investigación, optamos por una forma de resistirnos a la pérdida del sentido más general a la que estamos expuestos todos y cada uno de los habitantes de este planeta, y por ejercer una opción de solidaridad con aquellos que han sido víctimas de la violencia organizada, que es una de las consecuencias de esta sociedad globalizada en la que vivimos.*”

<sup>73</sup> RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 8.

Itaboraí traz para reflexão a contribuição de Singly: “Este autor realça que historicamente a família desempenhou funções de **reprodução biológica, reprodução social e construção de identidade**. Embora as duas primeiras dimensões continuem essenciais, a última tende a se sobressair atualmente”.<sup>74</sup>

Ramires e Falcke investigaram na construção de identidade, no seio familiar, os fatores de risco e de proteção envolvidos. Constataram que há variáveis que apresentam relação significativa com o rompimento de vínculos, constituindo-se como importantes fatores de risco e, em contrapartida, outras variáveis que podem ser relacionadas à manutenção dos vínculos, os fatores de proteção.<sup>75</sup> Como fatores de proteção podemos também tomar a contribuição de Noddings no que segue:

[...] Frequentemente nos encontramos em situações de ensino e aprendizagem com nossos filhos, mas estas surgem naturalmente no relacionamento de companheirismo estabelecido por meio do cuidado. Nós nos comprometemos com nossos filhos.<sup>76</sup>

Noddings nos traz através de Brofenbrenner a ideia de que as competências que adquirem as crianças envolvidas nesses relacionamentos não são racionais, ou seja, elas se tornam capazes de dominar situações de complexidade cada vez maior por meio da sua participação cooperativa com os adultos. Quando pai, mãe e filho trabalham juntos em vários projetos durante certo tempo, a criança pouco a pouco se torna competente em um número cada vez maior de tarefas constitutivas do projeto. O pai e a mãe que se importam, que acolhem a criança, permitem que ela assuma o que pode fazer. Não a mantêm em uma posição subserviente, mas recebem bem a sua crescente competência e independência.<sup>77</sup>

As duas categorias dos fatores de proteção a serem consideradas são: os fatores pessoais e os fatores ambientais. Com relação aos fatores de proteção são considerados os atributos disposicionais das pessoas e os ambientais, os laços afetivos na família e outros contextos, além dos sistemas de suporte social, como escola, trabalho, igreja e outros.<sup>78</sup>

São necessárias mudanças na atenção às crianças e adolescentes. É preciso que haja mudança na forma de olhar e compreender a família. As práticas para proteger crianças e adolescentes têm oscilado entre a autoritária, a assistencialista e a minimalista. Muitas vezes há um aligeiramento na retirada da criança da situação de pobreza, abandono ou violência no

<sup>74</sup> SINGLY, 2002 apud ITABORAÍ, 2005, p. 2.

<sup>75</sup> RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 17.

<sup>76</sup> NODDINGS, Nel. *O cuidado: uma abordagem feminina à ética e à educação moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 84.

<sup>77</sup> BROFENBRENNER, 1996, p. 18-23; NODDINGS, 2003, p. 84.

<sup>78</sup> RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 18.



sentido de assegurar espaço físico mais adequado que possibilite cama, cobertor e refeições. Ignora-se, assim, a qualidade dos seus vínculos. É preciso considerar na atenção psicossocial o amor, a confiança, a segurança, os laços afetivos e demais ingredientes que sustentam a autoestima da criança, sua convivência e condições para crescer e se desenvolver.<sup>79</sup>

Pesquisa feita com famílias de São Leopoldo (RS) demonstrou que boa parte das famílias estudadas, consideradas as suas condições de pobreza e adversidade, mesmo assim ainda são competentes em manter os vínculos afetivos com suas crianças e adolescentes. Naquelas em que não foi possível conservar esses vínculos, estavam presentes fatores que contribuíram decisivamente para tais rupturas tais como: eventos adversos, problemas de saúde mental ou estresse parental significativo.<sup>80</sup>

Obviamente não deixa de ser a pobreza e a miserabilidade problemas a serem enfrentados e superados. É preciso investir na melhora das condições dessas famílias. A necessidade de redução da desigualdade social é indiscutível. O que se questiona é a crença ou preconceito que relaciona pobreza com má qualidade, ou a incompetência na preservação dos vínculos familiares e comunitários.<sup>81</sup>

Bronfenbrenner contribui na fundamentação da reflexão sobre a ecologia do desenvolvimento humano onde a interação entre a pessoa e o meio ambiente é considerada como bidirecional<sup>82</sup>, isto é, caracterizada pela reciprocidade. Sanicola enfatiza a importância dos laços, fortalecimento e ampliação dos vínculos e que quem não tem família é mais pobre de capital social. A família, segundo a autora, é o primeiro capital social relacional.<sup>83</sup>

Convém atentar-se que os indicadores de vulnerabilidade podem estar tanto na família quanto no meio em que vivem. As consequências econômicas decorrentes da vulnerabilidade de um ou mais membros pode expor os indivíduos a residir em áreas insalubres, propensas a catástrofes ambientais e à violência, aumentando o risco social. Consideramos entre outros indicadores de vulnerabilidade a mudança da família sem suporte material ou afetivo para as grandes cidades em busca de melhores oportunidades. Esses indivíduos, na maior parte das vezes, trazem em sua bagagem existencial o sonho de uma vida melhor, acompanhado pelo analfabetismo, a baixa escolaridade de homens, mulheres, jovens,

---

<sup>79</sup> NERY, 2010 apud RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 38.

<sup>80</sup> RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 38-39.

<sup>81</sup> RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 38-39.

<sup>82</sup> Segundo BRONFENBRENNER, 1996, p. 48; 59: “A presença de uma relação em ambas as direções estabelece a condição mínima e definidora para a existência de uma díade: uma díade é formada sempre que duas pessoas prestam atenção nas atividades uma da outra ou delas participam. De acordo com o princípio de reciprocidade, o mesmo padrão é espelhado no comportamento dos filhos em relação aos pais.”

<sup>83</sup> SANICOLA, 2008, p. 54.

a situação de saúde merecedora de atenção e normalmente se fazem acompanhar de crianças pequenas, o que expõe essas crianças a riscos maiores e à marginalização.

Consideramos, a seguir, os fatores de risco da violência contra crianças e adolescentes no âmbito familiar:

São constituintes da história familiar passada ou presente de violência doméstica; famílias cujos membros sofrem perturbações psicológicas, como baixa tolerância à frustração, baixo controle de impulsos, dependência de álcool ou outras drogas, ansiedade crônica e depressão, comportamento suicida, baixa autoestima, carência emocional, desordens de personalidade, doenças mentais e problemas de saúde; despreparo para a maternidade e ou paternidade de pais jovens, inexperientes ou sujeitos a uma gravidez indesejada; famílias que adotam práticas de educação muito rígidas e autoritárias, podendo um determinado ato da criança resultar em surras ou castigos físicos; famílias fechadas, que evitam desenvolver intimidade com pessoas de fora do pequeno círculo familiar; famílias/familiares que desenvolvem práticas hostis, pouco protetoras ou negligentes em relação à criança (não gostam de crianças, pensam que crianças são “adultos em miniatura”), que consideram a criança irritável, hostil e exigente, que não entendem e se sentem incomodadas com a dependência da criança; fatores situacionais como parto difícil, separação da criança após o parto, expectativas distorcidas e irrealistas em relação à criança, criança do sexo indesejado, criança portadora de alguma doença; e finalmente, estresse em função de alguma crise econômica, no trabalho ou conjugal.<sup>84</sup>

Os fatores de risco não são eventos estanques, pois são cada vez mais compreendidos como processuais: a exposição contumaz ao risco associada à quantidade de tempo de exposição e o contexto são condições mais nefastas do que uma única exposição grave.<sup>85</sup>

Devem ser tomados também os limites de cada um, além das condições de exposição. A visão individual de dada situação, sua percepção e interpretação da situação de estresse são essenciais para os efeitos que ele poderá proporcionar ou não.<sup>86</sup>

Há que se atentar que, devido à visão social patriarcal, machista ou predominante da ideologia masculinista, a principal vítima da violência de gênero, a mulher, pode infligir violência de gênero/sexismo a outras mulheres, às crianças e a outros homens com mandato do patriarcalismo e adultocentrismo.

As mulheres juntamente com os homens, de forma consciente ou não, perpetuam essas diferenças discriminatórias no seio familiar pela educação de meninos e meninas. Assim, devem se unir tanto na divisão das tarefas domésticas quanto na reflexão de mudanças necessárias à educação, o cuidado e proteção de seus afetos e protegidos. Acrescentamos aqui

<sup>84</sup> AMARO, 2003 apud RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 23-24.

<sup>85</sup> BORDIN; OLIVEIRA, 1998; PESCE; COLS, 2004; SAPIENZA; PEDROMÔNICO, 2005 apud RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 17.

<sup>86</sup> YUNES; SZYMANSKI apud RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 18.

a responsabilidade dos homens não só de contribuir economicamente, mas de compartilhar o cuidado com os filhos, com os pais e parentes idosos ou que precisem de cuidados especiais.

No caso da violência contra a mulher contribui Saffioti ao discorrer que:

[...] tem-se priorizado o trabalho com as vítimas. Entretanto, trabalhando-se apenas uma das partes da relação violenta, não se redefine a relação, seja ela marital, filial ou a que envolve outras personagens. Há, pois, que investir na mudança não só da vítima, mas também do agressor: homens.<sup>87</sup>

Constata-se nas Delegacias da Mulher que a mulher vítima de agressão, por questões psicológicas, emocionais ou econômicas, tem dificuldades de abandonar seu agressor. Quando consegue fazê-lo, sofre real risco de vida. Muitas vezes não tem para onde ir ou o agressor a persegue. Nesse vai-e-vem e nessa berlinda psíquica, infelizmente, muitas vezes as ameaças se concretizam como crônica de uma morte anunciada.

A inclusão produtiva e a elevação da escolaridade favorecem a mudança e a melhora da vida da mulher, principalmente a que sofre silenciosamente o estigma da violência, no sentido de que ela, ao se fortalecer, não mais aceite nem se submeta ao jugo do companheiro ou marido violento; que tenha meios para se manter ao romper com o agressor, que possa se desvencilhar dessa e de outras situações-limite e que tenha condições de atender as suas necessidades, dos filhos e demais dependentes.

Além da educação profissional e o acesso ao emprego formal (carteira profissional assinada), “a economia solidária parece oferecer para as mulheres, principalmente para as pobres com baixa escolaridade, uma alternativa solidária e associativista para esse nó de desigualdades.”<sup>88</sup>

A mulher, além do cuidado dos seus, tem que dar conta dos afazeres domésticos e da administração do lar. O emprego formal nem sempre é viável. Ela tem que calcular se o salário a ser conquistado pelo novo trabalho dá conta de pagar outra pessoa para assumir suas funções. Há ainda os obstáculos da exigência da seleção, boa parte dessas mulheres não atendem o perfil desejado, seja na aparência, idade e escolaridade. As mulheres são detentoras

<sup>87</sup> SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Dossiê feminismo em questão: questões de feminismo. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu [on-line]*, Campinas, nº 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007)>. Acesso em: 18 ago. 2013.

<sup>88</sup> SCHNEIDER, Élen Cristiane. As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, RS, v. 23, p. 31-34, set.-dez. 2010. p. 14. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nac\\_convivencia\\_familiar.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_convivencia_familiar.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2013. O termo “Nó” foi criado por Saffioti para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo. Encontra-se na obra: SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 130.

de mais habilidades do que julgam ter e sabem concretizar as nuances do **belo** de diferentes formas e com muito primor. Precisam de oportunidades para, a partir delas, gerar renda. Através da autogestão podem aprender a fazê-lo, a partir de suas habilidades, talentos e do que já produzem. A Economia Solidária pode oferecer à mulher a autonomia, a flexibilidade de horário e a renda que ela almeja. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. Pode-se dizer que a Economia Solidária é uma porta que também se abre pelo lado de dentro.

A Economia Solidária representa o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade. Os valores da cooperação e da solidariedade são um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois se apresentam viáveis para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. Cabe alertar que a Economia Solidária não deve ser posta ou orientada no sentido de mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.<sup>89</sup>

De acordo com estudos, quanto menos escolaridade tem a mulher, mais horas ela gasta com os afazeres domésticos, cuidado dos familiares, o que implica em deter menos tempo na visualização, planejamento e preparação para um futuro melhor.

As mulheres quando buscam a Escola de Jovens e Adultos (EJA) têm inúmeras dificuldades para permanência e continuidade. Dificuldades propriamente ditas com relação à baixa autoestima e acreditar que ainda é possível aprender, a não ter com quem deixar as crianças, até o ciúme e o desestímulo dos maridos.

Embora as questões de elevação de escolaridade tenham sido superadas em parte, já que de acordo com as estatísticas nos últimos anos as mulheres estudam mais do que os homens, elas ainda têm dificuldades de acessar postos de trabalho qualificados e funções de gestão e outras profissões com melhor remuneração e em condições de igualdade com os homens.

Cabe a reflexão com relação ao ganho familiar, ou melhor, à renda feminina,

---

<sup>89</sup> Cf. CADERNO Pedagógico Economia Solidária: conceitos e trajetórias. São Bernardo do Campo, SP: Instituto Integrar, CNM/CUT, 2007. p. 34-37. Conferir também: CARTA de princípios da III Plenária Nacional de Economia Solidária. *Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, Brasília, jun. 2003. Disponível em: <[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)>. Acesso em: 15 jan. 2013.

ao conceito de renda domiciliar *per capita* elimina, por construção, toda a desigualdade existente entre diferentes membros de uma mesma família. Por exemplo, se a esposa recebe menos que o marido, assume-se a perda dela, que é compensada pelo ganho dele no âmbito domiciliar. Nesse sentido, a desigualdade entre brasileiras e brasileiros está subestimada na ótica da renda *per capita*. Tendemos a zerar a desigualdade que não enxergamos.<sup>90</sup>

Quando abordamos a evasão das mulheres da EJA, além do fator de não ter com quem deixar as crianças, há outro ainda: ter que deixar os estudos pelos ciúmes do marido. Outra dificuldade corrente é o perigo e o medo justificado que as mulheres têm em andar em lugares ermos, escuros, muito cedo pela manhã ou muito tarde à noite e o absurdo do aumento no número de estupros. O estupro é crime, mas também é uma forma de violência de gênero. Contribui Neri quando aborda a violência como um problema coletivo brasileiro:

A pobreza brasileira resulta da alta desigualdade, e não da baixa renda média brasileira. Ou seja, deriva de um problema inerente ao coletivo brasileiro. Similarmente, a violência é de natureza relacional, de um contra todos e de todos contra um. Isso se aplica tanto na agressão dos assaltos e dos homicídios, como na violência do trânsito. Mais uma vez refletem problemas de relacionamento entre brasileiros. [...] Ou seja, o problema da violência aqui é coletivo.<sup>91</sup>

Os infratores da violência contra a mulher necessitam de políticas públicas específicas para que tenham apoio social e que possam vencer preconceitos, administrar suas frustrações e dirigir a agressividade para ações construtivas e mais harmoniosas nas relações de gênero e até mesmo serem, num futuro próximo, já mais conscientes, multiplicadores da cultura da paz, exemplos de superação a serem seguidos.

Postulamos a necessidade de atendimento psicossocial da vítima da agressão, mas também do agressor e dos indivíduos envolvidos. No sentido de que se estude, pratique o autoconhecimento e compreenda as origens emocionais de seus atos e se guie pelo autocontrole, solidariedade e paz.

É possível fazer a reversão da violência de gênero, e conseqüentemente a violência doméstica, quando se desenvolvem relações mais harmoniosas e justas entre homens e mulheres. Nem que seja preciso acionar mecanismos de proteção e a justiça legal para que isso se concretize.

A inclusão educacional é produtiva como **antídoto na prevenção à violência** e favorecimento da elevação da autoestima e empoderamento da mulher vítima da violência ou

---

<sup>90</sup> NERI, 2011, p. 33.

<sup>91</sup> NERI, 2011, p. 44.

não. Cuidar e proteger melhor sua prole e favorecer através do exemplo ou ressignificação de sua vida a herança geracional do bom trato parental.

Pensando nas crianças e jovens e no trabalho com as vítimas de violência parece abrir portas para que, no futuro, a agressão deixe de ser o único recurso que elas tenham disponível. Dessa forma, estariam mais abertas a exercitar outros tipos de vínculos e formas de relacionamento, inclusive, serem pais ou mães diferentes dos modelos com que conviveram na infância, utilizando estratégias mais cooperativas e democráticas na educação dos filhos.<sup>92</sup>

Como contribuem Ramires e Falcke é preciso, além do apoio social, empatia e ação propriamente dita. Acreditar na capacidade de manutenção dos vínculos afetivos com os filhos, daqueles que vivem em contexto de risco social e não dispensá-los desse apoio, pois eles, os pais, não têm condições momentâneas ou mais duradouras de oferecer a proteção econômica que julgamos mais adequada. Apoio social necessário é o que fundamenta os casos de intervenção de redes.

---

<sup>92</sup> RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 28; 30.

## 2 A MULHER COMO OPERADORA NATURAL DA REDE DE APOIO, ATENÇÃO, CUIDADO E PROTEÇÃO E A INTERVENÇÃO DE REDES

Apresentamos a ecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner; o conceito de resiliência ou resistente resiliência; o conceito de vulnerabilidade, de rede e de como se comportam as redes. Abordamos a **rede primária**, o conceito de **rede de apoio, atenção, cuidado e proteção** da mulher e da família. Ainda a **rede secundária**, o **método de intervenção de redes**, os instrumentos utilizados na intervenção de redes nas fases de **exploração, mobilização e verificação**, assim como o papel do operador(a) de redes. Destacamos ainda, nas entrelinhas desta pesquisa, a importância da mulher como educadora da paz, ação que se manifesta a partir do cultivo interior da paz, na oferta do sentimento de segurança e de confiança nos primeiros anos dos filhos, e na expressão dos seus dons como pessoa humana que é, isso traz uma melhora visível da unidade substancial da família e da comunidade.<sup>93</sup>

### 2.1 A ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE BRONFENBRENNER

A ecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive. Conforme esse processo, o ser humano é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos.

De acordo com este autor<sup>94</sup>, três aspectos desta definição merecem uma atenção especial:

**Primeiro**, a pessoa em desenvolvimento não é considerada meramente como uma tábula rasa sobre a qual o meio ambiente provoca seu impacto, mas como uma entidade em crescimento, dinâmica, que progressivamente penetra no meio em que reside e o reestrutura.

**Segundo**, uma vez que o meio ambiente também exerce sua influência, exigindo um processo de acomodação mútua, a interação entre a pessoa e o meio ambiente é considerada como bidirecional, isto é, caracterizada por reciprocidade.

---

<sup>93</sup> JOÃO PAULO II, 1994 apud VIDAL, 2005, p. 69. Publicado em *Ecclesia*, n. 2716 (2 dez. 1994), p. 22-24, trata-se de mensagem que o papa João Paulo II dedicou à Mensagem para a Jornada de Paz, de 1º de janeiro de 1995, com o tema “A mulher: educadora para a paz”.

<sup>94</sup> BROFENBRENNER, 1996, p. 18-23.

**Terceiro**, o meio ambiente definido como relevante para os processos desenvolvimentais não se limita a um ambiente único, imediato, mas inclui as interconexões entre esses ambientes, assim como as influências externas oriundas de meios mais amplos. Esta concepção ampliada do meio ambiente é consideravelmente mais ampla e mais diferenciada do que aquela encontrada na psicologia em geral e na psicologia desenvolvimental em particular.

O meio ambiente ecológico é concebido topologicamente como uma organização de encaixe de estruturas concêntricas, cada estrutura contida na seguinte. Essas estruturas são chamadas de micro, meso, exo e macrossistema, assim definidos:

- Um **microssistema** é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais vivenciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicos. Um ambiente é um local onde as pessoas podem facilmente interagir face a face – casa, creche, *playground* e assim por diante. Os fatores de atividade, papel e relação interpessoal constituem os elementos, ou blocos construtores, do microssistema;
- Um **mesossistema** inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento participa ativamente (tais como, para uma criança, as relações em casa, na escola e com amigos da vizinhança; para um adulto, as relações na família, no trabalho e na vida social). Um mesossistema é, portanto, um sistema de microssistemas. Ele é formado ou ampliado sempre que a pessoa em desenvolvimento entre num novo ambiente. Além deste vínculo primário, as interconexões podem assumir várias outras formas: outras pessoas que participam ativamente de ambos os ambientes, vínculos intermediários numa rede social, comunicações formais e informais entre os ambientes e, mais uma vez claramente no domínio fenomenológico, a extensão e natureza do conhecimento e das atitudes existentes num dos ambientes em relação ao outro;
- Um **exossistema** se refere a um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que afetam ou são afetados por aquilo que acontece no ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento. Exemplos de exossistema, no caso de uma criança pequena, poderiam incluir o local de trabalho dos pais, uma sala de aula de um irmão mais velho, a rede de amigos dos pais, as atividades da diretoria da escola local e assim por diante;



- O **macrossistema** se refere às consistências, na forma e conteúdo de sistemas de ordem inferior (micro, meso e exo) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura ou da cultura como um todo, juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências.

Ocorre uma transição ecológica sempre que a posição da pessoa no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente, ou ambos.

O desenvolvimento humano é o processo através do qual a pessoa desenvolve adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo.<sup>95</sup>

## 2.2 CONCEITO DE RESILIÊNCIA OU RESISTENTE RESILIÊNCIA

Diante da tentativa de compreender como as pessoas conseguem vencer a vulnerabilidade através da **dinâmica e da mobilização das redes**, trazemos a esse contexto o caso extremo de sobrevivência à violência organizada dos exilados da organização Exile, seja na continuidade de viver uma nova vida num novo país e cultura e reconstruir suas redes, depois de passada a violência. Barudy e Marquebreucq contribuem com a abordagem terapêutica no trabalho de intervenção de redes com o conceito da **resistente resiliência**, cuja essência encontra-se permeada pelo apego seguro, a parentalidade bem tratante, e mais.

O termo **resistente resiliência** criado na observação e pesquisa-ação com as mulheres e as crianças, vítimas da violência organizada, de acordo com Barudy e Marquebreucq, tem os seguintes sentidos: resistência é o que nos mobiliza a persistir, a sobreviver, tem papel mais adaptativo. Resiliência é o que apela a todas as nossas forças, àquilo que tínhamos antes e o que fica depois do ocorrido.

Resiliência é ainda “sempre e quando a cultura disponha próximo dos feridos, lugares onde a palavra possa elaborar o trauma, modificando a representação da ferida, e onde a sociedade se comporte verdadeiramente como um lugar de acolhida para as vítimas.”<sup>96</sup> (tradução nossa).

<sup>95</sup> BROFENBRENNER, 1996, p. 18-23.

<sup>96</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 12: “*Jorge Barudy añade a este concepto de la resistencia. Ésta es más sincrónica, más adaptativa que la resiliencia, pero igualmente apela a todas nuestras fuerzas, a todo aquello que habíamos adquirido antes, a todo lo que nos queda después del drama. La resiliencia seguirá, más diacrónica, siempre y cuando la cultura disponga cerca de los lugares donde la palabra pueda elaborar*”

**Resistente resiliência** compreende, então, nessa mesma ordem, a **adaptação, sobrevida** e a elaboração das realidades e dos traumas vivenciados.<sup>97</sup>

### 2.3 CONCEITO DE VULNERABILIDADE

A pesquisadora e assistente social italiana Lia Sanicola desenvolveu na Itália amplo trabalho científico na perspectiva de rede no trabalho social e na temática de intervenção de rede e assim nos brinda com a obra “As dinâmicas de rede e o trabalho social”<sup>98</sup>, método de trabalho fundamental à nossa proposta.

Antes de abordamos a vulnerabilidade propriamente, importa refletir que, ao contrário do que se veicula, as famílias que têm mulheres como **chefe de família** não são mais pobres do que aquelas que são chefiadas por homens. Entretanto, as gestantes e lactantes, enfim, as mulheres mais necessitadas de proteção social apresentam a menor taxa de acesso a seguros e microsseguros em geral e de seguro-saúde em particular.<sup>99</sup>

Associamos à reflexão o conceito de **exclusão social** que, segundo a feminista Sonia Montaño, resulta insuficiente para entender a dinâmica de gênero da pobreza se não vinculado ao conceito de empoderamento. Complementa a feminista que:

[...] a pobreza deve ser tomada como privação de capacidades, e não apenas como redução de ingressos econômicos ou necessidades básicas insatisfeitas. Enfoque que abre as portas a uma análise da pobreza das mulheres em suas especificidades e no marco das relações de gênero.<sup>100</sup>

Compreendemos que as mulheres, antes mesmo de si, cuidam dos seus e dos outros. Elas na maior parte das vezes priorizam sua rede de atenção, cuidado e proteção e por muitas vezes deixam de racionalizar e agir sobre as consequências da negligência do cuidado de si.

---

*el trauma, modificando la representación de la herida, y donde la sociedad se comporte verdaderamente como un lugar de acogida para las víctimas.”*

<sup>97</sup> Podemos associar a resistência à resiliência ao escrito de Eduardo Galeano colocado na introdução dessa pesquisa, “**Somos o que fazemos para mudar o que somos**” (tradução nossa). O que fazemos ou a dinâmica que imprimimos na mudança, pode ser tomado como **resistência ou resistente** e o que era antes e fica depois da mudança, a **resiliência**.

<sup>98</sup> SANICOLA, 2008.

<sup>99</sup> NERI, 2011, p. 210.

<sup>100</sup> BARBERY, Ximena Machicao. *Algunas reflexiones sobre el contexto, paridad y desafíos para los movimientos feministas. Con-spirando: Revista latino-americana de Ecofeminismo, Espiritualidad y Teología*. Santiago de Chile: Coletivo con-spirando, n. 52, p. 20-25, 2006. p. 24. (Tradução nossa). Barbery cita Montaño e indica: SEVILLA MERINO, Julia. “Mujeres y ciudadanía: la democracia paritaria”. *Collecció Quaderns Feministas*. Institut Universitari d'Estudis de la Dona Universitat de Valencia, 2004.

Sem querer podem estar conduzindo a si e a sua rede de afetos para uma situação de risco social.<sup>101</sup>

Barudy demonstra essa disposição para o sacrifício através de suas observações e pelos depoimentos das mulheres que foram expostas às situações maltratantes da violência organizada em seus países de origem, afirmando:

[...] que frente ao perigo as mulheres em geral e as mães em particular, primeiramente tentam é proteger a sua descendência solicitando, se é necessário e possível, auxílio e apoio aos demais. Em lugar de fugir ou atacar para salvar-se ela tem como prioridade o cuidar e proteger a suas filhas e filhos mediante comportamentos altruístas, tais como protegê-los com seus corpos, renunciar a pouca comida que possam conseguir, escondê-los ou levá-los nos braços por largos períodos apesar da fadiga, da fome e da sede.<sup>102</sup> (tradução nossa).

Antes de trabalhar o **método de intervenção de redes**, é preciso elucidar o conceito de vulnerabilidade que, segundo Sanicola, pode ser agravada como condição social pela discriminação no que se refere às condições de gênero, raça, idade, opção sexual, escolaridade, área em que mora, entre outros. A relação entre desafios e necessidades e os recursos disponíveis para enfrentá-los é que caracterizará o tempo dessa permanência.

[...] **vulnerabilidade** é um conceito geralmente utilizado para definir estado permanente de dificuldade, de um modo um tanto estático quase como se fosse uma forma de rotulação do sujeito, ligado a um ou mais tipos de **situações de risco** (pobre, doente, órfão, tóxico-dependente etc.).<sup>103</sup>

Assim, “quando o equilíbrio entre desafios e recursos é rompido, surge o risco da vulnerabilidade, que pode ser atenuado por um aumento de recursos”<sup>104</sup>.

A vulnerabilidade social, portanto, não é apenas econômica e nem um estado permanente e estático como comumente se acredita, como ilustra a seguir Sanicola:

[...] uma criança órfã bem cuidada e amada por sua avó pode ser menos vulnerável que uma criança cujos pais não compreendem suas necessidades. Sua condição é suscetível de mudança, que pode resultar da melhoria da atenção que recebe de seus pais ou do envolvimento de outros parentes.<sup>105</sup>

<sup>101</sup> Nos casos principalmente quando ela passa por situações adversas e/ou vem a faltar (em caso de morte).

<sup>102</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 65: “[...] que frente al peligro las mujeres en general, y las madres en particular, lo primero que intentan es proteger a su descendencia solicitando, si es necesario y posible, auxilio y apoyo a los demás. En lugar de huir o atacar para salvarse ellas, su prioridad es cuidar y proteger a sus hijas e hijos mediante comportamientos altruístas, tales como protegerles con sus cuerpos, renunciar a lo poco de comida que han podido conseguir, esconderlos o llevarlos en brazos por largos períodos a pesar de fatiga, el hambre y la sed.”

<sup>103</sup> SANICOLA, 2008, p. 7-8.

<sup>104</sup> SANICOLA, 2008, p. 8.

<sup>105</sup> SANICOLA, 2008, p. 8.

Enfim, são ideias muito importantes no processo de intervenção de rede, que além de compreender o risco da vulnerabilidade como relação de equilíbrio/desequilíbrio entre desafios e recursos, pode reduzir tal risco com o aumento de recursos.

A rede primária tem normalmente sua maior representação na família, enquanto a rede secundária, no Estado e demais organizações da sociedade civil, a qual, mesmo se constituindo como rede secundária, desenvolve também importante papel de mediação entre o Estado e a família.

Ainda consideram-se como capital social ou recursos as redes primárias - primeiro capital social relacional a que o sujeito pertence - e as redes secundárias que são importantes na ampliação de capital social ou na ausência da rede primária.<sup>106</sup>

Os riscos da vulnerabilidade podem ser reduzidos à medida que se consegue ampliar, em quantidade e qualidade, o capital das relações humanas à disposição, ou seja, o capital social. Nesse quesito agrega-se ainda a necessidade de mudança de postura das mulheres principalmente no que concerne a investir mais na própria qualidade de vida e segurança como fator de proteção e benefício em médio e longo prazos dos afetos e protegidos.

#### 2.4 O QUE É REDE? COMO SE COMPORTAM AS REDES?

Segundo Sanicola o conceito de **rede social** foi cunhado em 1954 por John Barnes, num estudo sobre as interações existentes numa pequena comunidade de uma ilha norueguesa. O conceito foi empregado por Barnes para descrever as relações informais de parentesco, vizinhança e amizade que ele não podia investigar usando os conceitos de relações formais de trabalho e de proximidade territorial.<sup>107</sup>

**Rede** como o conceito indica é um “objeto” que cria uma relação entre pontos mediante ligações entre eles que, cruzando-se, são amarradas e formam malhas de maior ou menor densidade. No ponto de ligação, ou seja, no nó e por meio do nó, acontecem trocas sinérgicas.<sup>108</sup>

Essa configuração dava conta de diferentes relações para cada indivíduo, estruturados de acordo com as opções e desejos pessoais, não fixas, nem estáveis, que geram

<sup>106</sup> Rede primária é representada pela família e suas relações próximas e a Rede secundária pelo Estado e organizações civis sem fins lucrativos.

<sup>107</sup> SANICOLA, 2008, p. 80; 92; 158. Ver Figura 3 do Anexo 1: As redes primárias e secundárias: partilha e dependência.

<sup>108</sup> SANICOLA, 2008, p. 13.

novos laços de forma contínua. A principal característica se constituía em registrar a diversidade de cada sujeito e, de fato, o conceito de rede se baseava amplamente nos desejos e escolhas pessoais dos indivíduos envolvidos. Barnes enfatizava que a peculiaridade da rede era o fato de não estar vinculada a explicações do tipo *status*, papel e normas/valores, uma vez que as pessoas que compõem uma rede podem estabelecer e desfazer laços o tempo todo com outras pessoas sem obedecer a nenhuma limitação ou ordem funcional.<sup>109</sup>

Os movimentos de circulação de informações e veiculação de forças internas possibilitam à rede a redistribuição dessas forças para os pontos menos atendidos.<sup>110</sup>

Rede é uma unidade relacional que tem uma história constituída pelos laços de família, de vizinhança, de amizade e de trabalho. Conceitos como cultura, discurso e discurso coletivo, desejo e desejo coletivo, dependência e autonomia se associam ao conceito de rede, encontrando, no modelo de Brodeur, um valor operacional fundamental.<sup>111</sup>

Suas características e elementos distintivos dividem as redes em duas grandes categorias: as redes primárias e as redes secundárias formais e informais.

Essa estrutura particular confere ao objeto em questão um conjunto de propriedades como transparência, flexibilidade, flutuação e resistência. Tais propriedades são otimizadas, desenvolvendo uma série de funções que podemos resumir em dois grandes grupos: a função de suporte de um lado; e a função de contenção e controle, de outro.<sup>112</sup>

Há a contribuição de Di Nicola e Donati no estudo de redes sociais quanto à

[...] dimensão simbólica das trocas de reciprocidade presentes na rede, rede esta que define como a expressão da estratégia empregada por uma pessoa para dar conta de seus problemas e responder a suas necessidades num determinado momento de sua vida.<sup>113</sup>

As redes sociais, tanto primárias quanto secundárias, são caracterizadas por três dimensões: sua **estrutura**, suas **funções** e sua **dinâmica**.

A estrutura é dada pelo conjunto de laços perceptíveis que se estabelecem entre pessoas e entre redes. Esses laços, quando acionados, geram conexões que dão forma às redes. As redes são constituídas por laços, conexões, malhas e trocas que têm como ponto de confluência os nós da rede. Essa estrutura peculiar confere à realidade da rede o que

<sup>109</sup> SANICOLA, 2008, p. 15-16.

<sup>110</sup> SANICOLA, 2008, p. 52.

<sup>111</sup> VIDAL, 2005, p. 45-46.

<sup>112</sup> SANICOLA, 2008, p. 13-14. A função de suporte de um lado, e a função de contenção e controle de outro, apresentados no capítulo 3 dessa investigação.

<sup>113</sup> DI NICOLA, 1986; 1998; 2002a; DONATI, 1991a apud SANICOLA, 2008, p. 19.

chamamos de propriedades típicas, como a flexibilidade, a transparência, a resistência, a sinergia das forças e a duplicidade.

As redes desempenham múltiplas funções, funções estas possíveis graças às propriedades que lhes são conferidas pela estrutura. Suas funções principais podem ser resumidas no apoio e na contenção. Graças justamente a sua duplicidade: as redes podem apoiar e ao mesmo tempo conter.

A evidência de vantagem mútua na conexão e na troca torna a rede, com o tempo, mais estável e consolidada. Isso no sentido de exercer sua função de suporte aos sujeitos e aos projetos implicados. Assim, a rede sedimenta um conjunto de funções que condicionam e influenciam a própria estruturação da rede, que poderá ser moldada por cada operador, possibilitando outros percursos. Os percursos são caracterizados por certa estabilidade quando se mantêm recorrentes e repetidos com o tempo.<sup>114</sup>

A dinâmica é aquilo que acontece, os acontecimentos que se produzem na rede, o cotidiano, as circunstâncias do dia a dia, as excepcionais, os eventos críticos, os acontecimentos repetitivos na vida da rede, os desgastes, as interrupções, as rupturas, as eventuais transgressões das regras cometidas pelas pessoas ou pelas redes, as relações de força existentes.<sup>115</sup>

#### 2.4.1 REDE PRIMÁRIA

A rede primária está relacionada à família, parentes, amigos e colegas de trabalho, e estes baseiam suas trocas na lógica da doação e da gratuidade.

As redes primárias são constituídas por laços de família, parentesco, amizade, vizinhança e trabalho. Em seu conjunto, formam uma trama de relações que confere a cada sujeito identidade e sentimentos de pertencer. A família, a condição social e econômica define(m) ou não a cidadania.

É certo que, fundamentalmente, toda pessoa nasce dentro de determinada rede e é condicionada por ela, mas no decorrer da vida tem livre arbítrio para ir além dela.<sup>116</sup>

[...] toda pessoa nasce dentro de determinada rede, que constitui o ponto de condicionamento do qual faz parte, mas, ao longo da vida, desde o momento em que

<sup>114</sup> SANICOLA, 2008, p. 101-102.

<sup>115</sup> BESSON, 1994a apud SANICOLA, p. 59. “[...] os ciclos vitais – como o ingresso na escola e as passagens de uma série para outra e de um grau para outro, o ingresso no mundo do trabalho, o casamento, o nascimento dos filhos, a saída dos filhos do seio da família etc.”

<sup>116</sup> SANICOLA, 2008, p. 22.

começa a expressar tendências à socialização e preferências, faz opções que podem levá-la muito longe do condicionamento inicial.<sup>117</sup>

De acordo com Sanicola, uma pessoa sem família é mais pobre de capital social já que, como rede primária, a família é a primeira entidade relacional que acessamos ao nascer.<sup>118</sup>

Nos dizeres que seguem, estão implícitas e se fundem as concepções da **ecologia da vida** e das ideias sobre **intervenção de redes** no sentido de superação de um provável predeterminado destino e a viabilidade de ir além de ter ou não ter o tipo de família que se recebeu no início da vida.

Acrescenta-se ainda a importância do suporte das redes com destaque à rede secundária, que pode aparecer como apoio social na ausência de laços ou na busca dos laços fortes e no fortalecimento dos laços fracos no interior das redes primárias.

A família é a organização mais importante da rede primária e, em nossa cultura, geralmente representa para a pessoa um recurso relevante inquestionável, tanto no sentido objetivo, do dia a dia, quanto no sentido de educação e afetividade, pois é dentro dela que aprendemos a viver as relações e a desenvolver a capacidade de estabelecer relacionamentos. Da experiência dela resulta a competência ou não para saber lidar com as redes. Importante dizer que a família constitui a primeira experiência relacional de cada indivíduo, que orientará ou determinará as relações vindouras.<sup>119</sup>

[...] a família é o primeiro e o mais importante nó das redes, por dois motivos. Em primeiro lugar, ela permanece ao longo do tempo, desde o nascimento até a morte da pessoa, mesmo que se decomponha pela dissolução do vínculo matrimonial ou a dispersão de seus membros. A família continua presente tanto na experiência simbólica dos sujeitos quanto na experiência social, uma vez que a ela estão ancorados laços compartilhados. Em segundo lugar, a família constitui o primeiro capital humano e social da pessoa, adquirido desde o nascimento. Uma pessoa que não tem família é mais pobre.<sup>120</sup>

#### *2.4.1.1 Conceito de rede de apoio, atenção, cuidado e proteção da mulher*

Os estudos sobre as redes sociais, e em especial na perspectiva de intervenção de rede tomando a abordagem proposta, revelam a importância da **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção**. Sanicola afirma ser possível “um novo princípio de organização da

<sup>117</sup> SANICOLA, 2008, p. 22.

<sup>118</sup> SANICOLA, 2008, p. 7-8.

<sup>119</sup> SANICOLA, 2008, p. 50-54.

<sup>120</sup> SANICOLA, 2008, p. 54.

sociedade que vai além dos papéis tradicionais. Em que o laço social se define por meio de papéis instituídos, funções, ou em consequência de trocas entre as redes e subredes”.<sup>121</sup>

No sentido de fundamentar o conceito de **rede de apoio, atenção, cuidado e proteção** da mulher destacamos o teor de amorosidade no texto de Barudy e Marquebreucq sobre a importância do apoio parental na primeira experiência relacional que temos: a família.

Quando as pessoas criam vínculos afetivos e participam em relações sociais nutritivas, têm uma maior capacidade de controlar suas respostas ao estresse e ao sofrimento diminuindo a sensação de ameaça e de dor. O contato enriquecedor com os pais na primeira infância, o apoio social durante os períodos de tensão, a amizade e uma afetiva relação de cônjuges são fatores que previnem a cronificação do estresse e protegem contra os problemas psicológicos e de saúde mental. A importância do apoio social e afetivo é muito mais relevante do que às vezes se quer crer. [...], o restabelecimento das dinâmicas de apoio social e de bem tratar no interior das famílias traz grandes sucessos significativos e pode proteger as crianças de traumas ou no mínimo, facilitar sua cura [...] é um programa que se apoia no “valor terapêutico da solidariedade”.<sup>122</sup> (tradução nossa).

Deve ser dada relevante distinção à mulher por ser responsável por ampla rede social que denominamos neste estudo como **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção**. Para compreender melhor a dinâmica das redes sociais e do método de intervenção de redes proposto por Sanicola convém elucidarmos os conceitos de **atenção, apoio, cuidado e proteção** que seguem.

A **atenção** tem, entre outras, a função de reforço que pode ser tomado como generalizado, condicionado e positivo. Pode ser expressa de forma acolhedora através de sorrisos, elogios, toques físicos, aprovação, olhares, acenos de cabeça. Ainda, pode ser apresentada de forma recriminatória por meio de repreensões verbais, reprovações, críticas, beliscões, toques bruscos, safanões, gritos, palavrões. E podemos fazer uma distinção entre **atenção com amor ou atenção sócio-afetiva** e **atenção sem amor ou atenção social**. A

<sup>121</sup> SANICOLA, 2008, p. 19.

<sup>122</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 65-66: “*Cuando las personas crean vínculos afectivos y participan en relaciones sociales nutritivas, tienen una mayor capacidad de controlar sus respuestas al estrés y a al sufrimiento disminuyendo la sensación de amenaza y de dolor. El contacto enriquecedor con los padres en la primera infancia, el apoyo social durante los periodos de tensión, la amistad y una cálida relación de pareja son factores que previenen la cronificación del estrés y protegen contra los problemas psicológicos y de la salud mental. La importancia del apoyo social y afectivo es mucho más relevante de lo que a veces se quiere creer. Como se verá más adelante, el restablecimiento de las dinámicas de apoyo social y de buen trato en el interior de las familias tras sucesos violentos puede proteger a los niños de los traumas o, como mínimo, facilitar su curación. Ello explica que nuestro programa se apoye en ‘el valor terapéutico de la solidaridad’.*”



atenção presente numa interação social pode ser desprovida de afeto. Mesmo o comportamento entendido como inadequado produz atenção sócio-afetiva.<sup>123</sup>

Atuar no **cuidado** envolve sair do espaço de si para adentrar na dimensão do outro. Quando cuidamos, entendemos que estamos considerando o outro, suas necessidades objetivas e o que ele espera de nós. Nossa atenção, nossa absorção mental está no objeto do cuidado, nos deslocamos de nós mesmos. Nossas razões para agir têm a ver com as vontades e os desejos do outro e sua situação problemática. Cuidar é agir por afeto e consideração.<sup>124</sup>

**Apoio** ou **suporte social** dirige-se à qualidade das interações e como elas são tomadas pelo indivíduo assistido. É descrito em cinco categorias: **apoio material**, que envolve condições práticas, financeiras, acesso a recursos e serviços em caso de necessidade; **apoio afetivo**, define-se pelas expressões de amor e afeto; **apoio emocional**, relaciona-se a empatia, escuta, interesse, carinho, confiança; **apoio de informação**, que envolve acesso a informações, aconselhamentos, orientações para resolução de problemas; e **interação social positiva**, que diz respeito à disponibilidade de pessoas para o lazer, relaxamento e diversão.<sup>125</sup>

Os fatores de **proteção** podem ser definidos como aqueles que modificam ou mudam a possibilidade de consequências negativas. Da mesma forma que os fatores de risco, os fatores de proteção não são estanques e devem ser considerados como processuais. São denominadas duas categorias de fatores de proteção: os **fatores pessoais** e os **fatores ambientais**. Os primeiros são atributos pessoais espontâneos e disponíveis. Os laços afetivos no sistema familiar e/ou em outros contextos que ofereçam suporte emocional em momentos de estresse, além dos sistemas de suporte social, seja na escola, no trabalho, nos centros religiosos, no serviço de saúde, entre outros, são considerados fatores ambientais.<sup>126</sup>

#### 2.4.1.2 A família e a mulher

A família como proteção social está fartamente contemplada em estudos na América Latina. Na crise dos anos de 1980 o apoio das famílias foi fundamental. Devido ao aumento dos membros da família no mercado de trabalho, a participação das mulheres adultas e filhos jovens em atividades do setor informal, e a reorganização interna dos padrões de consumo e da dieta alimentar familiar, com custos sociais elevados e efeitos potenciais de longo prazo

<sup>123</sup> GUILHARD, Hélio J. Atenção sócio-afetiva e atenção social. *Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento*, Campinas, maio 2013. Disponível em: <<http://www.terapiaporcontingencias.com.br/txt/atencao.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

<sup>124</sup> NODDINGS, 2003, p. 40.

<sup>125</sup> PINTO; GARCIA; BOCHI; CARVALHAES, 2006 apud RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 22.

<sup>126</sup> RAMIRES; FALCKE, 2013, p. 18.

sobre seus membros. Nesse ínterim observou-se que as mudanças econômicas não afetavam todas as famílias na mesma intensidade, e que os custos dessa reestruturação se diluíram de forma diferenciada entre seus membros.<sup>127</sup>

Na crise dos anos de 1980, as evidências denunciavam que coube às mulheres um elevado custo social. As famílias em etapas de formação e expansão, com pouca capacidade de mão de obra, e as famílias com chefes mulheres e com filhos pequenos foram as mais afetadas. Chama à atenção a importância de grupos que estão além dos limites do domicílio (redes sociais de parentes, amigos, vizinhos). A atuação das redes sociais de parentes, amigos e vizinhos é uma estratégia vital de enfrentamento das dificuldades e de reduzidos recursos materiais entre as famílias pobres.<sup>128</sup>

Os autores Barudy e Marquebreucq nos trazem os aportes de Ainsworth e outros estudiosos que descrevem o comportamento maternal, afirmando que

[...] toda criança desenvolve uma relação de apego com uma pessoa significativa, a qualidade dessa relação de vinculação materno-filial a partir dos comportamentos observáveis da criança em “situação estranha”. Outros autores têm descrito posteriormente de uma forma mais pormenorizada o comportamento maternal, reafirmando-se as mesmas tipologias definidas por Ainsworth. Com efeito, a segurança ou insegurança do vínculo da criança não é uma característica individual, senão uma característica da relação.<sup>129</sup> (tradução nossa).

Os vínculos são tão importantes que a criança se vincula ao adulto, quer este seja adequado ou não. É o seu referencial. Distinguem-se, assim, dois tipos de vinculação: o apego seguro e o apego inseguro.

O **apego seguro** é um indicador de bom trato e de que existem boas competências parentais. A observação de um **apego inseguro** nos leva a compreender que há problemas na parentalidade e que é preciso trabalhar a evolução da relação de pais-filhos.<sup>130</sup>

<sup>127</sup> TUIRAM, 1989; DE BARBIERI; OLIVEIRA, 1989 apud GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: família nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 19, n. 1, p. 29-48, jan.-jun. 2002. p. 34. Disponível em: <[http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/329/pdf\\_309](http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/329/pdf_309)>. Acesso em: 18 maio 2014.

<sup>128</sup> LOPES; GOTSHAK, 1990; GONZALES DE LA ROCHA, 1998; GARCIA; OLIVEIRA, 1994 apud GOLDANI, 2002, p. 34.

<sup>129</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 102: “Ainsworth demostró que, si bien todo niño desarrolla una relación de apego con una persona significativa, la calidad de esta relación varía de una diada a otra. Describe tres tipos de relación de vinculación materno-filial a partir de los comportamientos observables en el niño en ‘la situación extraña’. Otros autores han descrito posteriormente de una forma más pormenorizada el comportamiento maternal, reafirmandose en las mismas tipologías definidas por Ainsworth. En efecto, la seguridad o la inseguridad del vínculo del niño no es una característica individual, sino una característica de la relación.”

<sup>130</sup> Segundo BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 103: “El apego seguro es para nosotros un indicador de buen trato y de que existen competencias parentales lo bastante buenas. Por el contrario, la observación de

Constatam Barudy e Marquebreucq, que:

nas entrevistas com as mães e seus filhos vítimas da violência organizada, uma incidência significativa de apegos do tipo ansioso e esquivo das crianças, mesmo nas situações em que as mães estavam disponíveis, atentas e sensíveis à criança. Percebe-se que a qualidade do apego não está vinculada apenas à disposição da mãe. O contexto social é relevante e contribui no processo de estabelecimento e mantimento do apego. As situações de violência organizada, seus traumas acumulados, as mudanças exigidas pela situação familiar e, principalmente, a ruptura do contexto são condições perturbadoras do apego.<sup>131</sup> (tradução nossa). Por “ruptura do contexto” entendemos uma situação em que são mudados os códigos e as referências que nos permitem dar um sentido ao mundo que nos rodeia e, em particular, as interações sociais, quando a situação se torna “não codificável” para nós. A “ruptura do contexto” pode ser brutal, implicando uma importante perda de referências, com graves consequências para as mães, pais, os filhos e seus respectivos apegos.<sup>132</sup> (tradução nossa).

A investigação promovida pela Exile consistiu em observar a especificidade do apego e sua evolução: um apego que evolui bem com o tratamento terapêutico faz concluir que era respectivamente **são**, antes da exposição à situação-limite. Ao contrário, quando não há evolução no quadro de recuperação, apesar das intervenções, a hipótese é de que há problemas profundos de apego. Deduz-se que estes problemas têm origem na história anterior dos pais.<sup>133</sup>

#### 2.4.2 REDE SECUNDÁRIA

Pode ser compreendida pelas funções de ajuda e controle, as quais envolvem prestações de serviços, assistências genéricas e especializadas, fornecimento de auxílios informacionais e materiais e intervenções profissionais.<sup>134</sup>

Elas estão centradas nas normas e serviços ou no dinheiro e mercado. Entre elas estão compreendidas as entidades não governamentais que podem apresentar uma combinação

---

*un apego inseguro nos hace pensar en la posibilidad de algún problema en la parentalidade social y en la necesidad de profundizar la evaluación de la relación padres-hijos.”*

<sup>131</sup> Segundo BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 106: “Durante las entrevistas con las madres y sus hijos, enseguida constataos una incidencia significativa de los apegos de tipo ansioso o hasta huido en los niños, incluso en situaciones en las que la madre estaba disponible, atenta y sensible a los requerimientos del hijo. Esto constituye una demostración más de que la calidad del apego no depende solamente de las capacidades de la madre. El contexto social es muy importante en el proceso de establecimiento del apego (Barudy, J. 1997). Las situaciones de violencia organizada, con sus cúmulos de traumas, los cambios obligados de la estructura familiar y, sobre todo, la ruptura del contexto son factores perturbadores del apego.”

<sup>132</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 102: “Por ‘ruptura del contexto’ entendemos una situación en la que son cambiados los códigos y las referencias que nos permiten darle un sentido al mundo que nos rodea y, en particular, a las interacciones sociales, con lo que la situación se vuelve ‘indeescodificable’ para nosotros.”

<sup>133</sup> Diz BARUDY, 2006, p. 102: “Os problemas de apego que observamos em nossa prática clínica estão, pois, ao menos em parte, relacionados com as experiências traumáticas dos pais.”

<sup>134</sup> SANICOLA, 2008, p. 101.

de meios, já que podem associar a lógica da doação à das normas e direito e/ou dinheiro e mercado.<sup>135</sup>

As diferentes intervenções terapêuticas serviam como espaço de apoio e reconstrução dos vínculos intrafamiliares. Persistia na facilitação e emergência de novas redes sociais o acompanhamento do processo de comunitarização que envolvia os pais, os filhos e os profissionais da intervenção, bem como os membros importantes da comunidade.<sup>136</sup>

A capacidade para utilizar os recursos comunitários, ou a capacidade para interagir com a rede social. Inúmeras investigações têm mostrado quanto importante é a capacidade de participar em dinâmicas de apoio social para assegurar uma parentalidade “bem tratante”.<sup>137</sup> (tradução nossa).

Percebeu-se que muitas mulheres vivem seu exílio isoladas, já que perderam suas redes naturais de apoio e não dispõem de uma rede substituta, que possa apoiá-las, mesmo que provisoriamente.<sup>138</sup>

A presença permanente da criança com a mãe pode ser vivida por essa mesma mãe como apoio, mas também como um problema, que gera angústia e ansiedade. Essa situação revela e reforça a natureza profundamente ambivalente dos primeiros vínculos entre a mãe e seu filho.<sup>139</sup>

## 2.5 MÉTODO DE INTERVENÇÃO DE REDES

A intervenção de rede de acordo com Sanicola se desenvolve a partir de uma ação, de um pedido de ajuda ou de uma situação crítica, seja ela previsível ou inesperada. Desloca a atenção para a mudança da qualidade dos relacionamentos. Busca a forma mais adequada para enfrentar a necessidade emergente. A mudança alcança a existência e a intensidade do laço social. Isso no sentido de criar uma dinâmica social diferente.<sup>140</sup>

Consiste em se mobilizar na direção da partilha das necessidades, vislumbrando uma concepção de autonomia das redes primárias em relação às secundárias. Nesse modelo de ação admitem-se duas hipóteses: na primeira, a ação do operador impacta as redes; na

<sup>135</sup> SANICOLA, 2008, p. 90.

<sup>136</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 120.

<sup>137</sup> MANCIAUX, 2000; CYRULNIK, 1998; BARUDY, 1997 apud BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 72: “*La capacidad para utilizar los recursos comunitarios, o la capacidad para interactuar con la red social. Innumerables investigaciones han mostrado cuán importante es la capacidad de participar en dinámicas de apoyo social para asegurar una parentalidade ‘bien-tratante’.*”

<sup>138</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 72; 149; 165.

<sup>139</sup> BARUDY; MARQUEBREUCQ, 2006, p. 72; 106-108.

<sup>140</sup> SANICOLA, 2008, p. 71.

segunda, o impacto pode promover, incentivar e sustentar movimentos, nortear-se pela partilha e, conforme o contexto, conduzir-se para a autonomia.<sup>141</sup>

O método de intervenção de rede postula o protagonismo, a liberdade e proatividade dos indivíduos da rede:

as redes primárias – a família, em primeiro lugar – deve poder estabelecer uma relação de autonomia com as redes secundárias, as quais, por sua vez, prestam ajuda sem, com isso, substituir as redes primárias e expropriá-las de seu potencial de protagonismo social. Assim, as redes secundárias, de um lado, não diminuem ou eliminam as responsabilidades institucionais e, de outro, reclamam a liberdade e ação [...] do povo.<sup>142</sup>

O operador social é destaque na teoria de rede, exatamente pelo seu papel central e ativo. O objetivo deste é o de estimular a rede a assumir determinadas responsabilidades. Desde já, é ou está prevista sua retirada de cena.<sup>143</sup>

Após identificadas as funções exercidas pelos diversos nós das redes, levanta-se o que cada nó oferece e o que recebe em troca. O nó se estabelece na troca, cada ator social não apenas pede e recebe assistências, serviços e intervenções em favor de sujeito **vulnerável**, mas também oferece contextualmente – na mesma hora ou no futuro – outros serviços, assistências ou intervenções, que implicam a existência de vantagens mútuas na troca. A cobertura econômica, a simples colaboração, a oferta de informações e colaboração ou simplesmente a legitimação e o agir podem ser a contrapartida.<sup>144</sup>

Enfatiza Sanicola que é preciso atuar na intervenção de redes, mas sempre no sentido da dependência para a autonomia, do individual para a partilha e ter em vista a retirada de cena quando for atingido um determinado nível de autonomia do coletivo. Eis que:

quando a intervenção de rede caminha a perspectiva da liberdade de ação do povo, realiza capilarmente o princípio de subsidiariedade, tanto nas relações interpessoais quanto no desenvolvimento de redes que não são estabelecidas por lei, nem sustentadas pela lógica da economia, mas que, animadas pelo valor da gratuidade, visam cuidar do coração do homem, do qual estão mais próximas que o Estado e o mercado.<sup>145</sup>

A intervenção de rede se apoia em duas hipóteses: a primeira delas está ligada ao risco da vulnerabilidade com relação ao equilíbrio/desequilíbrio entre desafios e recursos; a

---

<sup>141</sup> SANICOLA, 2008, p. 125.

<sup>142</sup> SANICOLA, 2008, p. 9.

<sup>143</sup> SANICOLA, 2008, p. 30. A retirada do operador de cena é previsível devido ao protagonismo e a busca pela autonomia da rede.

<sup>144</sup> SANICOLA, 2008, p. 101.

<sup>145</sup> SANICOLA, 2008, p. 9.

segunda hipótese propõe considerar como recursos as redes primárias, a que o sujeito pertence, e as redes secundárias, como capital social, o qual se pode contar para enfrentar os desafios da vida. A intervenção de rede, portanto, atua sob o risco de vulnerabilidade que deve ser compreendido como estado não permanente e que pode ser reduzido pelo aumento de recursos, a partir da ampliação da quantidade e qualidade do capital de relações humanas à disposição.<sup>146</sup>

Com relação ao perfil do operador de rede importa dizer ainda que:

qualquer técnica, mesmo a mais refinada, não é eficaz se não expressa a postura do sujeito e sua capacidade de implicar-se e de arriscar um relacionamento com o outro; toda a técnica de intervenção de rede tem como objetivo levar os membros das redes a experimentarem a positividade do laço, ou seja, o que ganham ao investir nos laços que já existem e na possibilidade de estabelecer novos laços.<sup>147</sup>

Através do olhar atento e positivo sobre a realidade, por mais que esta seja difícil, não devemos nos render aos obstáculos, e muito menos ficar pelo caminho: desistir. Podemos recomeçar sempre, a partir de onde paramos.<sup>148</sup>

Contudo, é importante considerar que:

[...] nas relações primárias as trocas efetuadas para responder às necessidades ocorrem em razão do laço e não vice-versa. Por isso a atenção do operador de rede deve estar voltada à consolidação do laço, mais que à resposta às necessidades, uma vez que é o laço que permite a solução do problema, e não o contrário.<sup>149</sup>

O sentimento de ser reconhecido e de pertencer são desejos que todo homem e mulher tecem no seu íntimo. Desejos compartilhados pela rede de relações significativas ao longo da história de cada qual. Indivíduos cuja liberdade é colocada à prova pelos desafios encontrados no ambiente.<sup>150</sup>

---

<sup>146</sup> SANICOLA, 2008, p. 8.

<sup>147</sup> SANICOLA, 2008, p. 98.

<sup>148</sup> SANICOLA, 2008, p. 98.

<sup>149</sup> SANICOLA, 2008, p. 95.

<sup>150</sup> SANICOLA, 2008, p. 166.

### 2.5.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS INTERVENÇÃO DE REDES NAS FASES DE EXPLORAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO

Os instrumentos usados na exploração nos estágios de **intervenção** e na **mobilização** são:<sup>151</sup>

1. A **lista dos membros das redes** é uma planilha em que estão presentes familiares, parentes, amigos, vizinhos, colegas, entre outros. As pessoas são relacionadas à medida que são encontradas ou nomeadas por um membro da rede. Identifica-se desde já, pela lista, se uma rede é composta apenas por familiares ou se estende além do parentesco. Na lista também podemos identificar quais organizações de serviço estão envolvidas.<sup>152</sup>

2. O **diário de bordo** é o instrumento de registro de observações, reflexões, palavras significativas, anotações sobre encontros ou acontecimentos que o operador de rede vai coletando no decorrer de seu trabalho de **exploração**.<sup>153</sup>

3. A **grade para exploração de redes** permite que o operador de rede defina de modo preciso o campo de exploração. É uma bateria de indicadores, organizados em áreas (redes presentes, conexões, apoio e relações recíprocas), com a finalidade de reunir informações sobre os elementos das redes, com certa homogeneidade em seus aspectos estruturais, de funções exercidas pelos membros das redes e de sua dinâmica.<sup>154</sup>

4. O **mapa de rede** aqui destacado dentre outros é o de Rousseau e escolhido pela funcionalidade, o qual pode ser usado tanto na fase de **exploração**, quanto de **mobilização** e na **verificação** da intervenção.<sup>155</sup>

O mapa de Rousseau permite determinar as relações mútuas entre as redes e evidenciar o laço que existe entre os diversos tipos de redes presentes. Para elaborar o mapa de Rousseau é preciso preparar uma lista de rede, ou seja, uma relação das pessoas que aparecem no discurso do membro da rede e dos serviços implicados na situação.

O mapa de rede permite representar as redes graficamente, identifica os diversos tipos de redes presentes e os laços que se estabelecem entre elas e seus membros. Pode representar também a maneira como um sujeito individual, um usuário, percebe suas redes.

O mapa de rede ainda considera duas dimensões das redes: a estrutura e a dinâmica. A primeira demonstra as redes presentes, os laços que existem (quem se relaciona com quem),

<sup>151</sup> SANICOLA, 2008, p. 57; 130; 137.

<sup>152</sup> SANICOLA, 2008, p. 130.

<sup>153</sup> SANICOLA, 2008, p. 131.

<sup>154</sup> SANICOLA, 1995 apud SANICOLA, 2008, p. 131.

<sup>155</sup> SANICOLA, 2008, p. 134-135; 138. Vide Anexo 1: Instrumentos de rede - Mapa de Todd, mapa de Rosseau e tabela de distribuição de cuidados.

a densidade (quem estabeleceu o maior número de laços), a proximidade-distância física e afetiva (quem está mais próximo de quem); já a segunda indica, por meio de símbolos, a qualidade e a força dos laços, os elementos que permitem compreender o estado relacional das redes.<sup>156</sup>

Quando os mapas são traçados periodicamente, eles comprovam as alterações que ocorreram no tempo: o que aconteceu e como as redes se mobilizaram no caso de um evento crítico.

Além do mapa de Rousseau é usado o mapa de Todd. O mapa de Todd é utilizado para conhecer as redes primárias. É elaborado por dois círculos e no centro destaca-se o sujeito. O desenho representa a posição de diversas pessoas, cada qual situada numa bolha e indicando um âmbito de convivência. Na ligação das bolhas se evidenciam as relações mútuas em determinado momento da história dessas pessoas.<sup>157</sup>

O mapa de rede permite ao operador deixar de se concentrar no problema e no membro da rede que demanda, para assumir um “olhar de rede”.<sup>158</sup>

Ele ainda permite que o operador se comunique de modo objetivo com outros operadores e com os membros da rede. Assim como com os clientes.

O mapa de rede, pela sua funcionalidade, pode ser usado em diversos estágios da intervenção como destacamos a seguir:

- I. Na fase de exploração, contribui para o desenvolvimento das hipóteses de rede;
- II. Na fase de mobilização evidencia as mudanças que se produziram de um período para outro, graças também ao acompanhamento e registro do operador;
- III. Na fase de verificação da intervenção permite avaliar o valor da mudança que se produziu.

O mapa da rede pode ser compilado pelo membro da rede, sozinho ou com a ajuda do operador. É importante, neste segundo caso, verificar a proximidade/distância entre o mapa que fizemos ou imaginamos fazer e aquele que nosso interlocutor fez, para verificar o quanto ele está próximo ou distante da realidade. O mapa de rede como instrumento colabora no diálogo sobre os laços de rede a partir de uma representação não verbal.<sup>159</sup>

5. A **tabela de suporte** e de seus efeitos permite identificar aqueles que oferecem ajuda na rede. Ela é construída a partir da lista. Estão presentes todas as pessoas identificadas

<sup>156</sup> SANICOLA, 2008, p. 142. Vide Anexo 1: Instrumentos de rede: tabela de fases.

<sup>157</sup> BESSON, 1993 apud SANICOLA, 2008, p. 135-136.

<sup>158</sup> BESSON, 1994d apud SANICOLA, 2008, p. 136.

<sup>159</sup> SANICOLA, 2008, p. 136.



como membros das redes mais o suporte que oferecem. Evidencia o que cada pessoa oferece e se dá um ou mais tipos de suporte.<sup>160</sup>

6. Através da **grade de distribuição dos cuidados nas redes** registramos os movimentos da responsabilidade de cada indivíduo em relação a determinado cuidado. Como se desloca de um membro da rede para outro, das redes primárias para as secundárias, entre outros. Contribuí para o desenvolvimento de hipóteses e, no decorrer da intervenção, possibilita o registro das mudanças, principalmente no que concerne às funções exercidas pelas redes **antes, durante e depois da intervenção**.

É constituída de dois eixos: no primeiro, são reproduzidos todos os sujeitos das redes primárias, das secundárias em que se inclui o terceiro setor; no segundo, são reproduzidos os cuidados prestados pelas redes primárias (aprovisionamento, presença nas ocorrências, companhia, atenção etc.) e os serviços típicos das redes secundárias. A grade de distribuição de cuidados evidencia quem presta cuidados e quem presta serviços, se as redes primárias prestam serviços específicos das redes secundárias (como, por exemplo, os serviços da saúde) e se estas últimas prestam cuidados específicos das redes primárias (como, por exemplo, o apoio afetivo e a companhia no cotidiano).<sup>161</sup>

#### 2.5.2 OPERADOR(A) DE REDES

Na intervenção de redes, o operador desempenha um papel de orientação e acompanhamento relacional, facilitando processos do individual para o coletivo e da dependência para a autonomia. O operador promove a vida da rede, mas não toma decisões por esta nas opções que esta tem de fazer, nem tem obrigação de facilitar as trocas. A meta traçada é a de se retirar quando houver alcançado determinado nível de autonomia do coletivo. O operador de rede trabalha na promoção e facilitação daquilo que a rede busca. Ainda, ele se mobiliza para que com o passar do tempo, o processo ou resultado dessa busca passe a fazer parte da rede.<sup>162</sup>

A mobilização inicia na prática um projeto de ação social coletiva e se processa até o compartilhamento da responsabilidade. Toma como linha guia a autonomia das redes primárias em relação às secundárias.<sup>163</sup>

---

<sup>160</sup> SANICOLA, 2008, p. 137.

<sup>161</sup> SANICOLA, 2008, p. 139.

<sup>162</sup> SANICOLA, 2008, p. 50; 136.

<sup>163</sup> SANICOLA, 2008, p. 87.

O operador de rede utiliza um método de trabalho, uma práxis ou filosofia de ação. Ele se torna aquele que incentiva e permite que as responsabilidades sejam assumidas. Enseja a construção de contextos de reconhecimento do outro como pessoa, com reciprocidade e solidariedade.<sup>164</sup>

Essa filosofia de ação ou práxis se caracteriza por princípios ligados ao papel do operador de rede. Não é alguém que deve agir no lugar do outro, também não é um terapeuta, nem mesmo um militante. É, sim, alguém capaz de sustentar uma reflexão sobre os problemas coletivos, capaz de encorajar um movimento de transformação da rede. Ele mobiliza do individual para o coletivo, atua no fortalecimento de laços, na ampliação de vínculos e partilha.

Claude Brodeur, de acordo com Sanicola<sup>165</sup>, considera toda pessoa responsável por sua vida em relação à vida dos outros. Ele vê o pedido de ajuda como sinal de relacionamentos contraditórios dentro de uma rede.

Para o estudioso de redes, o agente fundamental da mudança não é o operador, mas a própria comunidade de vida, a que chamamos rede. Uma unidade relacional que tem uma história constituída pelos laços de família, de vizinhança, de amizade e de trabalho. Acredita que a própria rede é competente para interpretar suas necessidades, compartilhá-las, elaborar um projeto e, possivelmente, resolver suas necessidades.

A ação do operador de rede vislumbra a possibilidade de uma mudança de relações sociais no sentido de por em prática uma autonomia da comunidade diante da esfera pública.

Ao iniciar uma exploração, o operador dirige seu olhar e sua escuta para os diversos níveis da realidade das redes. Identifica a natureza das redes presentes. No caso das redes primárias, quais delas estão relacionadas à situação da família, parentes, vizinhos, amigos, colegas de trabalho e quais redes secundárias foram acionadas - as instituições, organizações do terceiro setor, organizações de mercado, entre outras - e quais ajudantes naturais estão presentes e para quem atuam. Em seguida, vai aprofundando o conhecimento dos níveis da exploração. Procura compreender quais são as redes centrais e as que são dominantes.

Reiteramos que o modelo de ação promove o movimento do individual para a partilha e o movimento da dependência para a autonomia.

Ele explora as três dimensões de redes primárias: **a estrutura das redes** que considera os laços existentes e a própria configuração. O exercício das **funções** das redes e

---

<sup>164</sup> SANICOLA, 2008, p. 153.

<sup>165</sup> SANICOLA, 2008, p. 153.

membros, **as relações** existentes entre eles e a dinâmica de rede que essas relações determinam.

A valorização do positivo é uma disposição do operador baseada na convicção de que a realidade, por mais carregada que seja de aspectos problemáticos, de dor ou de drama, contém sempre uma positividade, uma vez que é habitada por um bem que sempre vence no fim. Só quem carrega essa convicção consigo é capaz de perceber a positividade da vida, de sublinhá-la, de evidenciar seu valor, como primeiro recurso essencial para uma retomada, para poder recomeçar, antes de mais nada nos relacionamentos, nos laços mais significativos. Sem essa convicção, não é possível ajudar ninguém; afinal, quem confiaria sua vida a um operador que não tivesse um olhar positivo para o presente, sem o qual é impossível acreditar numa esperança para o futuro?<sup>166</sup>

O operador de rede explora as redes primárias ancoradas no sujeito. Nessa exploração ele considera a **estrutura**, as **funções** e as **relações**.

A qualidade dos laços compõe a estrutura das redes primárias: o suporte ou apoio social e controle são integrantes das funções; o olhar e a escuta do operador de rede constituem as relações. O que as pessoas dizem de si e dos outros. O que os significados e as representações têm sobre cada pessoa e sobre a totalidade da rede. Há uma correspondência entre expectativas e responsabilidades. Os eventos internos da rede movimentam a rede primária, observa-se se determinam isolamento, marginalização e fragmentação, ou seja, se a rede se conduz para a individuação: que tipo de solidariedade tem se manifestado contextualmente; perceber ou avaliar se a rede se polarizou; quem se mostra disponível a apoiar moralmente os familiares. Enfim, se a rede se polarizou para o coletivo.<sup>167</sup>

Ainda, depois de um evento crítico, por parte dos membros da rede, se há certa resignação, coloca-se sob o domínio do operador, ou ao contrário, se há desejo e vontade de mobilização para a ação e postura determinada de autonomia em relação à rede secundária.<sup>168</sup>

O discurso coletivo revela a cultura das redes, o sentido compartilhado atribuído às ações e às opções de cada indivíduo. A linguagem do discurso coletivo revelará a dimensão simbólica das redes, o nível inconsciente das relações, o elo entre identidades, pessoas e redes.

Os laços de rede e a maneira de vivê-los caracterizam a cultura de rede que pode ser captada pela atenção, olhar e escuta.

---

<sup>166</sup> SANICOLA, 2008, p. 162.

<sup>167</sup> SANICOLA, 2008, p. 89-107.

<sup>168</sup> SANICOLA, 2008, p. 109-127.

A **atenção** é o 1º movimento relacional que move e comove o outro, suscitando a possibilidade de uma relação. [...] enfatizar particularmente o valor do olhar de rede [...] uma vez que esse é o mais forte veículo da **atenção** e voltado para os relacionamentos de rede, traz à tona e revela o mundo interior. O **olhar** tem uma enorme capacidade de mobilização da pessoa e tem sido redescoberto e valorizado em nossas experiências de rede. Ele dá expressão a algo que acontece em determinado momento, revela acontecimentos e sentimentos. A **escuta** deve estar voltada a perceber a existência e o significado dos laços entre as pessoas, com quem elas vivem e compartilham a vida, que lugar ocupam as diferentes pessoas e as diferentes redes na vida de cada um, como os laços de rede a maneira de vive-los caracterizam a cultura de rede.<sup>169</sup>

Sanicola chama a atenção ao profissional da área social, no nosso caso específico, do operador de rede, de reconhecer o que os usuários realmente reconhecem como importante. Desvelar o desejo mais autêntico dos usuários ou membros da rede significa identificar aquilo que é ocultado pelas perguntas sobre o que está posto normalmente e que envolve subsídios, assistência, serviços institucionais. Significa que é preciso saber do usuário, e juntamente com ele, o que efetivamente julga que precisa, é importante, e o que quer. Diagnostica-se o que precisa ou é preciso, “a partir da visão da realidade de onde se fala”, sem a preocupação de saber se é isso mesmo que julga necessário para si, pelo menos naquele momento. Na escuta pode haver surpresa, pois muitas vezes ele entende de que precisa menos ou por vezes bem mais daquilo que se considerou.<sup>170</sup>

Aos prestadores, quanto à relação dos serviços públicos oferecidos principalmente aos usuários do bolsa-família, do serviço social, da saúde e educação pública, que efetivamente dependem desses serviços públicos, cabe a reflexão a seguir:

Como todos sabem, essa forma de oferta de serviços não apenas cristaliza a demanda na forma como ela é assumida (individual), mas a condiciona a manter uma dependência, uma vez que o usuário dos serviços públicos terá de aceitar o que o serviço lhe oferece e não o que ele considera necessário para si mesmo. [...] ocorre uma adaptação gradual ao serviço oferecido, e o usuário perde sua capacidade de iniciativa diante do desafio da necessidade, até se tornar um usuário padrão,

<sup>169</sup> SANICOLA, 2008, p. 97.

<sup>170</sup> Devem estar aí imbricados a empatia, concepções de fortalecimento de autonomia, de empoderamento e de reconhecimento da resiliência desse indivíduo. O usuário ou membro da rede pode ter desenvolvido habilidades e competências especiais para sobreviver no ambiente em que vive e que, embora compreendamos de intenso sofrimento e de mal-estar, ele supera e vive mais ou menos de forma tranquila o seu cotidiano. Possivelmente esse indivíduo seja mais resiliente do que estaríamos em situação semelhante. Como funcionária pública atuante na gestão de programas de extensão de Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia brasileiro e frente à execução de projetos sociais com públicos vulneráveis, a exemplo do Programa Mulheres Mil e Programa quilombola de Santa Cruz de Paulo Lopes (SC), advém a reflexão da importância de desenvolver projetos sociais numa perspectiva **COM** o e não somente **PARA** o público a que se destina. Temos que levar em conta que o olhar e a ação do investigador não é neutro, sabe-se ser impregnado de cultura, verdade e até mesmo de preconceito, por isso a importância da escuta e de um novo olhar sobre quem julgamos que precisa ou aqueles a quem fazemos a oferta.

perdendo progressivamente seu potencial de criatividade profissional. Ao mesmo tempo o operador se cristaliza em seu papel de prestador de serviço padronizado.<sup>171</sup>

Segue Sanicola dizendo que essas questões normalmente não são consideradas. O senso comum ou a ideologia assistencial é a de que se oferece um serviço ao usuário e não necessariamente o atendimento a uma demanda, uma acolhida, um lugar humano, atenção a uma pessoa, a um âmbito ou a uma comunidade, que dê mais sentido ou significado do que serviços. A demanda no momento que é assumida considera o sentido que o outro vive, pensa ou espera poder viver, desejo de reconhecimento e reciprocidade. Os espaços de reconhecimento e reciprocidade estão implicados na esfera da doação, na dimensão do gratuito, do não monetizável, do simbólico, do afetivo, da liberdade. A assistência profissional, ainda, ocupa mais um espaço burocrático que lhe é de direito e de uma forma limitada e ligada a obrigações.<sup>172</sup>

Sanicola nos deixa a mensagem de que por trás do usuário padrão do serviço da assistência social há um ser humano, e antes mesmo de buscar um serviço social este espera pelo acolhimento e respeito, primeiramente pela pessoa humana que é. O serviço propriamente esperado é algo que não pode ser comprado, só pode ser doado, ainda que essa área social tenha limites e que os profissionais, como pessoas que são, acabem desumanizando os serviços e desumanizados, quando agem de forma automática e se atêm apenas aos protocolos burocráticos e à reatividade do dia a dia.

A crítica corrente é de depreciação de boa parte dos usuários. São pessoas comumente tachadas de dependentes do assistencialismo, são vítimas de comentários e olhares negativos dos profissionais que os assistem. Contudo, esses mesmos profissionais, consideradas as exceções, alimentam esse quadro indesejável quando não planejam e dão continuidade ao seu trabalho, quando agem de forma burocrática-assistencialista, descomprometida, promovendo a dependência, seja por limitação profissional, atuação reativa, ingenuidade, preconceito, desrespeito, sentimentalismo piedade, ignorância, falta de comprometimento, relações de poder, interesses políticos, entre outros.

O exposto explica provavelmente o quanto se mantém arraigado culturalmente o assistencialismo e que o usuário talvez seja culpado apenas pelo fato de corresponder ao padrão estabelecido pela cultura assistencialista.

Na escuta de suas histórias de vida é que compreendemos que as mulheres se sentem motivadas e desejam mudar a condição social e o contexto de vulnerabilidade familiar em que

---

<sup>171</sup> SANICOLA, 2008, p. 83.

<sup>172</sup> SANICOLA, 2008, p. 152.

vivem. A experiência na gestão do programa governamental de formação profissional e inclusão produtiva voltado às mulheres permite afirmar que elas desejam alimentar suas esperanças e sonhos, mudar-se como pessoa através do estudo e do trabalho, voltar-se para o outro, mas também para si. Olhar para os demais e o entorno e, mais, olhar-se como ser que tem necessidades específicas e que deseja sim um futuro melhor para os seus, mas antes mesmo disso, precisa mudar. Isso implica em mudar a si mesma, usufruindo de oportunidades que já estão postas e pleiteando outras que sinalizem um novo horizonte. Na fala, na ação dessas mulheres, está imbricada a vontade de transformar as suas vidas. Vidas estas que se desenvolvem sempre entrelaçadas na lealdade para com a sua rede de apoio, atenção, cuidado e proteção. Assim, na retomada da Ética da justiça indagamos: É justo que elas continuem tão sobrecarregadas e sozinhas nas ações de **apoio, atenção, cuidado e proteção**, principalmente quando são elas que precisam e estão em estado de proteção social?

### 3 CASOS DE INTERVENÇÃO DE REDES PESQUISADOS POR SANICOLA

Apresentamos a rede secundária e experiências nas fases de exploração e de mobilização de redes. Pinçamos e fizemos adaptação em quatro casos de redes que envolvem vulnerabilidade de gênero. Consideramos as experiências na fase de **exploração de redes** quando da intervenção **tomando os casos** de Lúcia e Marcela **discriminando** as estruturas de redes, funções de redes e dinâmicas de redes. Quando das experiências na fase de **mobilização de redes tomamos os casos** de Maria e do jovem Marcos desenvolvendo a **mobilização de redes**, estruturas de redes, funções de redes, dinâmicas de redes e hipóteses de redes.

A pesquisa conduz-se pela temática mulher e rede social com base no desenvolvimento do **método de intervenção de redes**, cujos fundamentos se constituem de reflexões teóricas e metodológicas, experiências profissionais e pesquisas amadurecidas na Itália pela assistente social Lia Sanicola, por vinte anos.<sup>173</sup>

Sanicola posiciona a **intervenção de rede** entre a abordagem terapêutica e a abordagem comunitária.<sup>174</sup> Por isso, nos capítulos anteriores consideramos pertinentes as contribuições de Barudy e Marquebreucq. A abordagem de Barudy e Marquebreucq, que é a intervenção terapêutica, aproxima-se da de Sanicola, que é a abordagem comunitária e de reconstrução de redes. Ramires e Falcke trazem os fatores de risco e de proteção dos vínculos familiares, Bronfenbrenner a ecologia do desenvolvimento humano, e Vidal a Ética feminina, feminista e teológica.

A temática de redes sociais ou rede social, de acordo com Lia Sanicola, interessa à Antropologia, à Etnologia, à Sociologia, à Psicologia Social e à Psicanálise. A Sociologia, aproveitando o caminho desenvolvido pela Antropologia, resgata a força dos laços fracos, a contribuição estrutural e funcional do cotidiano para o coletivo social. O assunto ocupa a Sociologia relacional, que considera a dimensão simbólica das trocas de reciprocidade atuantes na rede.<sup>175</sup>

O conceito de rede tornou-se operacional, como forma de intervenção, quando alguns operadores e estudiosos, ao encontrarem e reconhecerem uma entidade relacional de tipo coletivo que não podia ser identificada nem como família, nem como grupo, experimentaram empregar esse conceito em sua ação e verificaram resultados positivos.

---

<sup>173</sup> SANICOLA, 2008, p. 7.

<sup>174</sup> SANICOLA, 2008, p. 35; 37; 43-44. Orientações metodológicas do trabalho em rede. (ver Figura 2.1).

<sup>175</sup> SANICOLA, 2008, p. 19-20.

Foi um percurso de natureza praxiológica, que levou operadores e estudiosos já dotados de um quadro teórico de referência a elaborarem e sistematizarem modelos para a ação. Esse percurso teve uma importância significativa na definição operacional do conceito, não apenas no que diz respeito à exploração das redes, mas também no que concerne à intervenção no contexto das redes.<sup>176</sup>

Destacamos nossa experiência de trabalho em rede na implementação do programa governamental de âmbito nacional para inclusão produtiva de mulheres maiores de 18 anos, selecionadas através de sorteio público para formação profissional, como segue:<sup>177</sup>

No contexto da gestão do Programa Mulheres Mil foi dada ênfase à solidariedade de aprendizagem, a criação de laços, tanto por parte das gestoras de cada campus da instituição federal de educação profissional, quanto entre as alunas em formação. Como linha de atuação da gestão estadual, privilegiou-se o suporte, fortalecimento e o empoderamento das gestoras do programa dos campi envolvidos, o que trouxe inquestionável, rico e diferenciado aporte de capital social para a gestão e equipe de formadores, mas, principalmente, para as mulheres que participaram da formação que entre outros tiveram acesso a capital social diferenciado, além da formação profissional que facilitou o acesso ao emprego e/ou a melhora de renda. Logo em seguida assistimos, pelas alunas, a um movimento de busca de informações pela alfabetização, educação de jovens e adultos e dos cursos ofertados pelo Instituto Federal para seus filhos, familiares e amigos. Alguns meses depois da conclusão do programa parte delas eram nossas alunas nos cursos técnicos, tecnológicos e licenciaturas e algumas se encaminharam para outras instituições educacionais para outras formações.<sup>178</sup>

Sanicola apresenta Grieco<sup>179</sup> em contradição a Granovetter<sup>180</sup>, no que condiz à relação de rede social primária e contexto ocupacional, e ambos complementam o que foi exposto há pouco, no que se refere ao acesso de **capital social** diferenciado na inclusão educacional e produtiva, como segue:

Diz Granovetter [...] Realmente, as melhores informações a respeito da procura de emprego são obtidas de pessoas com as quais são estabelecidos laços fracos, à

<sup>176</sup> SANICOLA, 2008, p. 23.

<sup>177</sup> Os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia como instituições federais oferecem educação profissional pública e gratuita, mas devido à demanda ser maior que a oferta, os alunos e alunas que buscam a educação profissional passam por processo seletivo. Isso faz com que muitos, dadas as lacunas na escolarização e baixa autoestima, não acreditem ser possível ou mesmo realizem tentativa na conquista de vaga. A condição de aluna de Instituto Federal certamente significa para muitas das alunas do **Programa Mulheres Mil** adentrar um ambiente educacional privilegiado, infelizmente ainda inacessível, apenas para uns poucos escolhidos, entre os que tiveram acesso a melhor escolaridade.

<sup>178</sup> PROGRAMA Mulheres Mil. *Ministério da Educação*, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2012. Programa desenvolvido no Instituto Federal de Santa Catarina. Tem como público-alvo mulheres maiores de 18 anos. Envolve inicialmente a elevação da autoestima e ao final da formação, a inclusão produtiva. Estimula itinerário conjugando elevação de escolaridade com formação profissional. Iniciou em 2007 como piloto em nove estados no nordeste e foi estendido a todo o país em 2011, no governo Dilma, através do Programa Brasil Sem Miséria. Está na carteira do MDS e é executado pelo MEC através dos Institutos Federais.

<sup>179</sup> GRIECO, 1987.

<sup>180</sup> GRANOVETTER, 1973.



medida que põem o sujeito em contato com uma série de informações diferentes das fornecidas por laços de tipo “forte”, que tendem a transmitir as mesmas informações que o indivíduo já possui, com o qual compartilha a mesma network de relações interpessoais. Grieco discorda e afirma que [...] são os laços fortes (familiares, parentesco, amizade íntima) que oferecem oportunidades na escolha de uma nova atividade de trabalho. [...] e que o laço requer o respeito de obrigações recíprocas, que permitem que a relação se reproduza e seja garantida ao longo do tempo; transmitir as informações significa responder a uma obrigação contraída no passado ou criar uma nova para o futuro.<sup>181</sup>

Di Nicola, embasada na corrente do pensamento relacional de Donati, contribui significativamente no contexto das redes sociais quando destaca a dimensão simbólica das trocas de reciprocidade atuantes na rede. Rede que se posiciona como estratégia empregada por uma pessoa para resolver seus problemas e dar resposta às necessidades em certo momento de sua vida.<sup>182</sup>

Quando da articulação entre a rede primária e a rede secundária, a circularidade e complementaridade vão além das funções do que é formal e informal e, através da configuração de um laço que se desenvolve em rede, são ligadas as duas esferas.<sup>183</sup>

Brodeur e Donati colocam as redes primárias e redes secundárias no centro de hipóteses operacionais e, de acordo com Sanicola, essa perspectiva se ajusta com a de Donati quando Sanicola revela a relação entre redes de natureza diversa ao enfatizar a dimensão simbólica na realidade das redes.<sup>184</sup>

O núcleo fundamental de análise dessa pesquisa é a intervenção de redes como proposta de apoio social à mulher com olhar voltado ao protagonismo da mulher, junto a seus pares, de interventora **informal** de rede. Ela assume o papel de operadora natural de rede de forma não consciente, seja nas ações do cuidado, como animadora e mediadora no interior da própria rede. Por isso, em contextos de vulnerabilidade da mulher, é fundamental o papel do operador formal da rede, como podemos perceber no que segue.

A perspectiva da intervenção de rede se situa na lógica da subsidiariedade horizontal e inverte, antes de mais nada, o papel do operador, que nunca é considerado alguém que deva agir “no lugar de”, tampouco um terapeuta ou militante, mas aquele que é capaz de sustentar uma reflexão sobre as relações de rede, ou seja, um processo de conhecimento do nível da realidade que é feito de laços, com a finalidade de

<sup>181</sup> GRIECO, 1987; GRANOVETTER, 1973 apud SANICOLA, 2008, p. 18.

<sup>182</sup> DI NICOLA, 1986; 1998; 2002a; DONATI, 1991a apud SANICOLA, 2008, p. 19. As redes primárias são constituídas pelo conjunto de laços da família, parentesco, vizinhança, amizade, trabalho e tempo livre. As redes secundárias podem ser formais e informais. As informais são um desdobramento das redes primárias, como é o caso dos grupos de ajuda mútua e ajuda natural. As formais são constituídas pelo terceiro setor e o conjunto das instituições estatais em que estão envolvidos direito e cidadania.

<sup>183</sup> DONATI, 1988 apud SANICOLA, 2008, p. 20; 52; 61. Vide Anexo 1: tipos de rede e tabela de interação social. SANICOLA, 2008, p. 53; 64; 95; 135.

<sup>184</sup> BRODEUR, 1984 apud SANICOLA, 2008, p. 22.

compreender tanto as dificuldades e os problemas presentes quanto a riqueza dos laços existentes, encorajando a divisão de uma responsabilidade mediante um movimento de partilha realizado na própria rede.<sup>185</sup>

### 3.1 A REDE SECUNDÁRIA E EXPERIÊNCIAS NAS FASES DE EXPLORAÇÃO E DE MOBILIZAÇÃO DE REDES

Apresentamos neste capítulo de forma mais específica a rede secundária, a aplicação do método de intervenção de redes através de dois casos de **experiências de exploração**, o que contribui para o desenvolvimento das hipóteses de rede e outros dois de **experiência de mobilização**, o que evidencia as mudanças que se produziram de um período para outro. Casos estes selecionados entre aqueles apresentados por Sanicola.<sup>186</sup>

A exploração das redes sociais consiste em sair do próprio ambiente para introduzir-se num ambiente comunitário desconhecido e buscar conhecê-lo.<sup>187</sup>

A exploração é feita pelo operador de rede como se este estivesse num espaço social intermediário entre as redes secundárias e primárias.

Como conclusão de seu trabalho de exploração, o operador poderá formular hipóteses com base nas quais desenvolverá depois sua ação pela mobilização das redes.<sup>188</sup>

Os efeitos mais significativos da mobilização das redes são, portanto: uma amplitude da rede, em relação à sua conformação original; uma maneira nova de apresentar o problema, de enfrentá-lo e resolvê-lo; a tomada de responsabilidade por meio de um projeto compartilhado; uma progressiva autonomia das redes primárias em relação às secundárias, autonomia que pode significar também o acesso aos recursos institucionais de um modo mais orientado e selecionado, para responder as necessidades diante das quais a rede primária não se mostra efetivamente competente.<sup>189</sup>

#### 3.1.1 REDES SECUNDÁRIAS

As redes secundárias formais são constituídas pelos laços que se estabelecem entre instituições, organizações do mercado e organizações do terceiro setor. Existem também redes

<sup>185</sup> SANICOLA, 2008, p. 72.

<sup>186</sup> Ainda como **experiências de exploração**, indicamos os casos de Lúcia e Marcela e de **experiência de mobilização** os casos de Maria e Marcos. Além das fases de exploração e mobilização, há a fase de verificação da intervenção, que permite avaliar o valor da mudança que se produziu. Casos encontrados na obra de SANICOLA, 2008, base desse estudo.

<sup>187</sup> SANICOLA, 2008, p. 89.

<sup>188</sup> SANICOLA, 2008, p. 114.

<sup>189</sup> SANICOLA, 2008, p. 126.

secundárias informais, constituídas por laços que se estabelecem entre pessoas visando resposta a uma necessidade imediata, são as ajudantes naturais.<sup>190</sup>

As organizações do terceiro setor também são consideradas redes secundárias, mas com significado mais particular, ocupando uma posição intermediária entre o informal e o formal, entre o primário e o secundário. Essas redes, mesmo não pertencendo à esfera das relações primárias, são próximas delas culturalmente, pela característica de doação, de estarem atentas, próximas às necessidades da comunidade.<sup>191</sup>

Extraímos da obra de Sanicola quatro casos que envolvem gênero e que resultaram na aplicação do método de intervenção de redes de três mulheres mais um jovem menor de idade. Duas das experiências são de **exploração de redes** e outras duas **experiências de mobilização** de redes.

As **orientações metodológicas do trabalho de rede** abordadas no transcorrer desta investigação envolvem: a **orientação terapêutica** (com terapia de rede, terapia de apoio e a rede terapêutica) e a **intervenção de rede** (de manejo comunitário e intervenção de rede).

Concluída a exploração, o operador pode decidir por em prática uma intervenção de rede ou utilizar o levantamento que fez durante a exploração como contribuição para o trabalho da equipe, a ser acionada para intervenção com abordagem terapêutica.

Em termos de experiências de exploração, serão apresentados os casos de Lúcia, que é acometida pelo alcoolismo, e Marcela, que sofre de problemas mentais.

Os casos de Maria e de Marcos são uma experiência de mobilização que podemos acompanhar durante o desenvolvimento de todo o processo, da exploração à mobilização, e que salienta a importância de formular hipóteses de rede com vistas a deflagrar a ação e ser mais assertivo no processo de mobilização. Foi empregada a maior parte dos instrumentos da intervenção de rede e as mudanças que se produziram foram registradas de acordo com o que segue.

Para ilustrar as experiências de mobilização serão apresentados os casos de Maria, grávida e sem moradia, imigrante da Costa do Marfim, África, vivendo em situação irregular na Itália, e de Marcos, menor processado por ato infracional.

---

<sup>190</sup> SANICOLA, 2008, p. 53; 64; 135. Ver Anexo 1: Tipos de rede e tabela de interação social.

<sup>191</sup> SANICOLA, 2008, p. 9.

## 3.2 QUATRO CASOS DE REDES QUE ENVOLVEM VULNERABILIDADE DE GÊNERO

A seguir, as **experiências de exploração** nos casos de Lúcia e Marcela e as **experiências de mobilização** nos casos de Maria e Marcos.

### 3.2.1 EXPERIÊNCIAS NA FASE DE EXPLORAÇÃO DE REDES QUANDO DA INTERVENÇÃO

#### 3.2.1.1 *Primeiro caso de exploração: Caso Lúcia*

Fator de risco inicial: alcoolismo.

**Diário de bordo:** O serviço psiquiátrico foi acionado pelo proprietário do apartamento alugado por Lúcia. Ela recebeu uma ordem de despejo, motivada por conflito e reclamações dos vizinhos. Situação que perdura há anos. A assistente social que atende a demanda conhece Lúcia há bastante tempo. Assim, faz um acordo com a mesma de que será ajudada desde que passe a frequentar os Alcoólicos Anônimos, ir ao médico periodicamente e ir regularmente aos encontros semanais com a assistente social. Para reverter a ordem de despejo, a assistente social entra em contato com os condôminos e consegue a colaboração de duas senhoras que se prontificam a tratar com os condôminos mais reticentes. Lúcia participa do processo de coleta de assinaturas dos condôminos. Ela começa a procurar serviços temporários ao mesmo tempo em que continua trabalhando com faxina no consultório do médico de sua família. Nos Alcoólicos Anônimos encontra Marcos e inicia relacionamento amoroso. Decide em pouco tempo trazê-lo para morar com ela. A assistente social interfere por considerar que Lúcia ainda corre o risco de ser despejada e por isso é melhor aguardar. Marcos volta para a casa do irmão. Marcos consegue abandonar o álcool e tem interesse em ajudar Lúcia. Com a situação condominial de Lúcia regularizada, Marcos passa a morar com ela. Um ano depois nasce Vitória, filha do casal. Lúcia se esmera nos cuidados com a filha, mas o esforço de cuidar da menina gera grande ansiedade e ela volta a beber. O serviço social de proteção aos menores do município, ao receber solicitação de ajuda econômica, toma conhecimento da situação e entra em contato com o serviço psiquiátrico. As entidades determinam o encaminhamento da criança a uma creche, no sentido de aliviar o trabalho e a ansiedade de Lúcia. A mãe de Lúcia vai morar com o casal para ajudar, mas devido a problemas de saúde tem internações hospitalares frequentes. Marcos passa fora a maior parte do dia, trabalhando. Lúcia começa a beber escondido. As recaídas no abuso do álcool de Lúcia são motivo de conflito e cobrança de Marcos de que assim ela não estaria sendo uma boa mãe. A divisão psiquiátrica do hospital é chamada a colaborar uma vez que a mãe leva a criança ao pronto-socorro com frequência, sem necessidade. Através de entrevista é constatada a apreensão excessiva no cuidado com a criança. Na creche, a criança é acompanhada pelo psiquiatra e Lúcia tem contatos periódicos com a assistente social. As organizações de serviços envolvidas se encontram mensalmente para uma avaliação periódica da situação e para estabelecer um programa de acompanhamento psiquiátrico que possibilite a Lúcia ter um emprego em período integral. Os irmãos de Lúcia se aproximam ajudando afetivamente e materialmente. Uma sobrinha cuida de Vitória quando os pais têm compromissos. Aos três anos, a menina é matriculada na escola maternal, com a ajuda do pároco. Lúcia consegue mensalidade reduzida. A madre superiora que dirige a escola e outras mães ajudam Lúcia com frequência e também arranjam pequenos serviços. O casal continua a ser assistido regularmente

pelo serviço psiquiátrico. Marcos é um bom companheiro e ótimo pai. Lúcia fica 6 anos sem internação. Quando Vitória completa seis anos Marcos adoece, vítima de um câncer na garganta e passa meses internado. Lúcia passa bastante tempo com ele, porém nos últimos tempos volta a beber escondido, embora de maneira contida. Afastando-se aos poucos de Marcos, inicia um novo relacionamento, sai à noite retornando tarde. A mãe voltou a morar com ela para ajudá-la na criação da menina. Lúcia pede ajuda à assistente social do serviço psiquiátrico, se sente exaurida e propõem entregar a menina à adoção. É agressiva com Marcos, que tenta controlá-la por telefone e ela já não quer que sua mãe more com ela. Concorda em retomar os encontros regulares com Marcos, que são cada vez menos frequentes desde a doença do companheiro, embora tenham se mantido em contato constante por telefone. Ela precisa recuperar algumas regras de comportamento, precisa de apoio constante, que a traga de volta a um senso de realidade para que consiga voltar a assumir suas funções.<sup>192</sup>

### 3.2.1.1.1 A exploração

Na fase exploração se podem elaborar três mapas de rede, que representam as passagens mais significativas do envolvimento de Lúcia com as redes ao longo do tempo e no espaço em que vive. Essas passagens estão ligadas a três grandes períodos:<sup>193</sup>

- No 1<sup>a</sup> período os serviços psiquiátricos têm dificuldades para acompanhá-la. Lúcia não tem paradeiro fixo e é amparada pelo serviço social. No fim do período começa a ter como ponto de referência o grupo dos Alcoólicos Anônimos;
- No 2<sup>a</sup> período, com a entrada de Marcos na vida de Lúcia, esta passa a ter estabilidade afetiva e controle, tem uma casa onde viver com sua família e com a sua filha;
- No 3<sup>a</sup> período a doença de Marcos faz com que Lúcia perca seu ponto de estabilidade afetiva, voltando a quebrar as regras. Quando ele é internado ela abandona a própria casa, que passa a ser ocupada pela mãe, como forma de suprir as necessidades da neta.<sup>194</sup>

### 3.2.1.1.2 Estrutura das redes

Quanto à estrutura das redes, podemos observar que em cada período muda a amplitude da rede, sua densidade, a intensidade dos laços, a proximidade e a distância geográfica entre as pessoas, o conteúdo das trocas.

<sup>192</sup> SANICOLA, 2008, p. 173-177.

<sup>193</sup> SANICOLA, 2008, p. 179; 182. Vide Anexo 1: Caso Lúcia e instrumentos de rede.

<sup>194</sup> SANICOLA, 2008, p. 177-178.

No primeiro período, a rede é restrita, configurada por poucos nós, com pouca ou nenhuma densidade; os laços são fracos, conflituosos ou rompidos; entre os do último tipo está o importante laço com o companheiro.

No segundo período, a rede passa a ser mais ampla, aumenta as densidades, pois algumas pessoas se conhecem. As trocas são mais intensas, desaparecem as relações conflituosas, nascem novos laços para Lúcia. Aumenta também a presença das redes secundárias, o que ocorre a partir das necessidades da filha de Lúcia, ao mesmo tempo em que Lúcia já não precisa tanto da ajuda dada pelo serviço social de apoio psiquiátrico.

No terceiro período, observamos na estrutura da rede a formação de novos nós, o surgimento de relações conflituosas, o enfraquecimento de alguns laços (os de Lúcia com seus parentes) e o reforço de outros (os de Marcos com seus parentes) e, sobretudo, vemos a ampliação da presença das redes secundárias, que volta maciçamente sua atenção para Lúcia.<sup>195</sup>

#### 3.2.1.1.3 Funções das redes

No primeiro período, os serviços sociais são sobrecarregados de funções de ajuda e controle. No último ano essa carga é compartilhada com os Alcoólicos Anônimos.

No segundo período, as funções mais importantes de apoio e controle são exercidas pela rede familiar, em particular pelo companheiro e pela filha, cuja presença constitui uma fonte de motivação e sentido para Lúcia.

No terceiro período a função exercida pelas organizações de serviço e pelos operadores sociais volta a ser central; a rede da família de origem se mobiliza outra vez, na pessoa da mãe de Lúcia, que passa a cuidar da neta.<sup>196</sup>

#### 3.2.1.1.4 Dinâmicas de rede - quanto às relações

No primeiro período, as tensões, conflitos e rupturas fazem com que Lúcia seja marginalizada por sua rede e, em seu desespero, ela encontra conforto no álcool. Só as redes secundárias fazem trocas positivas com ela, mas não produzem sentido, o que não permite dar a Lúcia a estabilidade afetiva de que ela precisa e que continua a procurar em novos parceiros.

---

<sup>195</sup> SANICOLA, 2008, p. 179-180.

<sup>196</sup> SANICOLA, 2008, p. 180-181.

No segundo período, observamos um movimento relacional positivo em toda a rede. O coletivo se mobiliza, reconhece Lúcia e a acolhe. Mudam as atitudes entre as pessoas, praticamente desaparecem os conflitos e as tensões.<sup>197</sup>

No terceiro período, as relações positivas estabelecidas por Lúcia ficam seriamente em risco. Não só as relações com o companheiro e com a rede de parentes, mas também com a filha.<sup>198</sup>

#### 3.2.1.1.5 Hipóteses de rede

A operadora de rede parte de uma pergunta fundamental: como Lúcia poderá enfrentar o evento crítico da doença de Marcos – e, provavelmente, de sua morte – sem perder tudo o que aprendeu e conquistou com a estabilidade afetiva? Se Lúcia parece regredir, a presença da filha, que Lúcia ama de verdade, pode ser motivo de fortalecimento para ela.

A operadora encontrará toda a rede de Lúcia, ajudará a rede a reconhecê-la como um dos seus membros em dificuldade que precisa de ajuda e apoiará o movimento rumo à coletivização. A rede, apoiada pela operadora, é que vai definir as formas que sua mobilização assumirá.

Ao mesmo tempo, a operadora dará suporte ao processo de progressiva autonomia da rede perante os serviços, processo que, neste caso, se dará em longo prazo, mas que, de qualquer forma, é uma hipótese clara. Lúcia será acompanhada também pelo serviço psiquiátrico, mediante uma intervenção clínica, que possa diminuir sua angústia e apoiá-la, do ponto de vista pessoal, no caminho do amadurecimento para assumir a mudança que está acontecendo em sua vida com a doença de Marcos.

Os serviços de proteção aos menores também são mobilizados para acompanhar a filha de Lúcia e para lhe dar suporte, ajudando-a a assumir um papel ativo perante a mãe, de modo que a presença e ajuda concreta da avó não se transformem numa expropriação em relação ao vínculo mãe-filha.<sup>199</sup>

#### 3.2.1.2 Segundo caso de exploração: Caso Marcela

---

<sup>197</sup> SANICOLA, 2008, p. 181-182. Vide Anexo 1: Caso Lúcia e instrumentos de rede II.

<sup>198</sup> SANICOLA, 2008, p. 181-182.

<sup>199</sup> SANICOLA, 2008, p. 183.

Fator de risco inicial: depressão, problemas de coluna que a impedem de trabalhar e desequilíbrio emocional pelo risco iminente de não andar mais. Mãe de filho menor que precisa de cuidados especiais devido a problema nutricional crônico.<sup>200</sup>

Lendo a situação de Marcela e explorando as suas redes, foi possível realizar três mapas que representam as passagens mais significativas no tempo e no espaço.

São três os grandes momentos:

- 1º momento: Quando Marcela vai morar com Gilson;
- 2º momento: Diante da crise conjugal. A crise e o mapa da rede da irmã Elenice;
- 3º momento: Sistemática no tratamento psiquiátrico e a reconciliação com o marido.

A passagem no tempo (os três períodos, e os acontecimentos que os caracterizam) e no espaço (a vida, os conflitos conjugais, a separação, sua casa, a doença) tem um impacto forte na estrutura, nas funções e na vida de relações de rede.<sup>201</sup>

**Diário de bordo:** Marcela é de família numerosa, foi criada até os oito anos de idade pela avó, devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela família. Ela viveu em outro Estado com a avó. Aos 15 anos, já morando com a família, após discussão familiar, vai morar com uma tia em Estado diferente, mas retorna no mesmo ano. Passa a morar com a irmã Elenice, dando continuidade aos estudos. Ela é militante de Movimento Social Pró-Moradia. Conhece Marcos, namora e em seguida vai morar com ele numa outra área da mesma cidade que a família. Estuda e trabalha e o relacionamento dura quatro anos. Separa-se e vai morar sozinha em outra região da cidade. Conhece Gilson, seu atual companheiro. Passados dois anos, ela engravida e assim passam a morar juntos. Continua os estudos e no mesmo ano conclui o ensino médio. Manteve-se trabalhando durante o período da gravidez, após a licença maternidade afasta-se do trabalho por questões de saúde. O filho é acompanhado pelo Programa de Saúde da Família – PSF, e encaminhado ao Centro de Recuperação e Educação Nutricional – CREN, já que não há melhora em seu estado nutricional. Nesse período Marcela conhece o CREN para acompanhamento do filho e ela inicia um tratamento ortopédico em função de uma doença na coluna, que a afasta do trabalho. Inicia tratamento médico e fisioterapêutico no Instituto Lar e Escola São Francisco. Por esse motivo não tem condições de trabalhar e passa a cuidar de Gabriel e da casa. Gabriel é diagnosticado com quadro de desnutrição grave. A criança passa a ser acompanhada no semi-internato com o atendimento diário. Marcela é presente no atendimento e atende bem as orientações. Marcela relata que se separou do atual marido devido a conflitos conjugais. Passa a morar na casa de sua mãe Elenice, sendo constantes os conflitos entre elas. Marcela continua passando por momentos de conflito quanto à sua situação conjugal, mas não pretende voltar para o marido. Desfalece durante a espera de atendimento profissional. Confusa mentalmente se justifica dizendo às mulheres na sala de espera que o desmaio aconteceu porque tomou um remédio forte. A família é chamada e comparecem Elenice (irmã), Marcos (irmão) e Cícero (sobrinho, filho de Elenice). A irmã relata que Marcela está sofrendo por causa dos problemas conjugais, demonstra sinais de depressão e dificuldades de enfrentamento da situação. A recomendação da equipe do Programa de Saúde da Família é de que ela não permaneça sozinha. Vanessa, a irmã mais nova de Marcela, se responsabiliza por levar Gabriel para casa

<sup>200</sup> SANICOLA, 2008, p. 190-191; 194-195. Vide Anexo 1: Caso Marcela e instrumentos de rede I.

<sup>201</sup> SANICOLA, 2008, p. 188-190.



e a irmã Elenice a acompanha até o hospital. Após o encontro com os três irmãos de Marcela, Elenice, Vanessa e Marcos contam que existem três situações que podem estar desencadeando o quadro de confusão mental de Marcela. A primeira delas foi a informação do médico, que seu problema de coluna é gravíssimo e poderá no futuro impedi-la de caminhar. A segunda foi realizar uma visita ao primeiro companheiro Marcos por solicitação de familiares deles, que poderá trazer possibilidade de reconciliação, segundo dizem os familiares, o que ela sempre desejou. A terceira é a crise conjugal atual, as dificuldades financeiras devido ao fato de Marcela estar impedida para o trabalho devido às questões de saúde. Não está conseguindo o auxílio-doença junto ao Instituto Nacional de Saúde e Serviço Social (INSS). Marcela tem uma nova crise em casa e o irmão Marcos a acode na casa dela. A irmã Elenice se dispõe a cuidar da criança. Marcela é atendida no hospital e encaminhada ao Centro de Atendimento Psicossocial onde permanece em tratamento diário no período de três meses. O CREN solicita a presença do esposo dela, Gilson, e ele se dispõe a auxiliá-la nos cuidados com Gabriel. A equipe do CREN conhece a equipe do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Marcela, após algum tempo, recebe alta e a família de forma participativa atende Gabriel na continuidade do tratamento nutricional, sem faltas e auxiliando Marcela em sua recuperação. No final do ano Marcela e Gilson se reconciliam e voltam a morar juntos na antiga residência. Marcela continua sem trabalhar, mas tem o apoio da família nos cuidados com o filho Gabriel. Gilson está mais compreensivo e paciente, muito embora Marcela queixe-se da falta de diálogo, porém ela reconhece que houve mudanças para melhor.<sup>202</sup>

#### 3.2.1.2.1 Estruturas das redes

No que diz respeito à estrutura, é possível observar que em cada período há mudanças nas características e na amplitude da rede, na sua densidade e na intensidade das ligações.

No primeiro período, a rede conta com a presença de amigos e vizinhos, além da presença de integrantes do Movimento Social de Moradia. Aparece na configuração da rede o conflito com a irmã, mas não a rede materna, pois o conflito era tão intenso que ela não desejou nem representá-la. A relação com o hospital é tênue, pois não há demanda que crie vínculo.

No segundo período se reduz o tamanho da rede secundária em função da mudança de localidade e da conclusão de uma fase da vida. A rede se torna mais densa (pois algumas pessoas se conhecem entre si, há trocas mais intensas, mantêm-se as relações conflituosas). A diminuição das redes secundárias ocorre em função da conclusão dos estudos e de Marcela sair do trabalho e mudar de endereço. Acrescentam-se à rede secundária os serviços de saúde para Marcela, como o Lar e Escola São Francisco, e de cuidados com Gabriel – Centro de Recuperação e Educação Nutricional.<sup>203</sup>

<sup>202</sup> SANICOLA, 2008, p. 184-188.

<sup>203</sup> SANICOLA, 2008, p. 197-198. Vide Anexo 1: Caso Marcela e instrumentos de rede II.

O desenho da terceira rede é de Elenice, irmã de Marcela. Essa estratégia fez-se necessária para compreender sua dinâmica relacional e o ponto de apoio para as situações de crise, uma vez que ela se responsabilizou pelos cuidados de Gabriel e por ser um ponto de referência para os irmãos.

No terceiro período observa-se na estrutura da rede a formação de novos nós, o desaparecimento dos conflitos, pois a crise permite que a família se aproxime, superando as dificuldades apresentadas anteriormente. Percebe-se também o fortalecimento das ligações (Marcela e a sua rede de parentes) e o reforço de outras ligações, como se observa no vínculo de Marcela com as redes secundárias. O que chama a atenção, sobretudo, é a densidade e intensidade da rede.<sup>204</sup>

#### 3.2.1.2.2 Funções das redes

No que diz respeito às funções, é possível observar que no primeiro período a rede aparece pouco apoiada nas relações familiares, inclusive as relações de conflito (com a mãe) que sequer foram apontadas, pois não havia nenhum papel de suporte. No segundo período, a função dos serviços e a dos operadores sociais tornam-se centrais, pois contribuem através dos encontros de rede nas situações de conflito, permitindo que as redes assumam suas responsabilidades. Essa ação repercute positivamente no terceiro período, pois se verifica uma rede mais ampla, mais densa e com mais intercâmbios.<sup>205</sup>

#### 3.2.1.2.3 Dinâmicas das redes

No que diz respeito às relações, é possível observar que no primeiro período visualiza-se uma situação de relações normais, sendo apontada uma única relação de conflito com sua irmã. A relação com a mãe apresentava-se com tanta dificuldade que sequer foi representada na rede. Por tratar de uma rede de baixa densidade, as relações de troca se produziam de forma individualizada tanto com a rede primária, quanto com a secundária.

No segundo momento, observa-se um movimento relacional positivo da rede familiar em acolhê-la e envolver-se com seus problemas. Nesse sentido, portanto, o coletivo se mobiliza, reconhece Marcela e a acolhe, mudam as atitudes entre as pessoas e vemos as alterações nos vínculos.

---

<sup>204</sup> SANICOLA, 2008, p. 192-193.

<sup>205</sup> SANICOLA, 2008, p. 193.

No terceiro período, as relações se intensificam e se fortalecem. Marcela reconstrói os vínculos com sua mãe e sua irmã, relações antes conflituosas, além de traçar relações entre a rede secundária que, articulada, pode atuar na perspectiva da complementaridade ao responder às demandas de Marcela.<sup>206</sup>

### 3.2.2 EXPERIÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO

#### 3.2.2.1 *Primeiro caso de mobilização: Caso Maria*

Fator de risco inicial: Imigrante de cidadania marfinense engravida e é expulsa de casa pelo companheiro.

**Diário de bordo:** O serviço de proteção aos menores pediu que Maria, 22 anos, de origem marfinense, fosse acolhida na Comunidade Lar para a Autonomia. A própria mulher que fez foi o pedido declarando estar grávida e não ter para onde ir, já que rompeu as relações com o companheiro. Maria tem laços rompidos ou ausência deles com a família de origem. A mãe é falecida e Maria tem laços desfeitos com o pai e não construiu laços com a nova família, que ele construiu após a morte da mãe dela. Atualmente com exceção da irmã (que como o pai e família reside na África) não tem laços significativos. A rede de amigas da mulher é frágil, caracterizada por relações superficiais com alguns compatriotas. Tem relacionamento de amizade com uma única compatriota. Rompeu o relacionamento de forma conflituosa, diante da vontade do companheiro que interrompesse a gravidez e diante disso, expulsa-a de casa. Na fase inicial do projeto, os serviços sociais pediram à Comunidade Lar para a Autonomia que recebesse Maria para acompanhá-la no pré-natal, oferecendo oportunidades de melhorar seu conhecimento da língua italiana e regularizar sua situação na Itália.<sup>207</sup>

##### 3.2.2.1.1 Fase de exploração

Dadas as dificuldades de Maria com relação à língua e o cuidado na construção da relação com a operadora, a exploração de rede foi realizada semanas depois da internação na comunidade. Teve participação importante a educadora, que logo Maria identificou como seu ponto de referência na instituição.<sup>208</sup>

Foram utilizados os instrumentos: lista de rede, mapa da rede, tabela de suporte e tabela de efeitos de suporte.<sup>209</sup>

<sup>206</sup> SANICOLA, 2008, p. 193-195.

<sup>207</sup> SANICOLA, 2008, p. 251-252.

<sup>208</sup> SANICOLA, 2008, p. 252-253. Vide Anexo 1: Caso Maria e instrumentos de rede I.

<sup>209</sup> SANICOLA, 2008, p. 252.

### 3.2.2.1.2 Estrutura das redes

Sua rede inicialmente é caracterizada por atores de rede primária (redes de parentes, de amizades e de vizinhança) e secundária (serviços sociais e hospitais públicos da região, Centros de Ajuda à Vida, voluntariado, entidades do terceiro setor etc.).<sup>210</sup>

Passadas algumas semanas, a posição atual de Maria e do filho diminui significativamente a amplitude da rede, formada principalmente por atores de rede secundária. Eles aparecem em maior número que os de rede primária e se destacam também do ponto de vista qualitativo.

As relações com os membros da rede primária são caracterizadas por fragilidade, descontinuidade e uma antinatural falta de reciprocidade. Há uma ruptura evidente de algumas relações primárias, o que leva Maria a buscar novas referências afetivas e relacionais.

As redes secundárias são caracterizadas principalmente por relações “não escolhidas”, pelo fato de serem “institucionais”, como no caso dos serviços sociais locais, ou por estarem “ligadas à situação e ao contexto”, como no caso dos laços com os operadores da comunidade e com todos os outros atores que, exercendo diferentes papéis (voluntários, educadores, psicólogos etc.), gravitam ao redor de Maria.

Além da relação com o filho, que Maria vive com proximidade e forte densidade emotiva, surgiu dentro da instituição uma relação muito forte com outro núcleo familiar acolhido, também de origem marfinense, construído por uma mãe, Teresa, e as duas filhas menores de idade. Maria estendeu uma relação significativa com Teresa, caracterizada pela proximidade afetiva e de valores e pela partilha de experiências cotidianas e de vida importantes.

Os membros das redes secundárias, cooperando constantemente para a realização do projeto ligado a Maria, fazem também trocas frequentes, têm grande proximidade e se conhecem uns aos outros.

A relação com a assistente social do serviço de proteção aos menores é caracterizada por forte ambivalência, oriunda principalmente da dificuldade de Maria para dissociar a dimensão de gratidão-reconhecimento da dimensão afetiva, recusando-se a compreender a impossibilidade de se relacionar com a operadora de rede num plano afetivo, já que tem por

---

<sup>210</sup> SANICOLA, 2008, p. 252. Centros de Ajuda à Vida, que apoiam e acompanham mulheres abandonadas ou passando por graves dificuldades durante a gestação, oferecendo auxílio informacional, material e psicológico. Isso na Lombardia, Itália.

ela um sentimento de gratidão. A assistente social estabeleceu com Maria uma relação voltada para a solução das tarefas que são próprias de seu mandato institucional.<sup>211</sup>

#### 3.2.2.1.3 Funções das redes

Não se encontrou nenhum tipo de apoio por parte da rede de parentes. Na rede de amizade, Ana fornece a Maria o suporte afetivo e material. Os atores da rede secundária oferecem um importante suporte informacional e material. A comunidade exerce também importante função afetiva e de apoio emocional-relacional. As trocas com a rede secundária são caracterizadas pela “não escolha” e pela formalidade do laço. São marcadas pela gratuidade, reciprocidade e aproximação afetiva, sobretudo com os operadores da comunidade e com os outros hóspedes da instituição, com quem os contatos são frequentes e cotidianos. Maria tem pouca confiança em suas capacidades, o que foi construído devido ao menosprezo do companheiro e àquilo que a rede de parentes expressou por ela. Há propensão ao confronto e pouca abertura por receio do julgamento dos demais. O nível de motivação dela é baixo apesar de todo o trabalho motivacional imprimido. O quadro inicial de “risco” propiciou o apoio desejado na rede secundária. A amiga Ana representa uma condição importante para a mobilização da rede e um interlocutor primário para a rede secundária.<sup>212</sup>

#### 3.2.2.1.4 Dinâmicas das redes

A natureza atípica da rede, fortemente centrada na dimensão secundária, e as mudanças das dinâmicas de rede ao longo do tempo são resultados de dois importantes eventos críticos: a ruptura dos laços com a rede de parentes, depois de repetidas brigas e de imigrar (ida para a Itália); e o abandono pelo companheiro após a descoberta da gravidez. Esses eventos levaram a uma mobilização da rede secundária. Maria foi assumida pelo serviço social e a série de atos da rede secundária teve uma passagem importante em sua história pessoal e “de rede”.

Quanto aos dois eixos da intervenção, observamos um impasse de Maria, que se mantém presa ao plano de dependência e do individual, recusando-se, por medo e desconfiança, a ter uma abertura ao exterior, com exceção de algumas relações fortes com a

---

<sup>211</sup> SANICOLA, 2008, p. 253-254.

<sup>212</sup> SANICOLA, 2008, p. 255-259.

rede secundária. Ela também está pouco propensa a fazer experiências que a conduzam na direção e a uma plena autonomia.

Encontramos presentes alguns atores-chave, pertencentes à rede de amigos e à rede secundária de serviços, que apoiam Maria nas atividades do cotidiano e contribuem para lhe transmitir maior tranquilidade e serenidade. Maria, assim, se mostra mais segura e determinada diante das relações conflitantes que tem com sua rede primária.<sup>213</sup>

O papel da operadora de rede foi fundamental, ao por em prática uma primeira mobilização já durante a fase de exploração, o que ajudou Maria a compreender as carências funcionais de sua rede e as relações já existentes.<sup>214</sup>

#### 3.2.2.1.5 Hipóteses de redes

Levando em conta que Maria continua presa ao eixo do individual e da dependência, o que está ligado à relação de forte proximidade com os atores da rede secundária, a operadora de rede assume também como objetivo promover uma mobilização gradual na direção dos eixos da autonomia – com uma relação mais equilibrada com os serviços – e da partilha – mediante o reconhecimento de que os atores da rede primária também possuem um papel importante nos níveis de apoio, decisional e funcional.<sup>215</sup>

#### 3.2.2.1.6 A mobilização das redes

Mesmo com toda a sua fragilidade, e apesar de demonstrar gratidão pelos serviços sociais recebidos, Maria, aos poucos, vai adquirindo consciência de seus recursos pessoais e, aos poucos, assume concretamente seu papel de mãe e mulher.

Depois do nascimento de Lucas, Maria atestou com frequência a sua condição de mãe, dialogando constantemente com a educadora da comunidade e valendo-se dos recursos da rede secundária. Constrói uma relação baseada na confiança e na partilha, reforça os laços com sua rede de amigas e de vizinhança e, ao mesmo tempo, interrompe a relação de conflito com alguns membros da rede de parentes. O serviço social apoiou Maria na regularização de sua condição legal na Itália, na aprendizagem da língua italiana e solicitou o apoio do juizado de menores. O serviço social acompanhou constantemente o caso de Maria,

---

<sup>213</sup> SANICOLA, 2008, p. 265-266. Vide Anexo 1: Caso Maria - instrumentos de rede II.

<sup>214</sup> SANICOLA, 2008, p. 260-261.

<sup>215</sup> SANICOLA, 2008, p. 261-262.

ajudando-a a tornar mais estável sua posição na Itália e solicitando o apoio do juizado de menores.

Nesse meio tempo, Maria e o ex-companheiro reataram as relações afetivas depois de alguns encontros promovidos pela operadora de rede. O casal demonstrou que pode superar os problemas que haviam levado à separação. Assim, Maria tomou a decisão, compartilhada com a operadora e a comunidade, de deixar a instituição para tentar reconstruir seu núcleo familiar.

Em tudo isso foi importante o papel desempenhado pela rede secundária, sobretudo pela comunidade e pela operadora de rede que, assumindo grande parte das funções que eram exigidas por mãe e filho, souberam adequar sua intervenção de modo a apoiar a mulher na fase de passagem para a autonomia.

Em relação aos dois eixos da intervenção de rede e às hipóteses formuladas pela operadora de rede, podemos observar uma mobilização gradual, do eixo do individual para o do coletivo. A atenção, de modo geral, foi concentrada nas necessidades de mãe e filho e na possibilidade de melhorar qualitativamente a estrutura e o clima da rede, ampliando a partilha com alguns atores da rede primária (companheiro, rede de amigos, rede de vizinhança). Seguiu-se a isso a emancipação da rede secundária, depois que a família deixou a instituição.

Por fim, pode-se constatar também uma mobilização ligada ao eixo da dependência-autonomia. Maria conquistou um maior nível de autonomia, estabelecendo uma relação de igualdade e respeito com o companheiro e os membros da rede primária em geral, e uma relação mais serena e equilibrada com a rede secundária, superando as dificuldades ligadas à cultura de que é oriunda e suas fragilidades internas.<sup>216</sup>

Elegeram-se três casos de mulheres que se encontravam em situação de risco e ainda têm sob sua proteção a criança. Buscou-se conciliar nesta investigação, numa só expressão, a rede social e suas funções relacionais relevantes indissociáveis e simultâneas desenvolvidas na relação proativa da mulher, que não elege uma a uma, mas que exerce na maior parte das vezes, ao mesmo tempo, múltiplas funções e papéis dentro de sua rede social. Denominamos a atuação direta ou indireta da rede social da mulher como **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção**.

É visível que a inclusão produtiva, a elevação de escolaridade, o acesso à educação profissional e outras condições impulsionam a melhora da autoestima e da renda individual. Tomamos como processual a mescla de desenvolvimento com o bem-estar, que por sua vez pode conjugar: **empoderamento, autonomia e mudança social**.

---

<sup>216</sup> SANICOLA, 2008, p. 262-263.

No decorrer dessa melhora, esse bem-estar, essa energia se “espraia” como onda no fortalecimento de laços, criação de novos vínculos e trocas de reciprocidade na rede, impactando todo um coletivo íntimo e privado: a **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção**.

Compreende-se que a mulher expande suas fragilidades, mas também os benefícios de seu desenvolvimento pessoal, da inclusão produtiva e educacional na maternidade, no sustento familiar, no cuidado de si, no cuidado dos seus e dos outros e da **comunidade**.

A mulher, quando alcança melhor qualidade de vida, espraia essa melhora, seja ela qualitativa e/ou quantitativa, para além de sua vida íntima pessoal, e estende a sua **rede de atenção, apoio, proteção e cuidado**. É o que buscamos compreender no contexto de rede ou de atuação da mulher. Como já argumentamos, na base dessa investigação está o **método de intervenção de redes** da pesquisadora italiana Lia Sanicola, com o propósito de obter respostas e apontar novos caminhos e eficácia no apoio social.

O caso do jovem Marcos que segue encerra a apresentação dos casos. Faz-se importante refletir que mesmo garotos e garotas de boa índole e orientação podem ficar desorientados, perdidos, na adolescência, fase de transição que envolve ritos de passagem do estado infantil para o adulto, seja pela efervescência hormonal, consumismo, hedonismo ou ainda, dadas as circunstâncias da vida, podem ser presas fáceis quando carentes de atenção, orientação, suporte, cuidado e proteção. O alerta está posto nas estatísticas atuais, dadas as mortes pela violência urbana que vitimizam principalmente crianças e jovens. O número de gravidezes precoces é maior a cada ano, apesar do acesso facilitado às informações e anticonceptivos. Infelizmente muitos(as) desses(as) jovens repetem a história dos pais e testam a realidade estreando na paternidade/maternidade tão cedo quanto. O que traz como consequência a paternidade não responsável, jovens pais imaturos, permissivos e ausentes, que não educam, orientam, protegem, e que detêm pouca autoridade junto à prole, à futura geração. Associamos aqui o fracasso da escola pública e a massiva evasão principalmente no ensino médio. O desinteresse dos jovens em relação à escola envolve sim o atraso tecnológico da escola, mas principalmente a baixa qualidade do ensino e a atração pelo mundo do trabalho.



### 3.2.2.2 Segundo caso de mobilização: Caso Marcos

Fator de risco inicial: órfã de mãe, menor processado criminalmente, envolvido em delito de extorsão, fraude e agressão - pleiteando a liberdade assistida.<sup>217</sup>

**Diário de bordo:** Marcos, 17 anos, é encaminhado ao serviço social de proteção aos menores pela autoridade judiciária mediante um pedido de investigação psicossocial e familiar, depois de ter cometido os crimes de extorsão, fraude e agressão, com a colaboração de dois outros jovens de mesma faixa etária, colegas de escola. Marcos vive com o pai e o irmão. Perdeu a mãe quando ele tinha apenas um ano de idade. O núcleo familiar conta com o apoio de parentes do lado paterno, sobretudo uma tia que se dedicou durante anos a cuidar dos dois sobrinhos e educá-los. Marcos vive como um peso, a relação com a família ampliada e tem dificuldades de reconhecer a posição da tia, talvez pela apreensão excessiva dela em relação ao cuidado para com os dois sobrinhos. A relação com o ambiente externo é conflituosa e ambivalente, caracterizada pela descontinuidade no percurso escolar e esportivo e por relações frágeis e hesitantes com amigos e jovens da mesma faixa etária. Marcos teve problemas de relacionamento com os colegas e corpo docente, por isso mudou de escola e se matriculou numa escola noturna. É um adolescente fechado, esquivo e reservado, com grande dificuldade para falar de si mesmo.<sup>218</sup>

#### 3.2.2.2.1 Fase de exploração

A exploração de rede é fundamental num caso como este, pois se dá à operadora de rede a possibilidade de levantar a estrutura, as funções e as dinâmicas relacionais e afetivas da rede familiar e social do jovem, além de promover uma primeira mobilização a partir dos próprios recursos presentes, buscando normas compartilhadas para a ação.<sup>219</sup>

#### 3.2.2.2.2 Estrutura das redes

A rede é formada por atores de rede primária e secundária. Inicialmente, a rede primária, de caráter negativo, por suas relações ambivalentes, conflituosas e descontínuas. É também na rede familiar que a intensidade é maior, com uma proximidade física e afetiva nas trocas e maior frequência nos contatos. Não obstante, o fato de os laços serem marcados por crises na comunicação e na relação, que parecem unidirecionais e por isso muitas vezes são vividas com frustração por Marcos. A rede de amigos é pobre, formada por atores com quem Marcos compartilhou, ao longo do tempo, suas atividades e grande parte do percurso escolar, mas com quem não parece ter instaurado uma proximidade e uma partilha significativas. São

<sup>217</sup> SANICOLA, 2008, p. 235; 237; 248. Vide Anexo 1: Caso Marcos - instrumentos de rede, tabelas de fases.

<sup>218</sup> SANICOLA, 2008, p. 234-235.

<sup>219</sup> SANICOLA, 2008, p. 235.

intensos os contatos com jovens de sua faixa etária que frequentam as arquibancadas do estádio de futebol com quem, apesar de os encontros se restringirem aos domingos, o jovem estabeleceu uma relação significativa, de conotação negativa. As relações com a vizinhança apresentam contatos esporádicos e ambivalentes por influência de diminuto sentimento de pertinência e pelo fechamento, que se tornou mais marcante depois que se espalhou a notícia dos crimes cometidos por Marcos. Quanto à rede secundária, serviços sociais e o juizado de menores, a relação é distante. Ele se mostra mais aberto com relação à colaboração com a operadora de rede.<sup>220</sup>

#### 3.2.2.2.3 Funções das redes

Embora haja atores na rede primária capazes de oferecer suporte material, afetivo e informacional, o jovem parece receber essa ajuda de um modo passivo, sem reciprocidade. Marcos tem dificuldade para administrar e suportar a proximidade do núcleo paterno, especialmente a tia, com quem mantém diálogo difícil e a qual se mostra apreensiva e invasiva demais.<sup>221</sup>

Os efeitos do suporte são ambivalentes e descontínuos, sobretudo se levarmos em consideração o suporte oferecido pela rede primária que, mesmo sendo acolhedora e estando apta a dar a Marcos respostas e ajuda nos aspectos práticos e de cuidado, apresenta dificuldades nas esferas relacional, comunicativa e afetiva. A rede de parentes e o núcleo familiar mostram-se também frágeis no plano motivacional, com uma tendência marcada a desvalorizar o jovem e desconfiar de suas atitudes.<sup>222</sup>

Enfim, as dinâmicas emocionais e psicológicas gerais são ambivalentes, situação aguçada pela pequena influência da rede de amigos que, oferecendo uma ajuda do tipo mais “recreativo” e ligado ao lazer, dá um apoio psicológico marginal e pouco construtivo.

#### 3.2.2.2.4 Dinâmicas das redes

Não encontramos uma reciprocidade real nas trocas e na relação afetiva com o núcleo paterno, que se encarregou da criação e educação dos garotos sem conseguir estabelecer uma dinâmica relacional de partilha e proximidade. De fato não encontramos

---

<sup>220</sup> SANICOLA, 2008, p. 236-237.

<sup>221</sup> SANICOLA, 2008, p. 249-250. Vide Anexo 1: Caso Marcos - instrumentos de rede. Tabela de fases.

<sup>222</sup> SANICOLA, 2008, p. 242-243. Vide Anexo 1: Caso Marcos - Instrumentos de rede. Tabela de suporte e Tabela de consequências psicológicas.

relações de vizinhança ou de amizades significativas para o núcleo, fechado ao exterior, com poucas ou esporádicas relações mesmo com a escola ou com os poucos espaços de prática de esportes frequentados por Marcos e seu irmão. Nesse contexto, os crimes cometidos por Marcos inseriram maior desestabilização e situação crítica na rede de parentes, que sempre é muito contida e esquiva, sobretudo por medo do julgamento do contexto social a que a rede de parentes de Marcos pertence, e não conseguiu reelaborar o que ocorreu, não encontrando outras estratégias a não ser assumir a culpa por sua ação deficiente e desqualificar o jovem.

Em síntese, a partir da exploração, percebeu-se a presença de poucas relações significativas e positivas, que podemos resumir às redes de amizade, escolar e de parentes, nas quais prevalecem laços ambivalentes e frágeis. Esse fato, em parte, pode ser atribuído às dificuldades internas de comunicação do núcleo familiar. A observação nos mostra uma rede centrada no eixo do individual, com dinâmicas familiares caracterizadas por fechamento à ajuda externa, e no eixo da autonomia, entendida em sentido negativo, com um fechamento à partilha e à solução dos problemas mediante o apoio profissional da rede secundária.<sup>223</sup>

#### 3.2.2.2.5 Hipóteses das redes

Considerando o quadro em seu conjunto, a operadora de rede deve atuar no sentido de promover a mobilização da rede na direção do eixo da partilha e da autonomia, já trabalhando a partir da exploração sobre alguns membros significativos como o pai, por exemplo. Ao formular as hipóteses de rede é importante que a operadora planeje uma forte intervenção tanto no nível estrutural da rede, aumentando quantitativamente os atores presentes, sobretudo da rede secundária, quanto no nível funcional, ajudando os membros da rede a adquirirem consciência da necessidade de exercerem funções e suporte correspondente às necessidades reais de Marcos. No nível relacional, é oportuno apoiar a rede numa abertura para o exterior, buscando o apoio de sujeitos informais, como a rede de vizinhança, para o exercício do sentimento de reciprocidade e partilha. Alguns membros como o pai e a tia de Marcos chegaram a um alto nível de saturação e têm dificuldades para se perceber como um recurso para a rede. A ideia, portanto, é incentivar uma superação das resistências, oferecendo à rede de parentes de Marcos instrumentos para que este se relacione de modo mais adequado com seu interior e exterior, dando-lhe condições para chegar ao plano do coletivo e adquirir uma autonomia não caracterizada pelo isolamento e pelo autocentramento, mas por uma

---

<sup>223</sup> SANICOLA, 2008, p. 240-244.

gestão consciente e recíproca, perante a rede secundária, de seus aspectos críticos internos. É preciso acompanhar e apoiar Marcos por meio de um projeto que, em harmonia com os objetivos do processo penal de menores, assuma a um só tempo as funções reparadora e educativa, permitindo que o garoto frequente um contexto rico no sentido relacional e comunicativo, afastando-o do grupo de jovens com seu mesmo tipo de tendência problemática e promovendo o reforço de dinâmicas positivas no interior da rede de parentes.<sup>224</sup>

#### 3.2.2.2.6 A mobilização das redes

Depois da primeira fase de investigação, a autoridade judiciária determinou a suspensão do processo, remetendo o menor ao processo de liberdade assistida. Foi estabelecido contato com um centro de reforço escolar que, contando com educadores competentes e sendo frequentado por um grupo de jovens da mesma faixa etária de Marcos, apoiou o rapaz no sentido de uma maior abertura ao diálogo, ajudando-o também nos planos reparador e educativo por meio de laboratórios e atividades. A operadora de rede acompanhou também o rapaz e a própria rede na reelaboração crítica das infrações cometidas, ajudando-o a adquirir maior consciência dos crimes e procurando fornecer-lhe instrumentos adequados para o seu futuro profissional e relacional. A operadora, enxergando a situação do ponto de vista das redes, o que lhe dá a capacidade de perceber as relações espontâneas que surgiram entre Marcos e alguns jovens do centro de reforço escolar, incentivou o garoto a encontrá-los nos finais de semana, fora das dependências do centro, o que diminuiu suas idas ao estádio e criou um percurso relacional mais sadio e equilibrado. Marcos mudou de escola e pela boa colaboração do diretor da nova escola foi alvo de simpatia e reconhecimento na esfera escolar, tendo com isso condições para estabelecer relacionamentos equilibrados com os colegas de classe e, mais amplamente, com outras pessoas de sua faixa etária. Enfim, foi também importante o papel do advogado do menor, membro da rede secundária que, embora encarado por Marcos com desconfiança no início, representou um dos principais sujeitos de mobilização graças, entre outros fatores, à boa colaboração com a operadora de rede.

Com a mobilização foi obtida especificamente uma importante ampliação da rede secundária, que teve como ponto forte o nascimento e o fortalecimento das relações entre as diferentes organizações de serviço que facilitaram a conquista dos objetivos formulados como hipóteses de rede. Depois de quatro meses de liberdade assistida, o projeto caminha bem: o

---

<sup>224</sup> SANICOLA, 2008, p. 244-250.

reconhecimento inicial do pai como ator-chave da mobilização foi confirmado; ampliou-se a coesão entre alguns membros das redes primária e secundária; nos meses da intervenção, diminuiu o número de laços conflitivos e frágeis, embora continuem a existir pontos críticos e fraquezas; Marcos investiu mais nas relações.<sup>225</sup>

Nesse ínterim, retomamos a conversa iniciada na introdução e no primeiro capítulo sobre a necessidade tanto na família quanto na escola de mudanças na concepção de educação de meninos e meninas. Na família se entende como natural o irmão ter ciúmes da irmã e querer protegê-la e ela, a irmã, por sua vez servir ao irmão como auxiliar nas tarefas domésticas e no cuidado com irmãos(ãs) menores. Enquanto isso o menino age de forma similar ao pai: se diverte, assiste televisão ou usa o computador.

Chamamos a atenção à dificuldade que o homem tem de falar e lidar com os sentimentos e a intimidade. É, pois, preciso acentuar a escuta dos meninos e a presença mais marcante do homem na educação desses meninos e meninas.

A paternidade precoce expõem crianças e jovens à situação de risco e vulnerabilidade, como as doenças sexualmente transmissíveis, a drogadição e ao crime. Predispõem a isso a ociosidade, a ausência de oportunidades, de espaços públicos adequados para atividades comunitárias e de esportes, a exposição a más influências e a iniciação ao crime, às drogas como o álcool e o cigarro, às drogas ilícitas, e a atração do dinheiro fácil do crime, da prostituição e tráfico de drogas e de pessoas. É preciso consolidar o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e ampliar as oportunidades de uma educação formal e profissional de melhor qualidade. Ser mais assertivo na luta contra o trabalho infantil e na ampliação de vagas para jovens e adolescentes nas empresas e sob a proteção das políticas de trabalho protegido, favorecendo a permanência escolar por mais tempo com bolsas de estágio, assistência estudantil, programas de menor aprendiz e políticas de primeiro emprego em associação com o itinerário formativo.

Podemos continuar a promover a mudança social, transformar a realidade através do cuidado e da educação, e se conduzir pela a Ética da justiça no sentido de que as mulheres redistribuam e partilhem as ações que envolvem **apoio, atenção, cuidado e proteção** com os homens e com a sociedade.

---

<sup>225</sup> SANICOLA, 2008, p. 245-246.



## CONCLUSÃO

Definimos como marco teórico as redes através das concepções comunitária e terapêutica de Barudy e Marquebreucq e de Sanicola. Tecemos contribuição específica ao focar a rede social da mulher, que conceituamos como **rede de apoio, atenção, cuidado e proteção**. Criamos denominação especial com o propósito de chamar a atenção da comunidade acadêmica, científica, econômica e política e dar visibilidade ao trabalho feminino gratuito.

Partimos dessa reunião de condições disposicionais da mulher - **apoio, atenção, cuidado e proteção** - que se apresentam, comumente, de forma simultânea ou se articulam, o que culmina na oferta de serviços imprescindíveis, sem ônus e de demanda com atendimento espontâneo e imediato.

Mulher, pessoa, influente, boa parte das vezes comprometida e de dedicação inesgotável, que tem sob seu domínio a atenção e a responsabilidade de toda uma rede ou no mínimo uma **extensão** de rede. A mulher disponibiliza boa parte de sua vida, de forma gratuita, através de apoio material, emocional, afetivo, o conhecimento e a informação. Ainda, oferece em igual condição a atenção afetiva e a atenção social. Consolida o cuidado por meio do afeto, da consideração e solidariedade. Exerce a proteção como atributo disposicional pessoal e ambiental tanto na família como na escola, no trabalho, na saúde, entre outros. Persiste dia e noite, na passagem para a beleza, organização, asseio e saúde, em dar conta de um mundo em constante mudança.<sup>226</sup> A inclusão educacional e produtiva da mulher impacta a sua **rede de apoio, atenção, cuidado e proteção**. Ocorre o espraiamento da força e energia da mulher para a sua rede social e a sociedade como um todo quando acessa o estudo e a oportunidade da geração de renda.

Contudo, é preciso atenção especial e redobrada a ela, principalmente quando se potencializam desdobramentos de risco, quando ela se encontra fragilizada emocionalmente, seja pela doença, debilidade física, condição de puérpera, arrimo de família, quando tem sob seu cuidado crianças, pessoas com deficiência, idosos, quando está em situação de desemprego, tem acesso apenas a empregos precários, tem baixa escolaridade, sofre discriminação étnica, baixa condição social e econômica, sofre discriminação de gênero, é condenada por crime, é vítima de traumas, sofrimento psíquico, violência de gênero, é

---

<sup>226</sup> Vide Anexo 2: Música e poemas – Mulher valente, 8 de março e Ciranda das Loucas.

dependente química, entre outros. Ela, quando está em situação de vulnerabilidade, não expõe somente a si, estende o risco a sua rede.

Pode causar estranhamento, na introdução desta investigação, chamar atenção à **mulher-sujeito**, à **pessoa**, ao **ser individual** e **particular**, e posteriormente desenvolver de forma reiterada nos capítulos que seguiram temas que envolvem o papel de mediadora, da maternidade, do **bom trato parental** e **resistente resiliência bem tratante, apego seguro**, entre outros.

Todavia, se faz difícil abordar o desenvolvimento individual da mulher, elevação da escolaridade, inclusão produtiva, acesso à educação profissional, relações de gênero, direitos e mudança social, sem relacionar com a maternidade. Fica inviável até mesmo identificar a origem da violência contra a mulher, seja no sentido da compreensão, quanto da transformação dessa mesma realidade. Entretanto, mesmo que nem todas as mulheres decidam-se pela maternidade e se guiem pelo **cuidado**, são elas que estão envolvidas massivamente e reiteradamente na função. Muitas delas estão na educação e formação das gerações futuras, conscientes de sua importância e contribuição valorosa. Mesmo sem saber se mobilizam, em particular por uma ética do cuidado no ambiente privado ou público. Têm participação e influência em muitos espaços, mas é notória sua participação nas áreas de educação e saúde. São áreas reconhecidamente como mal remuneradas.

Colocamos em pauta a escuta terapêutica, **resistente resiliência**, o **apego seguro**, o **apego ansioso** e a importância da **parentalidade bem tratante** como conceitos que precisam ser apropriados e contextualizados como fatores de quebra de ciclo da violência ou de prevenção à violência doméstica, em especial do homem contra a mulher. Não apenas em relação às mulheres e crianças vítimas da violência organizada, mas no sentido de estabelecer uma cultura de paz junto às famílias, escolas e à comunidade de inserção. Indicamos neste estudo casos específicos de mulheres e de um jovem na intervenção de redes que nos permitem validar a relevância das redes primárias como primeiro capital social relacional e as redes secundárias como aquelas que podem dar suporte, tanto no soçobrar, quanto no sucumbir e quando da ausência de boa parte da rede primária. Dar importância e revelar a mulher como agente de paz e mediadora de rede. Reconhecer o poder dos laços, fortalecimento e ampliação e aporte de capital social que é preciso ou o que aflui no interior das redes. Apoiar a mulher é proteger não somente a família e a seus agregados, a rede primária, mas alcançar toda a sociedade. A reflexão e compreensão proposta é a de que, por meio da mulher, se estende o apoio, a atenção, o cuidado e a proteção às crianças, jovens, doentes, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e idosos.



Mulheres em contextos de vulnerabilidade ou risco social têm o direito de receber atenção de políticas públicas específicas, benefício de ação afirmativa, numa concepção de direitos humanos, de dignidade da pessoa humana, numa relação de consolidação como ser humano que vive em sociedade. Enfim, a sociedade toma uma postura que gera **ganha-ganha** e quem mais se favorece são as gerações futuras. Não mais apenas ou como algo de mulher, ou para a mulher, mas para homens e mulheres de uma sociedade que se entende em evolução, num autodimensionamento que envolve responsabilidade social, saltos e avanços qualitativos, qualidade de vida e **justiça**. Aprimoramento com base na solidariedade e equidade, ampliação do acesso a melhores oportunidades para a mulher e os indivíduos mais frágeis que se encontram em situação de opressão, vulnerabilidade ou risco social.

Através de homens e mulheres imbuídos da busca da ética da justiça, do cuidado e da responsabilidade resgatamos o objetivo geral traçado no projeto inicial deste estudo, sob o qual alicerçamos a reconstrução de importante teia social que gera desdobramentos e reflexos como rede social ampliada.

Na busca da compreensão do significado da inclusão educacional e produtiva, a exemplo daquela mulher que é vítima da violência do homem, defrontamo-nos com indagações, as quais estão colocadas em forma de assertivas de acordo com o que segue:

1. Através de um pedido de ajuda ou uma queixa, a mulher tem o direito de ser contemplada nas suas necessidades com respectivo suporte de qualidade da rede secundária. Dessa forma, ela pode se fortalecer e continuar a oferecer todo o apoio, a atenção, o cuidado e a proteção que deseja para a sua rede social;

2. A mulher e os demais indivíduos da rede, a partir da ajuda de um operador de rede, podem mobilizar as redes no sentido de deflagrar fatores de proteção e de prevenção por meio de outras redes, até mesmo a reconstrução de vínculos da rede primária. A pobreza de ordem econômica, mesmo tomados os seus ditos efeitos incapacitantes, por si só não define a incompetência parental, e nem mesmo o estresse daí decorrente pode ser justificativa para a violência doméstica;

3. O contexto vulnerável ou de risco se intensifica e apresenta dificuldade de reversão quando se mantém de forma duradoura, por longo tempo, ou quando se apresenta de forma ininterrupta, como se dá na nefasta e triste vulnerabilidade inter e intrageracional;

4. A postura **assistencialista** desrespeita, humilha e predispõe à apatia, à inércia, à asfixia da iniciativa, da autonomia e do protagonismo dos assistidos. Com relação à autonomia e empoderamento em que se mobiliza o capital social existente no interior da rede primária, entretanto, não se deve deixar de respeitar o ritmo e a condição de ação e reação dos

membros da rede. Eis que o operador de redes tem definido os limites, espaço e tempo para se retirar do processo de intervenção de rede;

5. As redes esfaceladas podem ser reconstruídas por meio do suporte de rede substitutiva: a rede secundária. Nem por isso perdem a sua identidade e autonomia, já que essa condição deve ser transitória;

6. Pode-se ajudar as mulheres que se encontram em situação de atenção a recompor, de uma forma ou de outra, seus “eus destruídos ou fragilizados” através das redes secundárias pela intervenção terapêutica e comunitária do trabalho das redes que envolve desde o acolhimento, até o empoderamento e autonomia.

A relevância das redes e do método de intervenção de redes, na articulação entre as redes primárias e secundárias, possibilita ainda tecer como reflexões norteadoras: as relações de gênero, a mudança na educação de meninos e meninas, estímulo à parentalidade bem tratante, o apoio à mulher na situação de busca e adaptação no ambiente público, quando dá acesso pela inclusão produtiva e educacional, e o suporte por aquele ou aquela que passa por situação de estresse, adversidades diversas e rupturas violentas. O impacto desse suporte reverte no bem-estar e na melhora da qualidade de vida, tanto do homem quanto da mulher, benefícios que são estendidos a sua **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção**.

Trazendo-se para o contexto relações de gênero e nesses tempos de Lei Maria da Penha, podemos afirmar que uma forma de proteger a mulher em situação de vulnerabilidade é acolhê-la e apoiá-la de forma sistemática até ela se fortalecer e se conduzir de forma autônoma. O apoio social e a atuação do operador se dão principalmente no resgate e fortalecimento dos laços desenvolvidos no interior das redes. O que envolve a necessidade de atuação da rede secundária no atendimento durante o tempo que for necessário à(s) vítimas, mas também na mudança de comportamento dos agressores. Podemos dizer que proteger a mulher da violência de gênero é, por sua vez, deflagrar fatores de proteção às gerações futuras e ao próprio agressor(a) que além de poder ser preso pode, no surto da violência, além do desatino, da agressão cometida, voltar-se contra a vítima e a si próprio.

A forma como a igreja ou comunidade religiosa define os papéis do homem e da mulher nas relações de gênero induz à assimilação por parte da mulher de que a violência é aceitável no casamento e nas relações.

Pobreza não é sinônimo de violência, mas pensando primeiramente na erradicação da violência e na cultura da paz, a pobreza econômica na relação parental pode ser acompanhada de situações de estresse, o que pode comprometer os relacionamentos, por isso a importância da atenção à saúde mental, às políticas de proteção das crianças, adolescentes e da mulher,

assim como à associação à paternidade responsável, na relação do apego seguro, bom trato, resiliência e a **resistente resiliência**.

Isso pode ser implementado na dinâmica das redes. A intervenção de redes pode atuar nas relações de gênero e ajudar a mudar o contexto atual de violência. Principalmente beneficiar as mulheres, aliviando-as e redistribuindo parte de suas funções junto a sua rede, oferecer suporte diferenciado para as mulheres e agregar o capital social recebido pela rede secundária. Tanto mulheres quanto homens precisam ter mais espaços e oportunidades de formação e de trabalho, ter acesso à educação ou capital social diferenciado daquilo que se encontra na rede primária. Compreendemos que as mulheres, quando participam de programas específicos para elas, recebem mais do que os benefícios da participação de formação, como é o caso do Programa Mulheres Mil executado pelo MEC/SETEC através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São colocados à disposição **capital social diferenciado** e a esperança de voltar a sonhar ou acreditar que o sonho é possível.

Como perspectiva de uma nova realidade com vistas à mudança social consideramos a erradicação da violência contra a mulher e o acesso à educação profissional e ao mundo do trabalho como condições determinantes para a mudança social.

Redistribuir as tarefas e acionar a ajuda necessária dentro do contexto familiar e nas limitações, buscar ou encarregar os indivíduos da sua rede social para apoiá-los nas necessidades e ou durante período de ausência por férias ou doença. Compartilhar sim as suas fortalezas, mas também as fragilidades de ser humano. Reaprender, parar de se martirizar pelo autossacrifício, amar-se, cuidar-se, aceitar e pedir ajuda. Deixar de exigir o que o outro não pode dar, praticar a gratidão e a humildade no sentido de se permitir ser cuidada, aceitar o que cada qual pode oferecer, abrir mão do perfeccionismo e do asseio e **higienismo**, de que tudo deve ser feito ao seu modo e no tempo dela no ambiente privado. Aprender sempre, abrir-se e experimentar o novo, procurar se conhecer. Conhecer seus limites e aprender a dizer não. Procurar ter uma visão otimista de si mesmo, das pessoas e da vida. Vibrar com o acerto, não se culpar ou se punir com o erro e aprender com os fracassos. Jamais deixar de ser feminina e de buscar o belo, viver cada momento como se fosse único e para sempre e, seja lá o que acontecer, jamais perder a ternura e alegria de viver.

Enfim, a inclusão educacional e produtiva impacta a **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção** da mulher à medida que ela se conduz pela ética do cuidado e, assim, redistribui os benefícios que conquista durante o percurso de busca de autonomia e

estabilidade emocional e financeira. É preciso consolidar a Ética da justiça para as mulheres que já desenvolvem o cuidado e a Ética do cuidado para os homens.

Na inclusão produtiva e educacional e na erradicação da violência contra a mulher, como diz o poeta clássico espanhol Antonio Machado, “caminante, no hay camino, se hace el camino”. O homem que já se conduz pela ética da justiça precisa também experimentar e se guiar pela ética do cuidado. O liame é feito pela solidariedade. Durante esse tempo de desenvolvimento rumo à autonomia a mulher precisa, da mesma forma que o homem que exerce o cuidado, se conduzir pelo caminho da ética da justiça, ou seja, **caminhantes homens e mulheres, não há um caminho, esse caminho se faz caminhando.**

A ética do cuidado impregna seu eu e mesmo que nessa cultura capitalista não seja, tal e qual, a cultura da mulher africana que partilha a educação de seu rebento com sua família extensa, a aldeia. A mulher nunca anda só, percorrem com ela pelo menos seus filhos e filhas, parentes, afetos e protegidos, ou seja, toda uma **rede de atenção, apoio, cuidado e proteção** e que precisa ser tomada e vista em sua importância. Essa demanda urge, é cerne da mudança social e mesmo que não a alcancemos, segue rumo à consolidação.

Enfim, a mulher precisa receber a atenção como ser humano que é, ser vista pelo prisma dos direitos humanos, e ao mesmo tempo ser valorizada e reconhecida por sua produção laboral, criação, inovação e relevância social na política, ciência e economia.

## REFERÊNCIAS

8 JEITOS de Mudar o Mundo. *Rede Brasil Voluntário*, São Paulo, 20--. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

ANDREANI, Grace; CUSTÓDIO, Zaira Aparecida O.; CREPALDI, Maria Aparecida. Tecendo as redes de apoio na prematuridade. *Aletheia*, n. 24, p. 115-126, jul.-dez. 2006.

AQUINO, Yara. Lei Maria da Penha completa sete anos. *Agência Brasil*, 7 ago. 2013. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2013-08-07/lei-maria-da-penha-completa-sete-anos>>. Acesso em: 1 set. 2013.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BARBERY, Ximena Machicao. *Algunas reflexiones sobre el contexto, paridade y desafios para los movimientos feministas*. *Con-spirando: Revista latino-americana de Ecofeminismo, Espiritualidad y Teologia*. Santiago de Chile: Coletivo con-spirando, n. 52, p. 20-25, 2006.

BARUDY, Jorge; MARQUEBREUCQ, Anne-Pascale. *Hijas e hijos de madres resilientes: traumas infantiles em situaciones extremas: violència de gênero, guerra, genocídio y exílio*. Barcelona: Gedisa, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGESCH, Karen. *A dinâmica do poder na relação de violència doméstica: desafios para o aconselhamento pastoral*. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. *Inclusão social*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2005.

\_\_\_\_\_. *O rosto materno de Deus: ensaio interdisciplinar sobre o feminino e suas formas religiosas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *Saber cuidar: ética do humano. Compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violència doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violència contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violència Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Programa de Saúde da Família - rede individual que envolve família, comunidade, vizinhos, parentes, igreja, pais de colegas filhos da escola e do trabalho e outros vínculos familiares e comunitários. *Programa saúde da família*, v. 16, n. 3. Brasília: [Secretaria de Direitos Humanos], set.-dez. 2000.

\_\_\_\_\_. *Orientações técnicas sobre o PAIF*. Trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral a família. 1 ed. v. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BROFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CALABRESE, Cora Ferro; RIVERA, Nidia Fonseca. *Hasta cuando..., señor*. Quito: CLAI, 1998.

CAMURÇA, Sílvia. Mudanças e permanências na vida das mulheres. *Direitos humanos no Brasil 3: Diagnóstico e perspectivas*, Passo Fundo, IFIBE, p. 375-380, 2012.

CARROLL, Aileen Silva; ANDRADE, Sérgio. *Até quando? O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo*. Viçosa: Ultimato, 2010.

CHADE, Jamil. FAO diz que Brasil já atingiu as Metas do Milênio em termos de combate à fome. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 out. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,fao-diz-que-brasil-ja-atingiu-as-metas-do-milenio-em-termos-de-combate-a-fome,1080736,0.htm>>. Acesso em: 1 de out. de 2013.

COLUNA VIDA. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 27 jul. 2013.

COMUNICADOS. *Programa interagencial de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia*. Disponível em: <<http://www.generoracaetnia.org.br/sala-de-imprensa/comunicados.html>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

CONSELHO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Subsídio para as Conferências Municipais, Estaduais e Distrito Federal. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. *Ministério da Justiça*, Brasília, [s. d.]. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/viiconferencia/texto\\_plano.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/viiconferencia/texto_plano.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

CUT. *Caderno pedagógico, Economia solidária, conceitos e trajetória*. Instituto integral CNM/CUT. Santo André: Matsunaga, 2007.

D'AGOSTINO, Rosanne. Lei Maria da Penha não reduziu morte de mulheres por violência, diz Ipea. *GI*, São Paulo, 25 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/09/lei-maria-da-penha-nao-reduziu-morte-de-mulheres-por-violencia-diz-ipea.html>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. Rede Social de Apoio Durante Transições Familiares Decorrentes do Nascimento de Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Universidade de Brasília, v. 16, n. 3, p. 221-231, set.-dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4809.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

DUTRA, Juçara Vieira. *Ciranda das Loucas – Poemas*. Brasília: Ler Editora, 2013.

ERIKSON, E. H. *Childhood and society*. New York: Norton, 1968.

FAO: 40% das mulheres agricultoras na América Latina e Caribe não recebem pagamento. *ONU no Brasil*, [Brasília], 9 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/fao-40-das-mulheres-agricultoras-na-america-latina-e-caribe-nao-recebem-pagamento/>>. Acesso em 11 ago. 2013.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. Maternidade x Patriarcalismo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE A MULHER: FAZENDO GÊNERO, 1996, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Paraná, Centro de Publicações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1996. p. 179-182.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*. Uma fenomenologia feminista do mal. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GODINHO, Tatau (org.); SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: família nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 19, n. 1, p. 29-48, jan.-jun. 2002. Disponível em: <[http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/329/pdf\\_309](http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/329/pdf_309)>. Acesso em: 18 maio 2014.

GRUPO musical Fundo de Quintal. MULHER VALENTE. Compositores: André Renato e Ronaldo Barcelos. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/fundo-de-quintal/mulher-valente.html>>. Acesso em: nov. 2013.

GUILHARD, Hélio J. Atenção sócio-afetiva e atenção social. *Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento*, Campinas, maio 2013. Disponível em: <<http://www.terapiaporcontingencias.com.br/txt/atencao.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2009.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Empowerment feminino no Brasil: as desigualdades por classe em questão. *Revista Gênero*, Niterói, EDUFF, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2000.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. *A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/NathalieItaborai.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

JULIANO, Dilma Beatriz. A prisão como controle social: uma análise de poder e de gênero. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE A MULHER: FAZENDO GÊNERO, 1996,

Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Paraná, Centro de Publicações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1996. p. 179-182.

LEI Maria da Penha. *Observe Observatório Lei Maria da Penha*, Bahia, 201-. Disponível em: <[http://www.observe.ufba.br/lei\\_mariadapenna](http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha)>. Acesso em: 1 set. 2013.

LEMOS, Carolina Teles; SOUZA, Sandra Duarte de. *A Casa, as Mulheres e a Igreja: gênero e religião no contexto familiar*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

LINHA de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências. Orientação para Gestores e Profissionais da Saúde. *Ministério da Saúde*, Brasília, 2010. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_crianças\\_famílias\\_violências.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2012.

MELLO, Soraia Carolina de. Uma profissão invisível: Dona de casa (1970-1989). In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Perseu: História, memória e política*. São Paulo, Centro Sérgio Buarque de Holanda, Ed. Fund. Perseu Abramo, v. 5, n. 7, p. 60-68, 2011.

MENICUCCI, Eleonora. Ministra Eleonora faz intervenção oficial do Brasil em conferência da ONU sobre população e desenvolvimento. *Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)*, Brasília, 14 ago. 2013. Disponível em: <[https://www.spm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/08/14-08-2013-ministra-eleonora-faz-intervencao-oficial-do-brasil-em-conferencia-da-onu-sobre-populacao-e-desenvolvimento-1](https://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/08/14-08-2013-ministra-eleonora-faz-intervencao-oficial-do-brasil-em-conferencia-da-onu-sobre-populacao-e-desenvolvimento-1)>. Acesso em: 16 ago. 2013.

MULHER360. Movimento empresarial pelo desenvolvimento econômico da mulher. 365 dias de ação. *Walmart Brasil*, São Paulo, [2011]. Disponível em: <[http://www.walmartbrasil.com.br/sustentabilidade/\\_pdf/relatorios/2012/365-dias-de-acao.pdf](http://www.walmartbrasil.com.br/sustentabilidade/_pdf/relatorios/2012/365-dias-de-acao.pdf)>. Acesso em 18 jan. 2013.

NERI, Marcelo. *A nova classe média*. O lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva: 2011.

NODDINGS, Nel. *O cuidado: uma abordagem feminina à ética e à educação moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

NUNES, Maria José Rosado (Tradutora). Os direitos humanos das mulheres nas religiões no século XXI. In: CURSO DE OUTONO DA ESCOLA DE TEOLOGIA FEMINISTA, I., 19, 20 e 21 nov. 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 40-42.

OS OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio. 8 Objetivos para 2015. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil)*, Brasília, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

OBSERVATÓRIO Brasil da Igualdade de Gênero. *Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil*. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>>. Acesso em: 21 nov. 2012.



- ONU Mulheres. *ONU no Brasil*, [Brasília], 201-. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres/>>. Acesso em: 11 ago. 2013.
- PAULY, Evaldo Luis. *Ética, educação e cidadania: questões de fundamentação teológica e filosófica da ética da educação*. São Leopoldo: Sinodal, 2002.
- PAZ, Nivia Ivette Núñez de la. *Da violência de gênero para relações humanizadas: guia regional*. São Leopoldo: CEBI, 2010.
- PERDIGÃO, Antonia Cristina. A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: Os pressupostos filosóficos. *Análise psicológica*, 4 (XXI), p. 485-497, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v21n4/v21n4a07>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- PESQUISA Fundação Perseu Abramo. *Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado 2010*. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-es>>. Acesso em: 17 nov. 2012.
- PORTAL de periódicos das Faculdades EST. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/>>. Acesso em: nov. de 2012.
- PROGRAMA Mulheres Mil. *Ministério da Educação*, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2012.
- PROGRAMA mulheres mil. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)*, Brasília, 201-. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-productiva-urbana/programa-mulheres-mil>>. Acesso em: 1 fev. 2014.
- PROJETO Cidade Criança. *Pedagogia do Abraço*. Disponível em: <<http://www.cpcd.org.br/principal/projetos/cc.html>>. Acesso em 19 fev. 2013.
- RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. *Plano Municipal de convivência familiar e comunitária*. São Leopoldo: [Prefeitura municipal de São Leopoldo], 2009.
- RAMIRES, Vera Regina Röhnelt; FALCKE, Denise. *Vínculos familiares e comunitários: Apontamentos para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes*. São Leopoldo: [Prefeitura municipal de São Leopoldo], 2013.
- REDE municipal de enfrentamento à violência doméstica e sexual contra criança e adolescente – São Leopoldo. *Plano municipal de enfrentamento à violência doméstica e sexual contra criança e adolescente*. São Leopoldo: [Prefeitura municipal de São Leopoldo], 2013.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. Dossiê feminismo em questão: questões de feminismo. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu [on-line]*, Campinas, nº 16, p. 115-136,

2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007)>. Acesso em: 18 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. *Emprego doméstico e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Poder do Macho*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SANICOLA, Lia. *As dinâmicas de rede e o trabalho social*. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SANTISO, Porcile M. T. *Conojos de mujer*. Uruguai: Doble Clic, 1997.

SCHAIBER, Lilia Bilma. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, saúde e os direitos humanos*. São Paulo: UNESP, 2005.

SCHNEIDER, Élen Cristiane. As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 23, p. 31-34, set.-dez. 2010. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nac\\_convivencia\\_familiar.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_convivencia_familiar.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 3 ed. Recife: S.O.S. CORPO, 1996.

SECRETARIA de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/>>. Acesso em: nov. de 2012.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Brasília, 201-. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: nov. de 2012.

SERAPIONI, Mauro. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 243-253, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63009925>>. Acesso em: out. 2013.

SILVA, Luzia Wilma Santana da; FRANCONI, Fabiane Ferreira; SENA, Edite Lago da Silva; CARRARO, Telma Elisa; RANDUNZ, Vera. O cuidado na perspectiva de Leonardo Boff, uma personalidade a ser (re)descoberta na enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*. v. 58, n. 4, p. 471-475, jul.-ago. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000400018&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000400018&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 abr. 2013.

SINGLY, François de. *Le soi, le couple et la famille*. Paris: Nathan, 2002.

SLUZKI, C. E. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

STEIN, Edith. *A mulher: sua missão segundo a natureza e a graça*. Bauru: Edusc, 1998.

STRECK, G. I. W.; LAUX, N. M. *Manual das normas para trabalhos científicos: baseado nas normas da ABNT*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2009.

STRECK, Valburga Schmiedt. A feminização do HIV/AIDS: Narrativas que interpelam as estruturas de poder na sociedade e igreja. *Estudos teológicos*, São Leopoldo, v. 52, n. 2, p. 345-356, jul.-dez. 2012.

STRÖHER, Marga Janete; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André S.; MENA LOPEZ, Maricel; WONDRACEK, Karin Helen Kepler. *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. 2. ed. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia; CEBI; Sinodal, 2006.

TOMITA, Luiza Etsuko. A Teologia Feminista Libertadora: Deslocamentos Epistemológicos. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

VARELLA, Drauzio. *Por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VARELLA, Drauzio. *A teoria das janelas quebradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

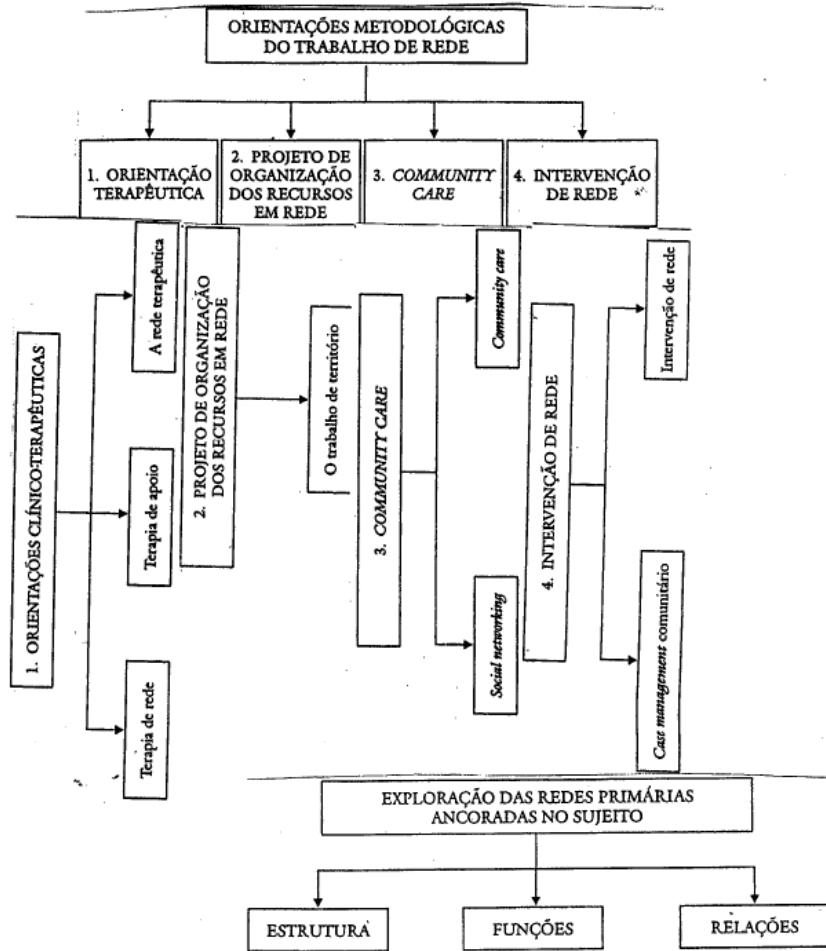
VIDAL, Marciano. *Feminismo e ética - como “feminizar” a moral*. São Paulo: Loyola, 2005.

VIDAL, Marciano. *Para comprender la solidaridad: virtud y principio ético*. Madri: Estella, 1996.



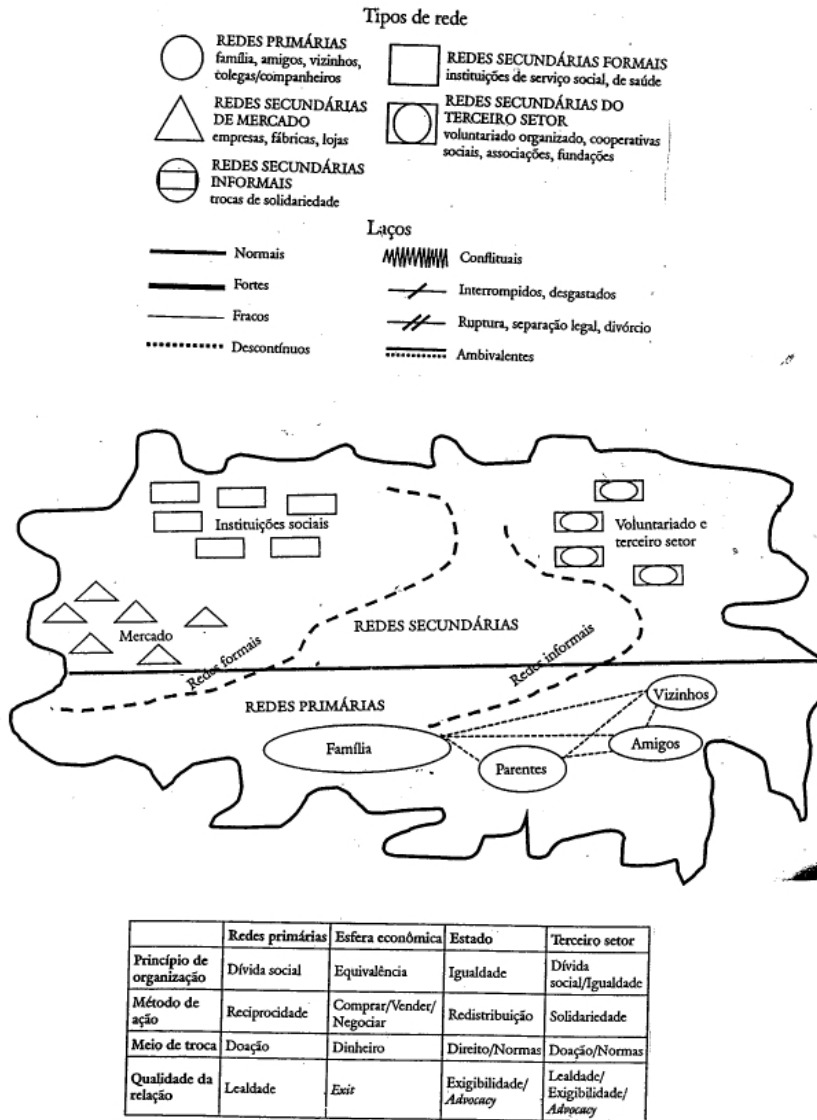
ANEXO A - FERRAMENTAS DO TRABALHO EM REDE

Figura 1 - Orientações metodológicas do trabalho de rede



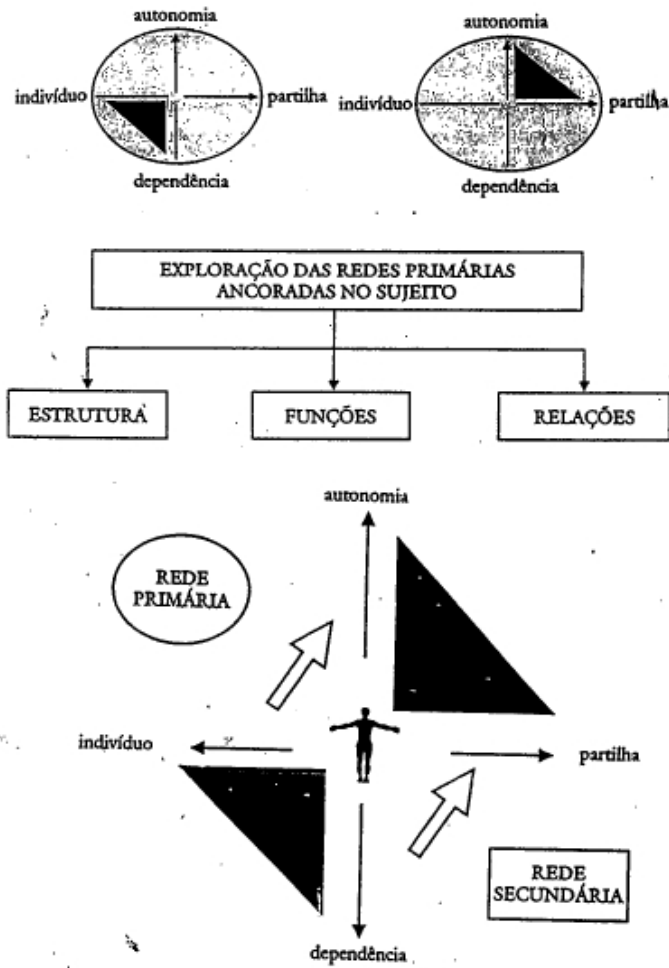
Fonte: SANICOLA, 2008, p. 35; 37; 43-44.

Figura 2 - Tipos de rede e tabela de interação social



Fonte: SANICOLA, 2008, p. 53; 64; 135.

Figura 3 - As redes primárias e secundárias: partilha e dependência

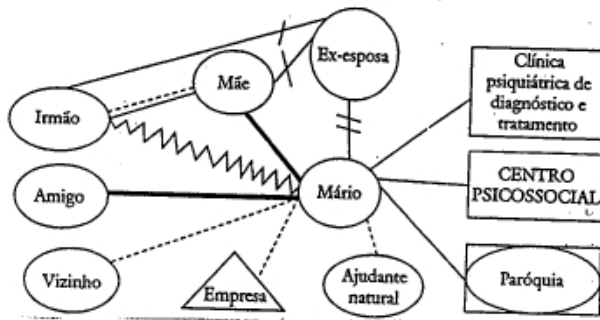


Fonte: SANICOLA, 2008, p. 80; 92; 158.

Figura 4 - Instrumentos de rede - Mapa de Todd, mapa de Rosseau e tabela de distribuição de cuidados



O mapa de Rousseau permite determinar as relações mútuas entre as redes e evidenciar o laço que existe entre os diversos tipos de rede presentes.



Consequências psicológicas do suporte		Família	Parentes	Amigos	Vizinhos	Colegas	Tempo livre	Outros
ESTADO PSICOLÓGICO GERAL	Positivo Bem-estar Segurança							
	Negativo Tensão Mal-estar							
AUTOESTIMA (relacional, status)	Positivo Crescimento Manutenção							
	Negativo Ameaça							
NORMATIVO	Influência positiva							
	Influência negativa							
MOTIVACIONAL	Encorajamento a persistir Esperança							
	Desencorajamento Pessimismo Ajuda descontinua							

Fonte: SANICOLA, 2008, p. 134-135; 138.



Figura 5 - Instrumentos de rede: tabela de fases

TABELA DE FASES						
FASES	INTRODUÇÃO		TRANSIÇÃO		TOMADA DE CONSCIÊNCIA	AÇÃO
PERÍODOS	Demanda	Euforia	Resistência	Mobilização	Construção de um projeto coletivo	
FORMAS DE INTERVENÇÃO	Escuta	Manutenção da escuta	Proposta de um projeto de coletivização	Apoio à elaboração do projeto coletivo		Observação da realização do projeto coletivo e retirada em seguida
PERCURSO DE REDE	Demanda individual e heterônoma	Expressão da vivência coletiva do operador	Esclarecimento do papel de quem interveém	Opção pelo coletivo	Construção de um projeto coletivo; tomada de consciência das relações internas	Aplicação do projeto; tomada de consciência das relações do operador com as instituições
OBJETIVO DA INTERVENÇÃO	→ Rumo ao coletivo		→ Rumo à autonomia		→ Rumo à ação política	
TEMPO	De 0 a 2 semanas	De 2 semanas a 3 meses		De 3 a 4 meses	De 4 a 12 meses	No ritmo das mudanças nas estruturas

Fonte: SANICOLA, 2008, p. 142.

Figura 6 - Instrumentos de rede: lista de membros da rede, mapa de Martin, exemplo de rede e fig. instrumento de rede tabela de suporte

Familiares	Parentes	Amigos	Vizinhos	Colegas	Tempo livre	Outros (organizações de serviço)	Outros (organizações de serviço)

Mapa de rede de Martin - 1994

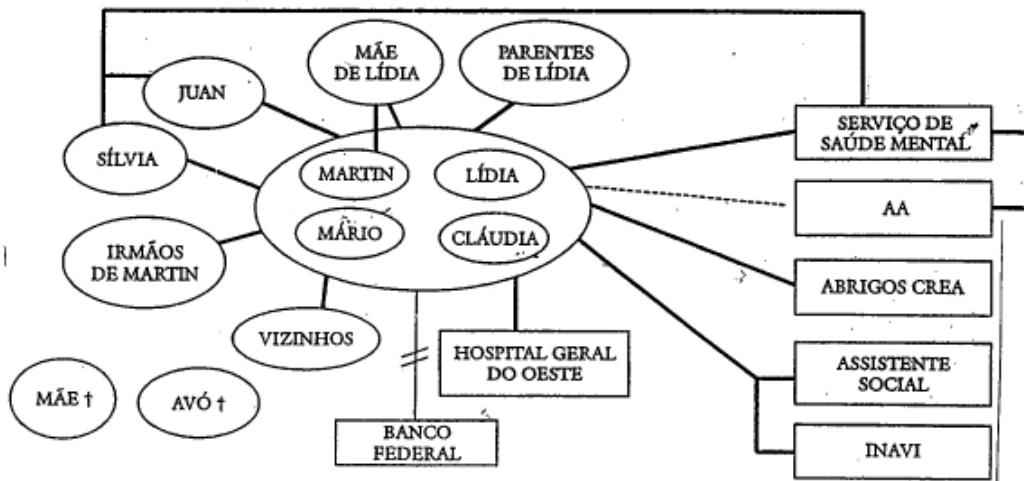


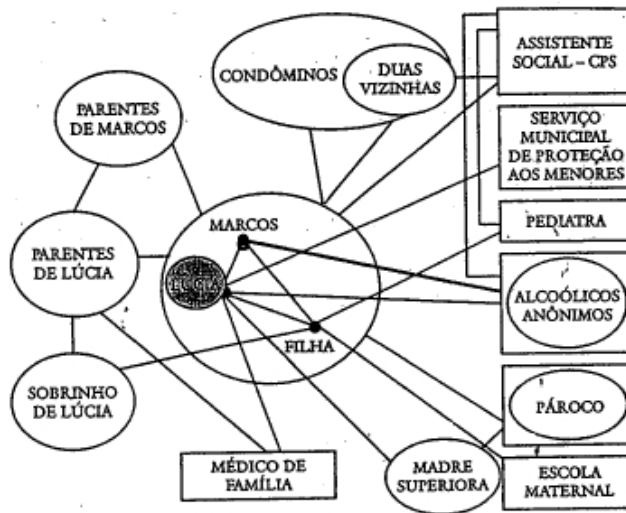
Tabela de suporte	Família	Parentes	Amigos	Vizinhos	Colegas	Tempo livre	Outros	Satisfação <sup>3</sup>
Ajuda cotidiana material/doméstica: - coisas - dinheiro - serviços								
Ajuda na emergência								
Suporte emocional-afetivo								
Suporte normativo								
Conselho, informação								
Hospitalidade								
Socialização, lazer								
Multidimensionalidade <sup>4</sup>								
Reciprocidade <sup>4</sup>								

Fonte: SANICOLA, 2008, p. 57; 130; 137.

Figura 7 - Caso Lúcia e instrumentos de rede I

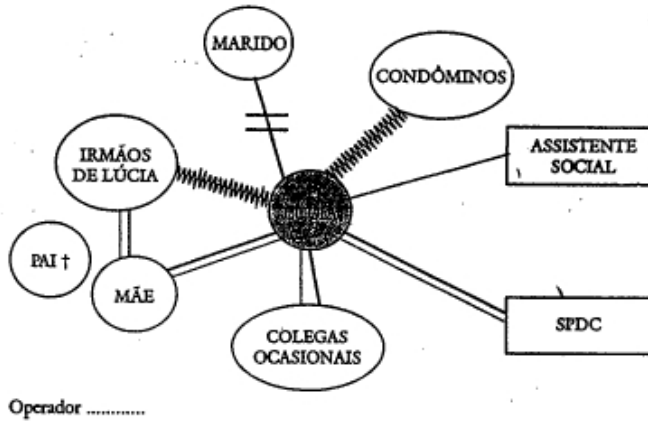
Lista de membros da rede								
Redes primárias					Redes secundárias			
Rede familiar	Rede de parentes	Rede de amigas	Rede de vizinhança	Rede do tempo livre	Redes informais	Redes formais de direito	Redes formais do terceiro setor	Redes de mercado
	Mãe	Colégas ocasionais	Condôminos			Assistente social do Centro Psicossocial		
	Irmãos					SPDC		
	Ex-marido							

Mapa de rede de Lúcia nº 2 – 1995

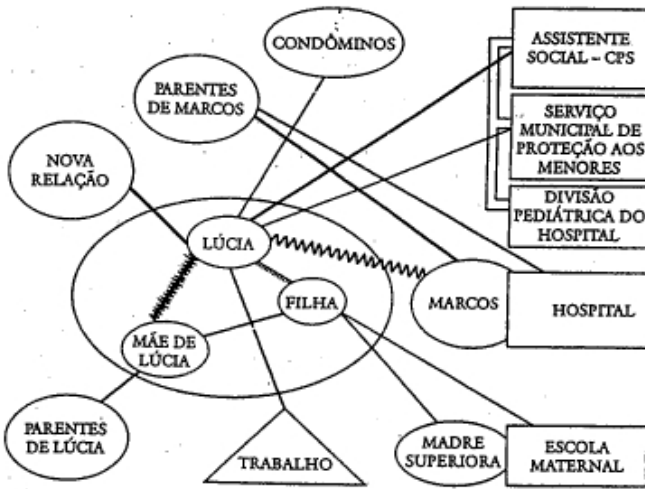


Fonte: SANICOLA, 2008, p. 179; 181.

Figura 8 - Caso Lúcia e instrumentos de rede II

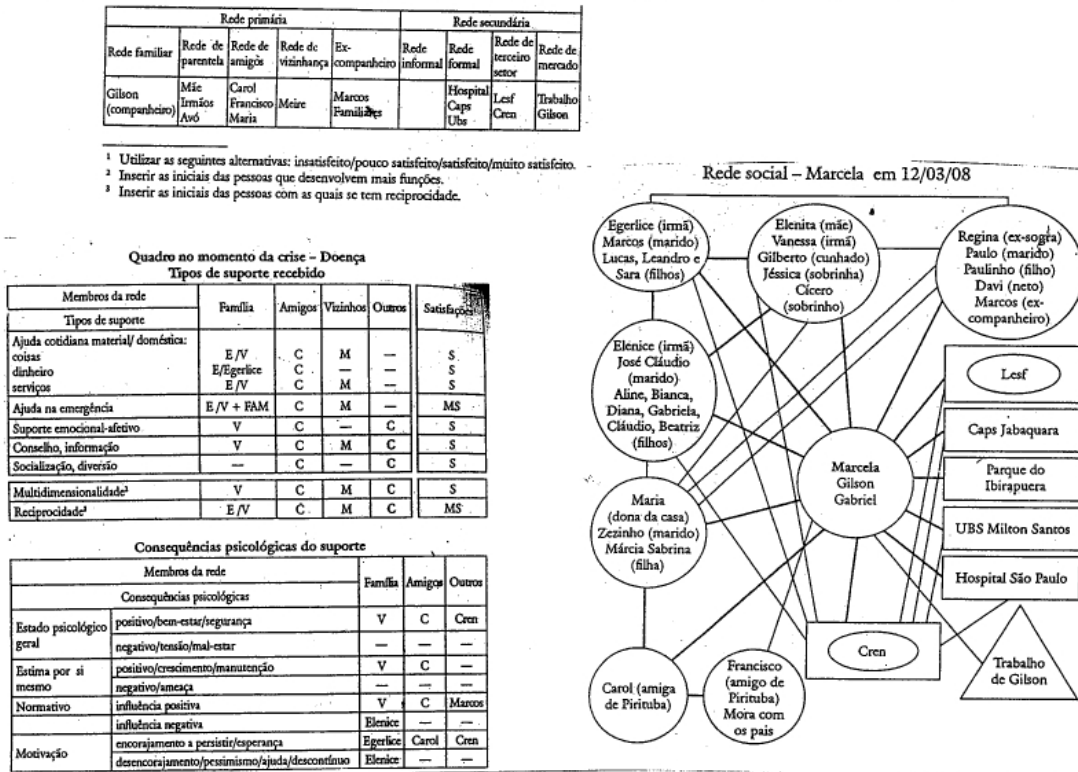


Mapa de rede de Lúcia nº 3 - 1996



Fonte: SANICOLA, 2008, p. 179-182.

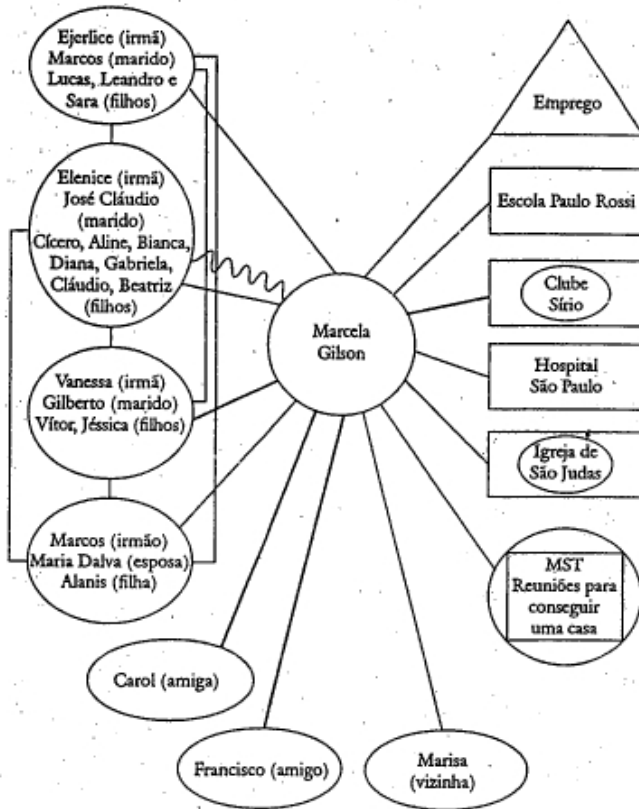
Figura 9 - Caso Marcela e instrumentos de rede I



Fonte: SANICOLA, 2008, p. 197-198.

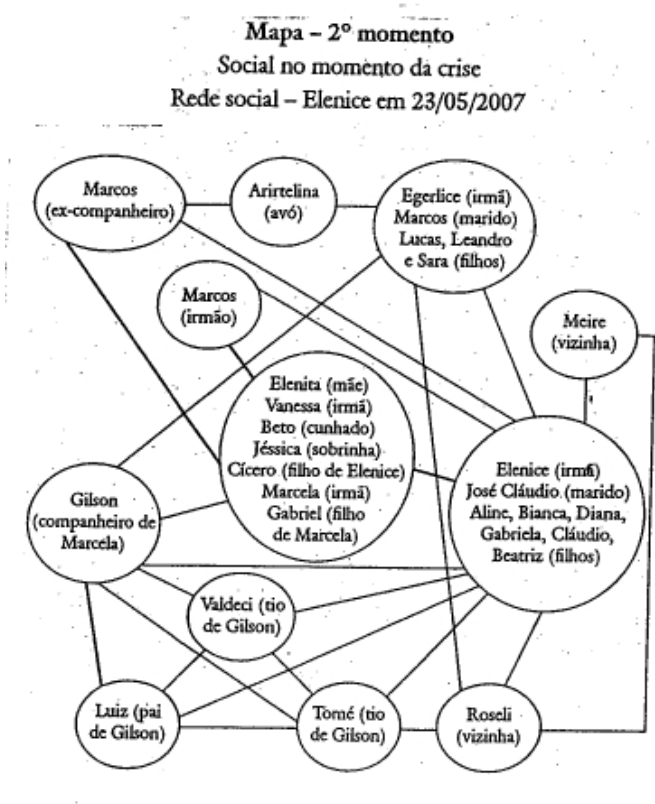
Figura 10 - Caso Marcela e instrumentos de rede II

Mapa - 1º momento

1º momento - Marcela com companheiro em  
Vila Missionária - 2004

Fonte: SANICOLA, 2008, p. 191.

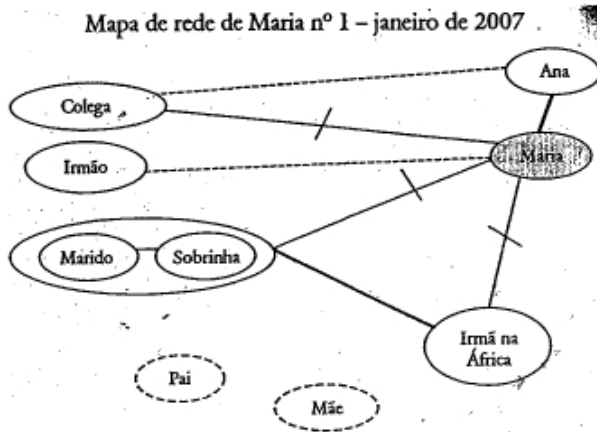
Figura 11 - Caso Marcela e instrumentos de rede III



Fonte: SANICOLA, 2008, p. 197-198.

Figura 12 - Caso Maria e instrumentos de rede I

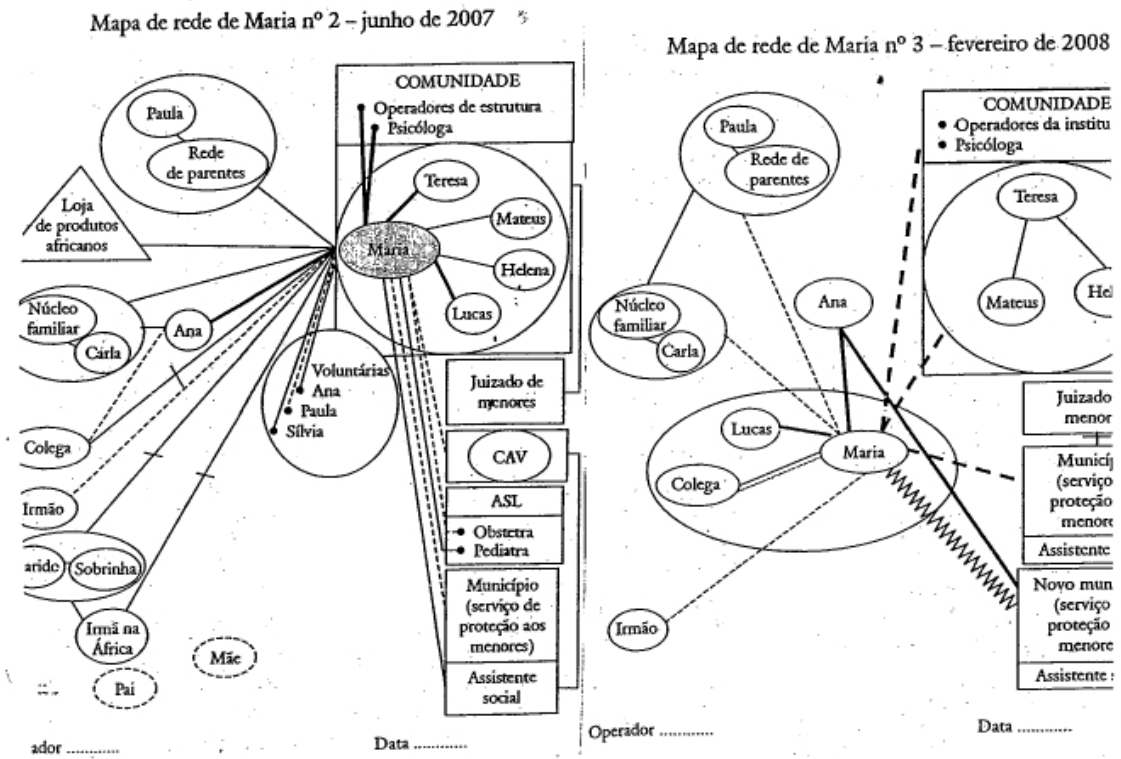
Lista de membros da rede								
Redes primárias					Redes secundárias			
Rede familiar	Rede de parentes	Rede de amizades	Rede de vizinhança	Rede escolar e de trabalho	Redes informais	Redes formais de direito	Redes formais do terceiro setor	Redes de mercado
Companheiro	Irmã	Ana	Paula		Voluntárias	ASL7	Comunidade	Loja de produtos africanos
Lucas	Sobrinha	Compatriotas				Serviço social	Educadores	
	Irmão	Clara				Juizado de menores	CAV*	
		Carla						



Fonte: SANICOLA, 2008, p. 252-253.



Figura 13 - Caso Maria - instrumentos de rede II



Fonte: SANICOLA, 2008, p. 257; 264.

Figura 14 - Caso Maria - instrumentos de rede II (continuação)

Consequências psicológicas

		AJUDA NATURAL				AJUDA PROFISSIONAL			
		Família	Parentes	Amigos	Vizinhos	ASL	CAV	Serviços sociais	Comunidade
ESTADO PSICOLÓGICO GERAL	Positivo Bem-estar Segurança			Bem-estar	Bem-estar	Bem-estar	Bem-estar	Bem-estar Segurança	Bem-estar Segurança
	Negativo Tensão Mal-estar	Tensão Mal-estar	Tensão Mal-estar						
AUTOESTIMA (relacional, status)	Positivo Crescimento Manutenção			Manutenção	Manutenção		Crescimento	Crescimento	Crescimento
	Negativo Ameaça	Ameaça	Ameaça						
NORMATIVO	Influência positiva			Influência positiva	Influência positiva	Influência positiva	Influência positiva	Influência positiva	Influência positiva
	Influência negativa	Influência negativa	Influência negativa						
MOTIVACIONAL	Encorajamento a persistir Esperança			Esperança	Esperança	Encorajamento a persistir Esperança	Encorajamento a persistir Esperança	Encorajamento a persistir Esperança	Encorajamento a persistir Esperança
	Desencorajamento Pessimismo Ajuda descontinua	Pessimismo	Pessimismo						

Ajuda cotidiana material/doméstica: - coisas - dinheiro - serviços		Ana			Fraldas Assistência	Pagamento da mensalidade da instituição	Refeição-alojamento Ajuda financeira mensal	Muito satisfeita
Ajuda na emergência		Ana	Paula			Pronta intervenção Problemas burocráticos	Educador pode ser encontrado 24 horas por dia	Satisfeita
Identificação de necessidades		Ana e Paula						
Identificação de recursos		Ana e Paula						
Identificação de pontos de apoio		Ana e Paula						
Identificação de pontos de intervenção		Ana e Paula						
Identificação de pontos de avaliação		Ana e Paula						
Identificação de pontos de monitoramento		Ana e Paula						
Identificação de pontos de intervenção		Ana e Paula						
Identificação de pontos de avaliação		Ana e Paula						
Identificação de pontos de monitoramento		Ana e Paula						

Fonte: SANICOLA, 2008, p. 258-259.

Figura 15 - Caso Maria - instrumentos de rede II (continuação)

PERCURSO DE REDE	Na fase inicial de avaliação das redes primárias, é constatada a falta de figuras-chave, com exceção da amiga Ana. Aparece um quadro de questões problemáticas ligado à história pessoal e familiar de Maria, aguçado por suas dificuldades de expressão, que tornam difícil a criação de novas relações com o mundo exterior.	Maria, depois da desconfiança inicial, mostra-se mais colaboradora, mesmo demonstrando fragilidade e resistência na relação com estranhos. Início de um curso de língua italiana dado por um professor da instituição. Nascimento de uma relação significativa entre a comunidade e Ana.	Promoção de relações e dinâmicas afetivas mais profundas com outros atores de rede primária (conterrâneos, vizinhos, etc.). Acionamento de recursos da rede secundária, como o CAV, o juizado de menores e a ASL, para fortalecer Maria como mãe e mulher e incentivar a busca de laços com o mundo exterior.	Maria compartilha suas capacidades de mãe com os operadores da comunidade, as hóspedes e as mulheres presentes no CAV. Maria conhece outros conterrâneos e a rede de vizinhança. Definição de atividades adequadas às capacidades e expectativas de Maria, na esfera pessoal (curso de italiano, emprego) e maternal.	Enriquecimento qualitativo e quantitativo da rede primária, com uma melhora da relação com os atores da rede de parentes e de amizades, além da consolidação do relacionamento com Ana. Encontro conjunto com a presença do casal, dos serviços sociais e da comunidade.	Maria e o companheiro mostram-se conscientes da decisão que tomaram e das dificuldades que poderão aparecer. O núcleo familiar parece coeso e bem integrado ao novo contexto territorial a que pertence. Maria demonstra ter uma rede ampliada, com relações de amizade sólidas, mantendo contatos adequados com a comunidade.
OBJETIVO DA INTERVENÇÃO	Buscar, com Maria, as soluções mais apropriadas a seus problemas, tendo em conta que está para ter um filho. Criação de uma boa aliança com Ana, para evitar que se perca o gancho com Maria, frágil e desconfiada diante dos serviços sociais.	Apoiar Maria na aquisição da confiança em si mesma e nos recursos de rede secundários presentes. Buscar apoios externos, além de Ana, para promover relações de rede primária.	Reforçar Maria como mulher e mãe. Avaliar suas capacidades e aspectos críticos. Ampliar as relações de rede primária, facilitando a passagem para os eixos da autonomia e do coletivo.	Promover a passagem do eixo da dependência para o da autonomia, com o nascimento de um coletivo não constituído exclusivamente por atores da rede secundária, mas também por atores de rede primária capazes de oferecer apoio.	Potencializar a rede de Maria, incentivando a passagem para o eixo da autonomia e do coletivo. Responsabilizar Maria e os novos membros da rede. Avaliar a fundamentação do novo projeto de vida, acompanhando Maria no caso de ela ter de redefinir seu programa.	Dar suporte ao novo núcleo familiar, para que seus membros adquiram consciência das dificuldades ligadas à vida cotidiana e à criação de um filho. Prevenir o surgimento de dinâmicas que possam levar ao rompimento do núcleo.
TEMPO	1 mês	3 meses	4 meses	2 meses	2 meses	2 meses

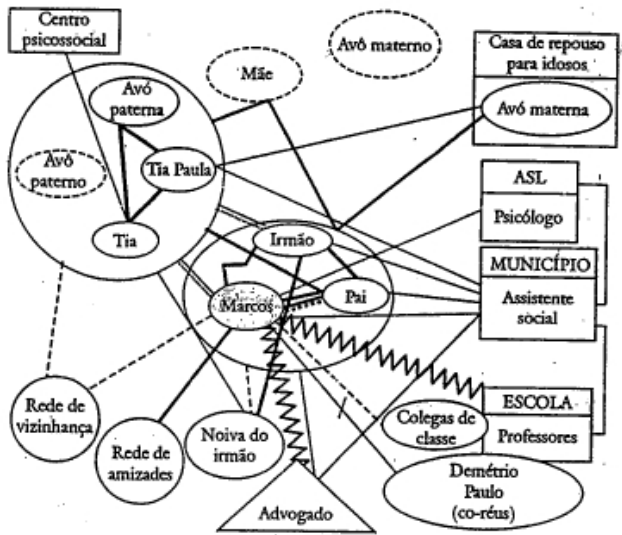
FASES	INTRODUÇÃO	RESISTÊNCIA	TRANSIÇÃO	RUMO AO COLETIVO	TOMADA DE CONSCIÊNCIA	AÇÃO
PERÍODOS	Os serviços sociais tomam conhecimento da situação.	Os serviços sociais competentes são acionados e inserem Maria numa instituição de acolhida.	Nascimento de Lucas. Reforçam-se os laços de Maria dentro da instituição, com os operadores e com a outra hóspede.	Desmame de Lucas. Definição da posição de Maria na Itália.	Reaproximação do ex-companheiro. O novo projeto de vida é compartilhado com os serviços sociais e a comunidade.	Maria sai da comunidade e resta com o pai de seu filho.
FORMAS DE INTERVENÇÃO	A assistente social conhece Maria. Busca dos recursos que possam responder de modo adequado à necessidade (recursos internos de Maria e recursos externos, da rede secundária).	Conversas entre os operadores da comunidade e Maria, para reconstituir, pela exploração de rede, sua história, suas vivências e expectativas como mulher e futura mãe. Encontros periódicos entre a comunidade e o serviço social.	Colóquios psicossociais e educativos com os operadores dos serviços sociais e da comunidade. Encontros de equipe ampliados, contando com os operadores da comunidade e os serviços sociais. Início de um percurso guiado no CAV. Promoção de uma maior partilha com a outra hóspede da comunidade.	Encontros entre os operadores dos serviços sociais e a comunidade. Os serviços sociais levam o caso ao juizado de menores, para garantir que Maria e o filho possam permanecer na Itália.	Acompanhamento de Maria na construção de uma relação de confiança com o ex-companheiro. Identificação de atividades que possam dar suporte a Maria quando ela deixar a comunidade.	Encontros de rede ampliados com os novos serviços sociais. Maria e o filho deixam a instituição; a comunidade faz um acompanhamento por telefone nas primeiras semanas, para avaliar o efeito positivo da separação.

Fonte: SANICOLA, 2008, p. 265-266.

Figura 16 - Caso Marcos - Instrumentos de rede – Tabelas de fases

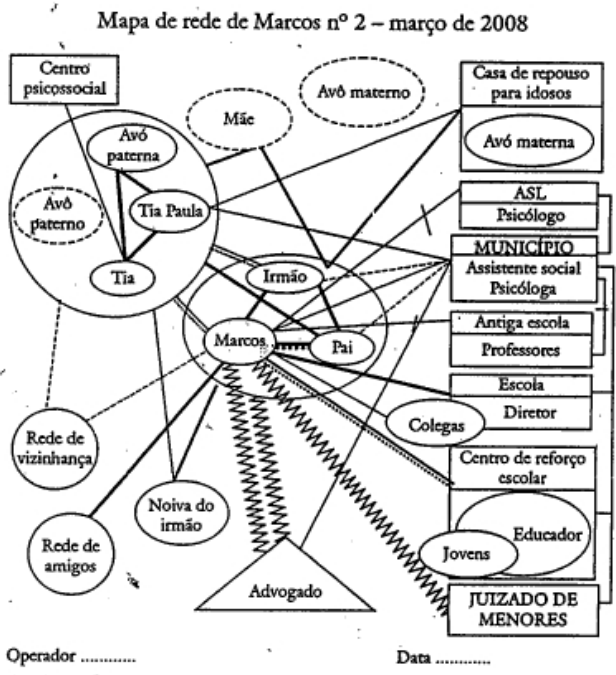
Lista de membros da rede								
Redes primárias					Redes secundárias			
Rede familiar	Rede de parentes	Rede de amizades	Rede de vizinhança	Rede escolar e de trabalho	Redes informais	Redes formais de direito	Redes formais do terceiro setor	Redes de mercado
Pai	Tias	Jovens da mesma faixa etária		Colegas de classe		Serviço social		
Irmão	Avó paterna	Colegas do estádio de futebol				Juizado de menores		
	Namorada do irmão					Agência de Saúde Local (ASL)		

Mapa de rede de Marcos nº 1 – julho de 2007



Fonte: SANICOLA, 2008, p. 235; 237.

Figura 17 - Caso Marcos - Instrumentos de rede – Tabelas de fases (continuação)



Fonte: SANICOLA, 2008, p. 248.

Figura 18 - Caso Marcos - Instrumentos de rede. Tabela de fases

Tabela de fases de Marcos

FASES	EXPLORAÇÃO			MOBILIZAÇÃO		
	INTRODUÇÃO	RESISTÊNCIA	TRANSIÇÃO	RUMO AO COLETIVO	TOMADA DE CONSCIÊNCIA	AÇÃO
PERÍODOS	Encaminhamento do caso de Marcos ao serviço social de proteção aos menores.	Pedido de avaliação emitido pelo juizado de menores depois da primeira audiência, para refletir sobre a possibilidade de inserção num programa de liberdade assistida.	Sentença que define a inserção no programa de liberdade assistida. Mudança de escola.	Intensificação da frequência e das atividades no centro de reforço escolar. Participação de algumas atividades socialmente úteis.	Primeiro encontro com o juiz para a verificação do andamento do programa de liberdade assistida. Férias de verão.	Última fase do programa de liberdade assistida.
FORMAS DE INTERVENÇÃO	Conhecimento de Marcos e de sua rede. Com a ausência da ASL, formulação das primeiras avaliações e observações sobre o núcleo familiar. Envio da avaliação ao juizado de menores.	Conversas com Marcos para compreender seus interesses, expectativas e vivências ligadas aos crimes cometidos. Identificação de um centro de reforço escolar que possa oferecer suporte educativo e orientar o garoto num plano de formação mais amplo.	Ingresso no centro de reforço escolar. Mudança de escola, considerada fonte de desconforto, pelo clima da sala de aula e do grupo de jovens da mesma faixa etária. Colóquios psicossociais com a equipe de serviço social competente.	Encontros conjuntos com os operadores da equipe, Marcos e sua rede. Encontros periódicos com os operadores do centro de reforço escolar. Definição de atividades ligadas à dimensão reparadora (trabalho comunitário a ser realizado nas férias de verão).	Acompanhamento de Marcos e de sua rede, para uma melhor conclusão do percurso. Identificação de atividades que possam dar suporte a Marcos, para que continue crescendo no desenvolvimento de suas habilidades e competências.	Encontros de rede ampliados com todos os atores envolvidos no projeto. Acompanhamento feito por telefone e em encontros periódicos. Projetos relacionados aos planos reparador e de reeducação.
PERCURSO DE REDE	Na fase inicial de avaliação do contexto familiar, são identificadas, como figuras-chave, o pai, a tia paterna e o irmão. Desenha-se o quadro de problemas ligados às redes escolar e de amizades de Marcos, nas quais estão também presentes dois co-réus de seus crimes, seus colegas de escola.	Pouca colaboração de Marcos na definição de suas expectativas sobre o projeto; o garoto se sente injustiçado e diminui a importância dos crimes que cometeu. Dificuldades do núcleo familiar para ter uma comunicação construtiva com Marcos e com o serviço social (uma ambivalência que vem do medo do julgamento externo).	Conversas conjuntas com a rede de parentes, visando obter o apoio ao jovem em seu percurso. Marcos começa a frequentar espaços de amizade mais adequados, do ponto de vista lúdico-recreativo.	Enriquecimento qualitativo e quantitativo da rede primária, com uma melhoria da relação com os atores da rede de parentes e do núcleo familiar e o nascimento de novas relações de amizade na escola e no centro de reforço escolar.	Marcos enriquece sua rede com atores das redes secundária e primária, criando relações estáveis e positivas. O núcleo familiar de Marcos mostra uma relação mais positiva e aberta às organizações de serviço e ao ambiente externo, desenvolvendo uma postura mais positiva e propositiva.	Marcos fala de um modo responsável e consciente dos crimes que cometeu, não apenas com os membros da rede secundária, mas também com a rede familiar e com os novos componentes da rede de amizades. Ele procura atividades extracurriculares mais tranquilas e positivas, optando também por experimentar ambientes escolares e educativos que lhe ficam bem.
OBJETIVO DA INTERVENÇÃO	Acompanhar Marcos e seu núcleo nessa nova situação, que, dado o contexto a que pertencem, é vivida de uma forma negativa. Conhecimento da estrutura de rede primária e secundária do jovem, em termos quantitativos e qualitativos.	Ajudar Marcos a adquirir consciência dos crimes que cometeu. Dar suporte à rede, para uma gestão mais serena da situação. Buscar suportes externos, apoiando Marcos na decisão de aderir ao programa de liberdade assistida.	Acompanhar Marcos num percurso educativo e de socialização, buscando itinerários e espaços adequados e ricos do ponto de vista educativo. Apoiar o núcleo na construção de dinâmicas relacionais e de rede internas mais serenas e estimulantes.	Ajudar a rede a passar do eixo da dependência para o da autonomia, com o nascimento de um coletivo não constituído por atores da rede secundária, mas por sujeitos, adequados e funcionais, da rede primária (rede de amizades, grupo de jovens da mesma faixa etária, membros da família, etc.).	Fortalecer a rede a que pertencem Marcos e seu núcleo familiar, promovendo mudanças graduais a partir da base, com o envolvimento de todos os atores presentes.	Apoiar a rede primária no caminho da compreensão mais consciente de suas potencialidades. Evitar que possam surgir no futuro eventos críticos ligados à falta de comunicação. Acompanhar como o núcleo vive após a separação da rede de serviços.
TEMPO	2 meses	3 meses	2 meses	3 meses	3 meses	3 meses

Fonte: SANICOLA, 2008, p. 249-250.

Figura 19 - Caso Marcos - Instrumentos de rede. Tabela de suporte e Tabela de consequências psicológicas

Tabela de suporte de Marcos

Tabela de suporte	AJUDA NATURAL						AJUDA PROFISSIONAL		Satisfação
	Família	Parentes	Amigos	Vizinhos	Escola	Tempo livre	Serviços sociais	Advogado	
Ajuda cotidiana material/doméstica: coisas dinheiro serviços	Pai (dinheiro) Irmão (coisas, serviços)	Tia Paula (ajuda material-doméstica)							Pouco satisfeito
Ajuda na emergência	Pai Irmão	Tia Paula					Intervenção depois do encaminhamento	Intervenção depois do encaminhamento	Pouco satisfeito
Suporte emocional-afetivo	Ausente por graves dificuldades de comunicação	Ausente por graves dificuldades de comunicação	Falta de reciprocidade		Ausente		Partilha do ocorrido	Ausente por falta de comunicação	Pouco satisfeito
Suporte normativo	Ausente	Ausente			Ausente		Controle	Controle	
Conselho, informação	Ausente	Ausente	Amigos		Ausente		Pedido de informações sobre o processo	Ausente por falta de confiança	Pouco satisfeito
Hospitalidade									
Socialização, lazer			Jovens da mesma faixa etária			Colegas do estádio de futebol			Satisfeito
Multidimensionalidade	Ausente	Ausente	Ausente			Colegas do estádio de futebol	Ausente	Ausente	
Reciprocidade	Ausente	Ausente	Ausente				Ausente	Ausente	Pouco satisfeito

Consequências psicológicas

		AJUDA NATURAL						AJUDA PROFISSIONAL	
		Família	Parentes	Amigos	Vizinhos	Escola	Tempo livre	Organizações de serviço	Advogado
ESTADO PSICOLÓGICO GERAL	Positivo Bem-estar Segurança			Bem-estar			Bem-estar		
	Negativo Tensão Mal-estar	Tensão Mal-estar	Tensão Mal-estar			Tensão		Tensão	Tensão
AUTOESTIMA (relacional, status)	Positivo Crescimento Manutenção			Manutenção			Manutenção		
	Negativo Ameaça	Ameaça	Ameaça			Ameaça		Ameaça	Ameaça
NORMATIVO	Influência positiva							Influência positiva	
	Influência negativa	Influência negativa	Influência negativa	Influência negativa		Influência negativa	Influência negativa		Falta de diálogo
MOTIVACIONAL	Encorajamento a persistir Esperança	Esperança	Esperança					Esperança	Encorajamento a persistir
	Desencorajamento Pessimismo Ajuda descontinua	Pessimismo		Ajuda descontinua		Pessimismo Ajuda descontinua	Pessimismo		Ajuda descontinua

Fonte: SANICOLA, 2008, p. 242-243.

Figura 20 - Valores referenciais da ética do cuidado - fundamento de intervenção comunitária e social

QUADRO 1  
Valores referenciais da ética do cuidado encarada como fundamento da intervenção comunitária e social

	"Ética da Justiça"	"Ética das Profissões"	"Ética do Quotidiano"	Ética do Cuidado
Objectivo	Resolver conflito ético	Curar (resolver problemas)	Acompanhar pessoas	Cuidar
Destinatário	(Indivíduo ↔) Cidadão	(Cidadão ↔) Indivíduo	(Indivíduo ↔) Pessoas	Eis ↔ Tu
Preocupação central	Equidade	Fragilidades (défices)	Possibilidades e capacidades	Reconhecimento
Atitude básica	Legislar/regular (fazer) (estar)	Decisão/intervenção (fazer) (estar)	Incondicionalidade, empatia, congruência/autenticidade (fazer → agir) (estar → ser)	Pré-ocupação (agir) (ser)
Critério	Imparcialidade	Humanização da relação	Acolhimento	Responsabilidade e fragilidade/vulnerabilidade
Fundamentação	Igualdade	Universalidade	Semelhança	Dignidade (ontológica, ética e volitiva) e diferença ⇒ relação dialógica
Âmbito	Individualidade universal (racional)	Especificidade funcional (pragmático)	Seguimento/quotidianidade de cada dia (relacional)	Universalidade individual (prático)
Móbil da acção	Lei/norma	Código deontológico/situação concreta	Norma/costume	Liberdade/autonomia
Instrumento	Razão/conhecimento	Vocação/técnica	Ação/sensibilidade	Relação "arte" (técnica, intuição e sensibilidade)
Núcleo temático	Sociedade	Saúde (em vez da doença)	Pessoa	Cuidado ↔ pessoa
Referência principal da acção	Sociedade	Profissão (exterior)	O outro	Valor (e vocação) (interior)
Modos operandi	Princípios concretos/dever ser	Fazer/conhecimento técnico	Agir: presença e estar significativos	Complexidade da situação: poder ser
Dimensão	Jurídico-moral	Antropológica	Moral	Ética
Temporalidade	Presente	Passado → presente	Presente ← futuro	Passado → presente ↔ futuro
Lugar do outro	Humanidade (próximo)	Homem (próximo → próximo)	Humano (próximo → próximo)	Humanidade do homem humano (próximo ↔ próximo)

Fontes: Aristóteles, 1983; Barbero, 1999; Buber, 1969; Guardini, 1999; Heidegger, 1983; Kant, 1986a, 1986b; Rawls, 1986; Ricoeur, 1993; Scheier, 1955; Torralba i Roselló, 1998; Winnicott, 1990.

Fonte: PERDIGÃO, Antonia Cristina. A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: Os pressupostos filosóficos. *Análise psicológica*, 4 (XXI), p. 485-497, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v21n4/v21n4a07>>. Acesso em: 20 jan. 2014.



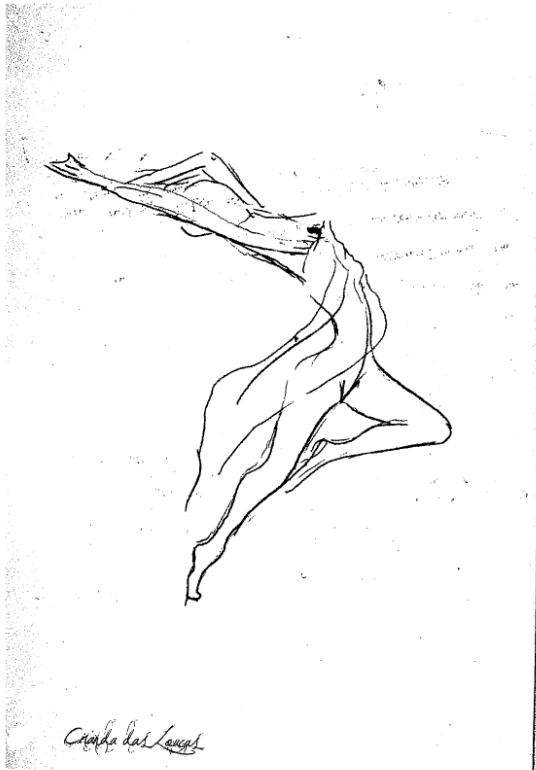
## ANEXO B - MÚSICA E POEMAS

### MULHER VALENTE

A mulher tá danada  
Fazendo sucesso  
Ganhando dinheiro  
E não tem corpo mole  
Criando e mandando no mundo inteiro  
Conquistando lugar que só homem chegava  
Mulher tá chegando primeiro  
Era discriminada  
Sofria calada no seu dia a dia  
Ela mudou de vida  
Está protegida  
Tem delegacia  
Hoje exerce poder de fazer tanta coisa  
Que muito machão não faria  
Tem mulher  
Tem mulher  
Tem mulher  
Dando show no gramado  
Apitando, jogando  
Batendo um bolão  
Tem mulher  
No congresso brigando  
Buscando a saída pra nossa nação  
Tem mulher  
Que não foge da luta  
Encara uma obra  
Virando concreto de cabo na mão  
Tem mulher  
Tem mulher  
Tem mulher  
Turbinada, com lipo, botox e silico  
Que agrada geral  
Tem mulher  
Que é chefe da casa  
Trabalha domingo e acha normal  
É a mulher  
Verdadeira, parceira  
Que é sempre guerreira  
Mudando os conceitos da vida real.

Fonte: GRUPO musical Fundo de Quintal. MULHER VALENTE. Compositores: André Renato e Ronaldo Barcelos. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/fundo-de-quintal/mulher-valente.html>>. Acesso em: nov. 2013.

Figura 21 - Poema "8 de março"



## 8 DE MARÇO

Elas teciam panos lilases  
para enfeitar os corpos e os sentidos.  
E pensavam que não seria demais  
algumas horas para a própria vida.

Eram tecelãs de Nova Iorque  
à espera do sol da primavera  
e de tempos que pudessem comportar  
suas labutas, seus sonhos e quimeras.

Foram mortas, brutalmente, pelos amos,  
pelos donos de seus corpos,  
seus empregos, suas vidas,  
seus desejos e seus planos.

As tecelãs de Nova Iorque só queriam  
trabalho decente (de dez horas por dia!]  
e um resultado menos escorchante  
para o lucro, a exploração, a mais-valia.

As mulheres que morreram sob as chamas  
da barbárie que alimenta o capital  
conseguiram denunciar aos quatro ventos  
as mazelas da sociedade desigual.

*Ciranda das Loucas*

Fonte: DUTRA, Juçara Vieira. 8 de março. In: \_\_\_\_\_. *Ciranda das Loucas*. Brasília: Ler, 2013. p. 18-27.

**Figura 22 - Poema "8 de março" (continuação)**

Mas o fogo se acendera muito antes  
Quando sábias, doutoras, curandeiras  
sob ódios e sanções inquisidoras  
padeceram como bruxas na fogueira.

Pelas mãos dessas mulheres  
vieram ao mundo  
muitos daqueles que as condenaram  
por temer seus talentos e saberes.

Feito semente que brota da colvara  
a mulher se esgueirou por outra seara  
que também lhe fora proibida:  
o direito de escolher seus governantes.

O voto também era negado  
aos servos, aos escravos,  
analfabetos, negros, despossuídos,  
em cada história ou geografia o mesmo estigma.

Sobre o corpo da mulher pesaram séculos  
de vetustos vestidos e espartilhos  
e de mordança sobre seu desejo  
e sua decisão sobre ter filhos.

*Crianda das Lavras*

Este tema ainda está candente  
anos depois do avanço da ciência  
e das reais e das falsas consciências  
que impõem vontades sem olhar em frente.

E meninas continuam sendo mães  
pelas cidades, pelas vilas e sertões,  
sem ter vivido a própria juventude,  
sem saber o que será do amanhã.

A violência rompe as leis  
e os tecidos sociais em torno delas  
como chagas, marcas duras das mazelas  
que parecem não ter fim, não ter limites.

É uma atávica herança dos engenhos  
que fizeram dos senhores detentores  
de canaviais, de riquezas, de pessoas  
trituras pelo jugo de opressores?

É uma feroz expressão da lei da selva  
em que os machos mais fortes se apropriam  
do território e de suas presas  
mais frágeis ou indefesas?

*Crianda das Lavras*

Fonte: DUTRA, 2013, p. 18-27.

**Figura 23 - Poema "8 de março" (continuação)**

É uma parte da violência cotidiana  
em que as guerras e as intolerâncias  
se entrelaçam com vontades imperiais  
e os valores se tornam tão banais?

A pobreza é outra forma de violência  
que não tem mais argumentos racionais,  
pois se pode produzir todo o alimento  
de que o mundo necessita e muito mais.

A pobreza é uma opção, ninguém duvide,  
pois há gente que tem muito e não divide  
e há milhões e milhões que nada têm  
porque é injusta a partilha dos bens.

E entre os pobres quem mais sofre são mulheres  
são mulheres e crianças, os filhos seus.  
Seios murchos, leite escasso, carne fraca  
e uma imensa dor nos olhos breus.

Mas viceja muita luta em todo o mundo  
de mulheres e de homens que não querem  
compactuar, desistir, resignar-se  
nem tampouco abrir mão de seu futuro.

*Cristina das Neves*

Muitas redes virtuais se entrecruzam  
em reais e solidárias tessituras  
que aproximam realidades tão distintas  
e tão idênticas no mundo sem fronteiras.

As mulheres conquistam mais espaço,  
mais direitos, mais empregos e instrução,  
diminuindo a diferença e o descompasso  
que a história tem mostrado à exaustão.

Muitas delas estão nos parlamentos,  
nas escolas, hospitais e redações,  
mão na massa em tantas construções  
impensadas tarefas até então.

E se rebelam contra as propagandas  
que exploram seus corpos, sua beleza,  
que banalizam o erotismo e a sexualidade  
como produto que se vende no mercado.

E dizem não a todo preconceito  
na esfera familiar ou social,  
no trabalho, nas crenças e descrenças,  
no direito de orientar a própria vida.

*Cristina das Neves*

Figura 24 - Poema "8 de março" (continuação)

8 de março é quando se marcha  
pelas lutas recorrentes há milênios  
pelas novas, que se impõem para que o mundo  
reorienta seu percurso.

8 de março é dia de busca  
de outro caminho civilizatório:  
mulheres iguais aos homens,  
homens iguais às mulheres

E toda a diferença  
uma expressão  
do pedaço da vida  
que se reparte.

*Crônica das Leões*

## SIMPLICIDADE

É esta simplicidade  
que me espanta:  
dos ingênuos,  
dos crentes,  
dos suicidas:  
rir pra dentro, sem motivo;  
rezar pra dentro do corpo;  
jogar-se dentro da morte.



*Crônica das Leões*

Figura 25 - Poema "Ciranda das loucas"

**CIRANDA DAS LOUCAS**

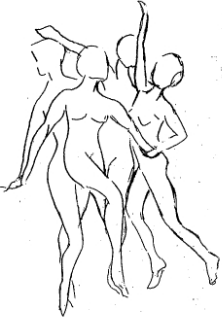
(Todas cantando):

*Ciranda, cirandinha,  
vamos todas cirandar.  
Vamos dar a meia-volta,  
volta e meia vamos dar.  
O anel que tu me deste  
era vidro e se quebrou.  
O amor que tu me tinhas  
era pouco e se acabou.  
Por isso, dona Rosa,  
entre dentro dessa roda:  
Diga um verso bem bonito,  
diga adeus e vá-se em vora.*

*Rosa (no centro da roda):*

"No meio das trevas,  
sorrio à vida,  
como se conhecesse  
a fórmula mágica  
que transforma o mal e a tristeza  
em claridade  
e em felicidade."

*Ciranda, cirandinha,  
vamos todas cirandar...*



Sou polonesa e judia.  
Fui presa por defender  
liberdade e socialismo.  
A razão desta alegria  
não encontro  
(e não consigo  
deixar de rir de mim mesma).  
Acho, então, que a própria vida  
é o único segredo.  
Vivi guerras e confrontos  
sempre contra a exploração  
sempre contra a expropriação  
de irmãos meus e de irmãs minhas.  
A minha revolução

é profundamente humana,  
densa, forte, permanente.  
Por isso, canto e me movo,  
pois só quem se movimenta  
percebe que há correntes  
que lhe prendem (e a seu povo).  
Aprisionada eu estive  
por ser mulher? Talvez sim.  
Mas, por certo, porque em mim  
pulsava a revolução:  
vermelha, como bandeira,  
de ideal e de paixão;  
branca como liberdade  
sem a qual se luta em vão.

*Ciranda, cirandinha,  
vamos todas cirandar...*

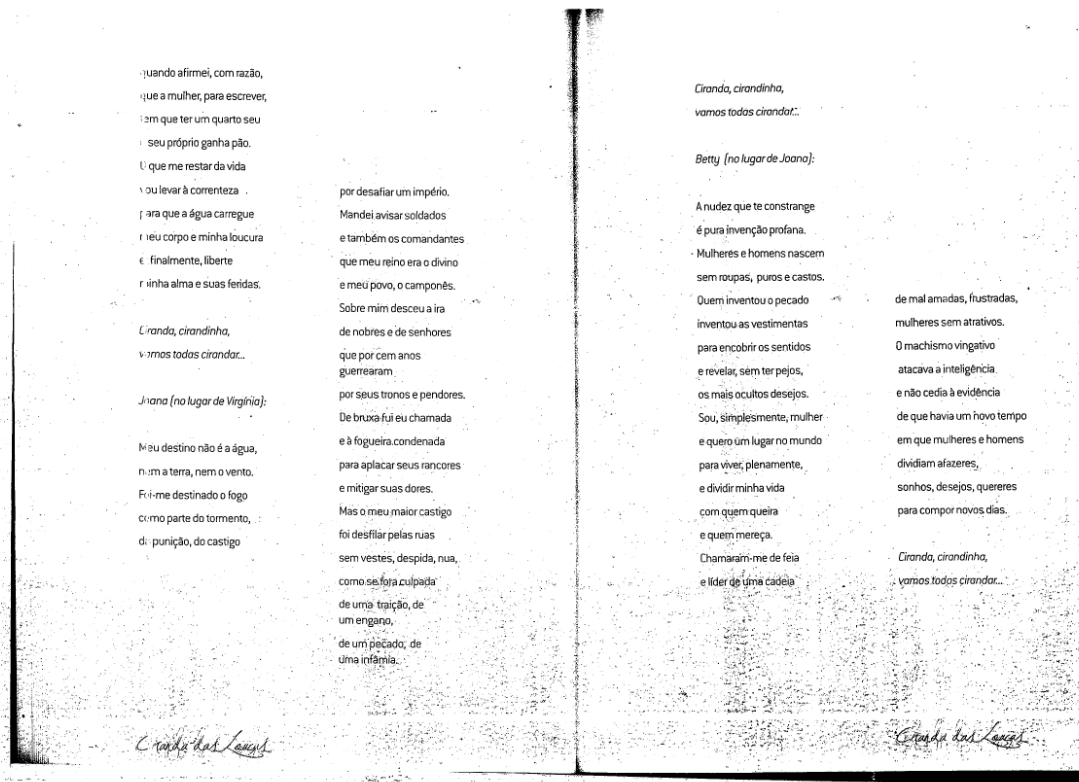
*Virgínia (no lugar de Rosa):*

Lutar em vão  
foi minha sina  
Eu lutei contra a loucura  
que de mim se apoderava  
quando tudo que queria  
era lucidez, mais nada.  
Fui romancista no tempo  
em que as mulheres  
se guardavam  
no anonimato: já escrita  
e no silêncio das horas.  
Amei Leonardo para a vida  
e, para o instante, amei Vita.  
Amei o homem e a mulher  
porque o amor é infinito.  
Escrever foi meu ofício  
e o fruto da fixação  
foi gerado no silêncio  
e na minha inspiração.  
Por isso, souo estranho

*Ciranda, cirandinha,  
vamos todas cirandar...*

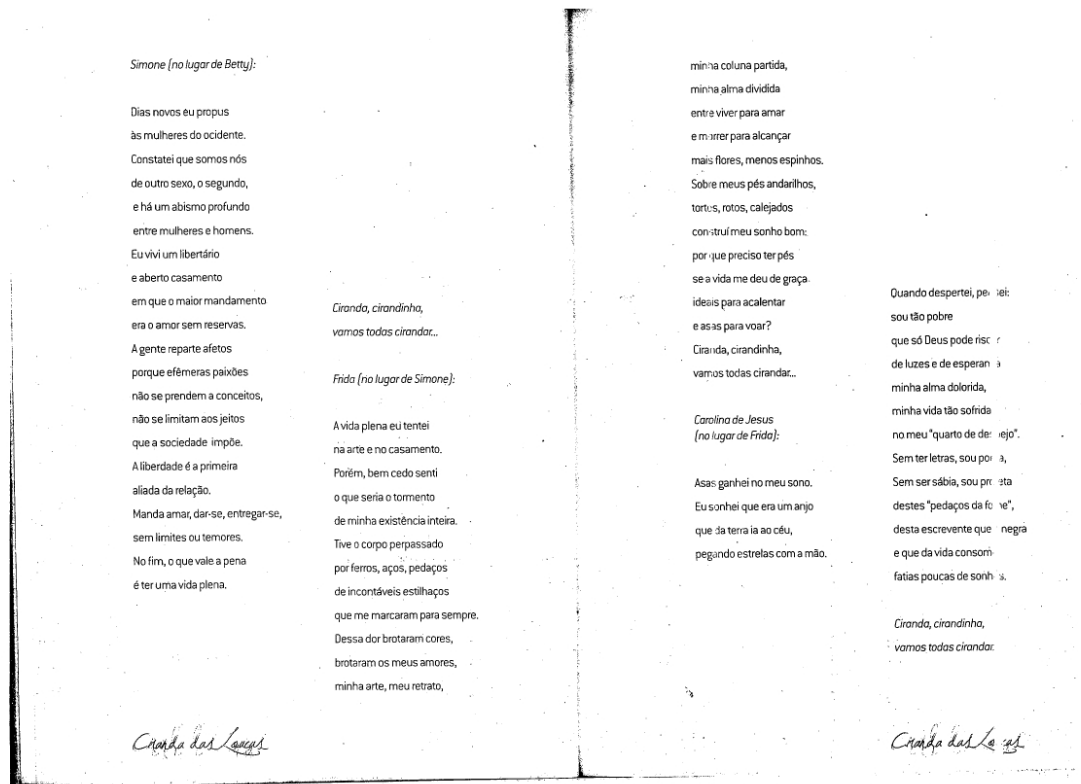
Fonte: DUTRA, 2013, p. 37-42.

Figura 26 - Poema "Ciranda das loucas" (continuação)



Fonte: DUTRA, 2013, p. 37-42.

**Figura 27 - Poema "Ciranda das Loucas" (continuação)**



Fonte: DUTRA, 2013, p. 37-42.



**Figura 28 - Poema "Ciranda das Loucas" (continuação)**

*Olga (no lugar de  
Carolina de Jesus):*

Eu não sou negra, sou branca,  
alemã, sangue judeu.  
Mas somos iguais na força  
que forjou as nossas almas.  
Eu vim para a tua terra  
porque eri comunista  
porque combatia a fome,  
a violência, o preconceito,  
a social desigualdade  
e a escassa liberdade.  
Aqui lutei, aqui amei,  
aqui fui presa e guardei  
os projetos e os segredos  
que virariam degredo.  
Fui deportada e levei  
no meu ventre a semente  
uma vida começando.  
E na alma, amargurada,  
uma história terminando.  
Conheci o holocausto,

a guerra, o horror nazista,  
mesmo assim, não desisti.  
Antes do fim, anunciado,  
escrevi ao meu amado  
e à minha filha, Anita,  
prevendo o gesto impossível  
de afagar os seus cabelos  
e de fazer a sua trança.  
Ainda assim, adverti:  
preparar-me para a morte  
não é uma rendição,  
a vontade de viver  
me acompanhará até o fim.  
Eu sei bem por que lutei:  
pelo bom e pelo justo  
e pelo melhor do mundo.

*Ciranda, cirandinha,  
vamos todas cirandar...*

*Ciranda das Loucas*

*Anita (no lugar de Olga):*

Anita é nome de guerreira,  
de tua filha, tua herdeira.  
É também o nome que tenho  
e, daqui, levei para o mundo.  
Em outras guerras lutei  
sempre junto ao meu amado.  
Nem sei bem se fui primeiro  
uma revolucionária  
das causas porque guerreavam  
farroupilhas e imperiais.  
Ou se a paixão me exigiu  
ser feminista e a conquista  
da liberdade me deu  
o poder de defender  
meu amor dos preconceitos.  
Enfrentei o olhar machista  
sobre minhas atitudes  
posto que minhas virtudes  
não eram as consagradas;  
eram as impregnadas

de raiva e rebeldia.  
Quando meu primeiro filho  
aí estava no ventre  
curada fui e fugi  
para encontrar meu amado  
coo quem fui casar depois.  
Se fui para o outro lado  
do mundo desconhecido  
com três filhos e o marido  
para continuar guerreando  
por novas causas e planos.  
Em combate, perseguidos,  
fugimos dos inimigos.  
Corrido, não foi possível  
a fuga afugentar.  
A morte possuiu meu corpo,  
e eu que estou a delirar.

*Ciranda, cirandinha,  
vamos todas cirandar...*

*Ciranda das Loucas*

**Figura 29 - Poema "Ciranda das Loucas" (continuação)**

*Maria Bonita (no lugar de Anita):*

Difícil ser feminista  
nos latifúndios, nas terras  
que se perdiam de vista.  
Lá imperava a violência  
dos senhorios, fazendeiros,  
que concentravam dinheiro,  
renda, casa, propriedade.  
A fome não tinha idade  
e nem escolhia gênero.  
Quando surgiu o carnaval  
acompanhado de rido  
(também de admiração)  
surgiram homens e mulheres,  
verdades e invenções.  
Meu amor foi Virgílio,  
o famoso Lampião,  
que implantou nova ordem  
na caatinga e no sertão.  
A cantiga popular  
diz que eu tinha um arefã  
de todo dia acordar  
para o café preparar.

Diz, também, que sou bonita.  
Isso é bom e perigoso:  
bom porque toda beleza  
é algo que se persegue;  
ruim porque há quem consegue  
banalizar a beleza.  
Enfim, para mim dá gosto  
ser bonita sem esforço.  
Quero ser reconhecida  
por ter sido cangaceira  
e amante e companheira  
do cangaceiro Lampião.  
A espada que sempre pesa  
sobre a cabeça e o peito  
não abolirá a história  
desta nossa forte união.

*Ciranda, cirandinha,  
vamos todas cirandar...*

*Ciranda das Loucas*

*Jacobina (no lugar de Maria Bonita):*

Espadas e morteiros  
também se voltaram  
contra mim, contra meu povo.  
Eu tinha muitos motivos  
para despertar rancores:  
sofria epilepsia, uma doença confundida  
com espíritos de além.  
Para aumentar dissabores  
eu mesclava minha fé  
com o poder de curar  
dores, males, sofrimentos.  
Por isso, em algum momento,  
de temor ou preconceito  
soldados atearam fogo  
em casas e acampamentos.  
No Ferrabrás me escondi  
e, por dias, resisti  
até que alguém me traiu.  
Era fim de era dos muckers  
tão passional quanto tudo  
que nesta vida vivi.

Todas cantando:

*Ciranda, cirandinha,  
vamos todas anunciar*



que esta rododou mundo  
mudou tudo o lugar  
Demos muitas meias-voltas  
mas, também, voltas e meias.  
Os anéis que se quebraram  
romperam vidros e teias.  
Amores que nos legaram  
ora nos iluminaram  
ora nos dilaceraram.  
Por isso, entramos na roda  
e, como loucos, rodamos.  
Dissemos muitos bonitos  
e duros versos dissemos.  
A parte que nós fizemos  
é a parte que legamos  
à ciranda e ao compasso  
dos sonhos que renovamos.

*Ciranda das Loucas*